
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
LUCIANA DE MATOS RUDI

**UM VOTO DE FÉ:
FIDELIZAÇÃO E CLIENTELISMO ELEITORAL
NA BANCADA EVANGÉLICA PAULISTA**

SÃO CARLOS
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
LUCIANA DE MATOS RUDI

**UM VOTO DE FÉ:
FIDELIZAÇÃO E CLIENTELISMO ELEITORAL
NA BANCADA EVANGÉLICA PAULISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais na área de concentração Relações de Poder e Cultura sob a orientação da Prof^ª. Dr.^ª Vera Alves Cepêda.

SÃO CARLOS
2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

R916um

Rudi, Luciana de Matos.

Um voto de fé : fidelização e clientelismo eleitoral na bancada evangélica paulista / Luciana de Matos Rudi. -- São Carlos : UFSCar, 2009.

130 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

1. Religião e política. 2. Clientelismo. 3. Evangelismo. 4. Projetos de lei. 5. Eleições. 6. Fidelização. I. Título.

CDD: 322.1 (20^a)



ATA DO EXAME DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DE
LUCIANA DE MATOS RUDI

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: RELAÇÕES SOCIAIS, PODER E CULTURA

Às onze horas do dia dezessete do mês de outubro de dois mil e seis, na sala de reuniões do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Carlos, reuniu-se a Banca Examinadora nas formas e critérios do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, composta pelos professores: Dra. Vera Alves Cepêda, orientadora e presidente e como membros titulares Dra. Maria do Socorro Sousa Braga, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Dr. Milton Lahuerta, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), para procederem ao Exame de Dissertação da aluna **LUCIANA DE MATOS RUDI** que apresentou o trabalho intitulado **UM VOTO DE FÉ: FIDELIZAÇÃO E CLIENTELISMO ELEITORAL NA BANCA EVANGÉLICA PAULISTA**. A sessão pública foi instalada pela Presidente da Banca Examinadora, que após a explanação da candidata passou a palavra aos demais membros da Banca. Terminada a arguição, a Banca reuniu-se em sessão secreta, e de acordo com o Artigo 26, do Regimento Interno do Programa, cada examinador expressou o seu julgamento, mediante a atribuição dos seguintes níveis:

Dra. Vera Alves Cepêda	Nível <u>A</u>	Ass. <u>[assinatura]</u>
Dra. Maria do Socorro Sousa Braga	Nível <u>A</u>	Ass. <u>[assinatura]</u>
Dr. Milton Lahuerta	Nível <u>A</u>	Ass. <u>[assinatura]</u>

De acordo com a escala de avaliação acima, a candidata foi considerada aprovada com o nível A. A Banca Examinadora sugeriu manter/alterar o título da dissertação. O novo título passa a ser:

_____. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e para constar, eu, Ana Maria Suficiel Bertolo, Assistente em Administração da UFSCar, Secretária da Coordenação do PPGCSO, lavrei a presente ata, a qual passo a assinar. São Carlos, aos dezessete do mês de outubro do ano de dois mil e seis.

Ana Maria Suficiel Bertolo

Para uso da CPG
Homologado na ____ª reunião da CPG-CSo,
realizada em ____/____/____

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Laércio e Maria do Carmo, por terem acreditado em mim e na minha capacidade de fazer essa dissertação. Agradeço o apoio que me dedicaram à distância, aos custos pela permanência fora de casa e de cidade, ao amor e à compreensão dispensados em toda a minha vida. Agradeço também ao carinho e amizade dos meus irmãos Márcio e Marcelo, suas esposas, Carmen e Marlete, meus sobrinhos e afilhada queridos: Amanda, Leonardo, Murilo, Renan e Isabele que sempre foram os meus *xodozinhos*. Meu muito obrigado vai também para a família Esteban Rojo que conheci a pouco, mas que já é parte integrante de minha vida.

Parte fundamental do apoio foi dos meus amigos que, mesmo de longe, estiveram sempre presentes. Anderson Nogueira, Scheilla Margarida, Nilma Russo, Luísa Carolina, Paula Madeira, Alex Santana, Eduardo Dullo, Rodrigo Estramanzo e Paulo Rossi, amigos para toda a vida. Também agradeço aos colegas do mestrado, especialmente Andréa, Milene e Fernanda, além do Rodrigo, Wellington, André, Fábio, Felipe e Ângela, amizades conquistadas fora do espaço acadêmico, que não me deixaram sentir tanta solidão em São Carlos.

Agradecimento especial dedico à Ana, secretária do PPGCSO, que sem dúvida foi a melhor amiga que encontrei durante a conclusão dessa dissertação, além de muito prestativa e atenciosa comigo. Meu agradecimento vai também para a Ana Virgínia que ajudou a *quebrar alguns galhos* e para todos os professores do programa porque, afinal, sem eles o programa não existiria. Também agradeço ao Rogério Schmitt pela ajuda valiosa na elaboração do projeto que garantiu meu ingresso na UFSCar, assim como Clarice Cohn e Rogério Baptistini.

Muito obrigado Vera Cepêda, minha orientadora, que mal chegada a UFSCar aceitou me orientar no meio do processo, em pleno um ano e meio de curso, fazendo-o com extrema competência, lealdade e, paciência. Com certeza, o resultado seria completamente diferente e, provavelmente inferior ao apresentado, caso a Vera não tivesse me aceitado como sua orientanda.

Agradeço à FAPESP pela bolsa concedida no período de duração do curso. Bolsa essa que me possibilitou, de fato, permanecer no curso de mestrado.

Meu agradecimento final vai para Renê Rojo, meu amor. Além de toda a bagagem acadêmica, o mestrado em São Carlos permitiu-me encontrá-lo. Sem ele a vida seria muito sem graça. Obrigada por ter confiado em mim.

Resumo

O presente trabalho percorre, historicamente, todo o período republicano brasileiro observando as práticas de favorecimento político que estiveram presentes na esfera política para analisar a atuação dos deputados evangélicos da Assembléia Legislativa de São Paulo. A escolha dos deputados com filiação religiosa deu-se em razão do aumento expressivo de fiéis, templos e visibilidade dos pentecostais. O objetivo do trabalho é verificar em que medida o clientelismo está presente no grupo analisado e de que forma essa prática se diferencia da relação clientelista definida pela literatura específica. Para tanto, foram analisados os Projetos de Lei apresentados pelo grupo durante dois mandatos, compreendidos entre os anos de 1999 e 2006, levando em consideração categorias definidas pela autora do trabalho. O estudo demonstra que, embora o clientelismo seja prática corrente entre esses políticos, ele opera no sentido de obtenção de reconhecimento para os religiosos assim como, para as entidades ligadas às denominações das quais fazem parte. E, opera não mais no nível geográfico, ou seja, de redutos eleitorais como o clientelismo tradicional ao beneficiar cidades ou regiões como um todo. Isso fica claro ao comparar o resultado da troca clientelista na forma de fidelização do voto que é, basicamente, o êxito eleitoral.

Palavras-chave: Clientelismo, evangélicos, projetos de lei, eleições.

Abstract

The present work examines, historically, all the Brazilian period republican observing practical advantages politics that had been present in the sphere politic to analyze the performance of the gospel members of the house legislative of São Paulo. The choice of the members with religious affiliation was given in reason of the expressive increase of evangelicals, temples and visibility of the gospels. The objective of the work is to verify where measured the clientelism it is present in the analyzed group and of that forms this practical if differentiates of the definite clientelist relation for specific literature. For in such a way, the Projects of Law had been analyzed presented by the group during two mandates, understood between the years of 1999 and 2006, taking in consideration categories defined for the authoress of the work. The study it demonstrates that, even so the clientelism is practical current between these politicians, it operates in the direction of attainment of recognition for the religious ones as well as, for the on entities to the denominations of which there are members. And, operates not more in the geographic level, or either, of electoral redoubts as the traditional clientelism when benefiting cities or regions as a whole. This is clearly when comparing the result of the clientelist exchange in the form of fidelization of the vote that is, basically, the electoral success.

Key words: Clientelism, gospels, projects of Law, elections.

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1. Migrações partidárias/deputados evangélicos 1999-2002 e 2002-2006	78
Tabela 2. Projetos de Lei por categorias/deputados evangélicos 1999-2002	80
Tabela 3. Amostra dos Projetos de Lei/deputados evangélicos 1999-2002	81
Tabela 4. Projetos de Lei/deputados evangélicos 1999-2002	82
Tabela 5. Projetos de Lei – UP/deputados evangélicos 1999-2002	85
Tabela 6. Projetos de Lei por categorias/deputados evangélicos 2003-2006	86
Tabela 7. Projetos de Lei/ deputados evangélicos 2003-2006	87
Tabela 8. Amostras dos Projetos de Lei – UP/deputados evangélicos 2003-2006	89
Tabela 9. Presença nas Comissões e votações nominais/deputados evangélicos 2003/2006	90
Tabela 10. Projetos de Lei por categorias/deputados não evangélicos 1999-2002	93
Tabela 11. Amostra de Projetos de Lei /deputados não evangélicos 1999-2002	93
Tabela 12. Projetos de Lei/deputados não evangélicos 1999-2002	94
Tabela 13. Amostra "A" dos Projetos de Lei – UP/deputados não evangélicos 1999-2002	94
Tabela 14. Projetos de Lei – ET/ deputados não evangélicos 1999-2002	95
Tabela 15. Amostra dos Projetos de Lei – UP/deputados evangélicos 1999-2002 e 2003-2006	96
Tabela 16. Amostra "B" dos Projetos de Lei – UP/deputados não evangélicos 1999-2002	98
Tabela 17. Votos/Projetos Utilidade Pública 1998-2002	99
Tabela 18. Votos/Projetos Estância Turística 1998-2002	100
Tabela 19. Votos e Mandatos 2003-2006	108
Tabela 20. Relação candidatos eleitos/partidos – Eleição 2002	109
Gráfico 1. Relação votos e projetos Utilidade Pública (mil)	100
Gráfico 2. Relação votos e projetos Estância Turística (mil)	101
Gráfico 3. Percentual de evangélicos	106
Gráfico 4. Crescimento populacional	107

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 – Breve história do Brasil Republicano – 1ª parte	
1.1 – A teoria e a prática do republicanismo no Brasil	15
1.2 – As formas <i>oficiosas</i> do “fazer política brasileira”	22
1.3 – De 1930 a 1945: novas “mudanças”?	29
1.4 – O golpe de 1964 e a nova configuração política	35
Capítulo 2 – Breve história do Brasil Republicano – 2ª parte	
2.1 – A transição democrática	41
2.2 – Os governos democráticos e o espírito republicano	45
2.3 – Compatibilidade ou cumplicidade?	50
Capítulo 3 – Os novos personagens do cenário político	
3.1 – O protestantismo no Brasil: da origem a atualidade	57
3.2 – A inserção dos neopentecostais na política	60
3.3 – Sobre o trabalho empírico	67
Capítulo 4 – Clientelismo e fidelização eleitoral	
4.1 – Quem são os deputados evangélicos	71
4.2 – Como é a atuação dos deputados evangélicos?	79
4.3 – Os novos deputados evangélicos seguem a tendência de seus antecessores?	86
4.4 – O que fazem os deputados não evangélicos	90
4.5 – Os principais temas	96
4.5.1 – Projetos de títulos de Utilidade Pública e Estância Turística	96
4.5.2 – Projetos Religiosos e Morais	102
4.6 – A fé remove montanhas (e arrebanha votos)	106
Considerações finais	111
Referências	115
Anexos	118

Introdução

O presente estudo parte da observação de situações concretas vividas na República brasileira, para analisar a atuação de um grupo de deputados que vem aumentando sua participação no cenário político do estado de São Paulo. Este grupo, formado pelos deputados que compõem a bancada evangélica estadual, depois de analisado, demonstrou-se como participante e/ou portador de situações que apontam para as ações de caráter fisiológico e clientelista, nada incomum entre as práticas dos políticos em nosso país ao longo de sua história republicana e que já foram bastante observadas pelos estudiosos que analisam politicamente o Brasil. Além disso, a análise demonstrará que o grupo atua no sentido de fidelizar seus fiéis/eleitores através de projetos de Lei que combinam religião e política. O estudo, que ora se pretende, estará debruçado sobre os projetos de Lei apresentados ao longo de dois mandatos pelos membros desse grupo do legislativo paulista. O grupo é denominado bancada porque atua em defesa de certos princípios e apresentam projetos de Lei com interesses em comum.

O interesse da análise sobre esse grupo dá-se pela relevância que este vem conquistando dentro da sociedade brasileira. A população brasileira está estimada em 186.628.262¹ pessoas e registra um aumento de 1,15% desde a última contagem em 1991, conforme dados do censo de 2000². Entre a população evangélica, ambos os registros apontam aumento de 67%, passando da casa dos 8% para 14%, no mesmo período, em relação ao total da população. Segundo os mesmos registros, entre a população paulista houve um aumento de 17% e, entre os evangélicos deste estado, o acréscimo foi de cerca de 82%. Dados apontados em 2005 pela Fundação Seade, indicam que a população do estado de São Paulo está estimada em 40.442.795³, significando que no período de cinco anos houve um aumento de 9%. Se atribuirmos esse ritmo proporcional de crescimento aos evangélicos, podemos estimar que esse grupo representa hoje cerca de 24% das pessoas no estado de São Paulo. O reflexo desse aumento na população é visível no número de deputados evangélicos presentes na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. No primeiro mandato analisado, o de 1999-2002, a bancada evangélica contava com um grupo de seis deputados, o mandato posterior, com onze representantes, sendo que oito foram eleitos pela primeira vez⁴ e, representam cerca de 12% do total de parlamentares.

¹ Fonte: Seade através da página www.seade.gov.br, julho/2006.

² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE através da página www.ibge.gov.br.

³ Fonte: Seade, Julho/2006.

⁴ Dos seis deputados do primeiro mandato, um não se candidatou à reeleição, um não conseguiu se reeleger e dois foram eleitos para o cargo de deputados federais.

Em relação ao seu desenvolvimento, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. A análise tanto no primeiro quanto no segundo capítulo tem como objetivo demonstrar como as práticas de favorecimento público sempre estiveram presentes no *fazer política* no Brasil. Já o terceiro capítulo traz um breve retrospecto da presença pentecostal no Brasil assim como sua inserção na esfera política. Feito este percurso histórico, que fornecerá bases para uma maior compreensão do assunto estudado, esta dissertação lança, no capítulo 4, a análise empírica dos projetos de Lei, de forma que se possa compreender na prática as situações descritas há pouco, de que a bancada evangélica estadual paulista também possui um perfil clientelista de fazer política, embora apresentem outros traços característicos ao grupo.

O primeiro capítulo tem como meta demonstrar algumas análises sobre o período que precedeu a Proclamação da República, e que tocam em questões do clientelismo na cultura brasileira, partindo do trabalho de Oliveira Vianna sobre a formação do Estado. Demais autores embasam esta análise em diferentes momentos históricos, tais como, Roberto Schwarz, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Vitor Nunes Leal, Marco Aurélio Nogueira e Francisco Weffort⁵, entre outros.

Com base na teoria de Estado republicano (com os pressupostos que este requer), o país torna-se uma República em 1889. Tendo como características principais, esse Estado deve primar pelo bom uso do patrimônio público protegendo-o da especulação e de sua apropriação pelo poder privado. Zelar pela sua boa administração é parte fundamental desse processo, já que um corpo de funcionários públicos competentes, honestos e zelosos do patrimônio que pertence, teoricamente, a todos os brasileiros, impediria o mau uso do erário público e de todo o seu patrimônio.

No entanto, como se observará no que foi proposto no capítulo 1, o Brasil, antes de tornar-se uma república, partilhava de uma lógica que se instalou aqui *desde sempre*: o favor político. Richard Graham⁶ aponta que no desembarque dos portugueses em nosso território, nos idos de 1500, a lógica do favor também desembarcou⁷. Na Colônia, toda sorte de privilégios era concedida obedecendo a uma hierarquia, do Regente para os nobres, destes para os comerciantes, daí para seus empregados e, todos eles ligados pela lógica do favor. Os autores citados acima discutirão como essa lógica foi transferida do Império para a República, mostrando como a distribuição de terras feita durante o

⁵Respectivamente, as obras: *Instituições políticas brasileiras* (1949), *As idéias fora de lugar*, (1977), *O surgimento do Estado republicano* (2004), *Coronelismo, enxada e voto* (1949), *Os anos 30 e a nova forma do Estado* (1998) e *O populismo no Brasil* (1978).

⁶ *Clientelismo e política no Brasil no século XIX*. 1997.

⁷ Não estou com isso querendo afirmar o peso de nossa herança ibérica, dado que, como será bastante patente, a discussão caminhará para um outro sentido.

⁷ Não estou com isso querendo afirmar o peso de nossa herança ibérica, dado que, como será bastante patente, a discussão caminhará para um outro sentido.

período colonial, e sua conseqüente concentração nas mãos de poucos, contribuiu fortemente na concentração, também, de poder político.

Durante toda a Primeira República (1889-1930) as características do Império, pautadas pelo favor, privilégios, concentração de terras e de poder não tiveram seu fim, pelo contrário, foram reforçadas com o estabelecimento do *coronelismo*. O coronel já existia no Império, mas, o *coronelismo* como sistema político se concretizou apenas no período posterior, que deveria estar sob a égide das leis e da racionalidade. Vitor Nunes Leal ao tratar desse sistema demonstra como o uso do patrimônio público esteve sob o jugo dos coronéis para fazerem dele o uso que melhor lhes apeteassem⁸.

Do final da Primeira República até o golpe militar de 1964 as práticas de favor, privilégios e poder concentrado nas mãos de poucos, permaneceram atuantes. No período varguista (1930-1937, período Constitucional e 1937-1945 com o Estado Novo) o forte traço autoritário aparece aliado ao popular nos discursos, em ações que repercutiam para a população, mas, que funcionaram, em grande medida, como uma forma de minimização de conflitos prementes. Esse segundo traço não desaparece no período seguinte, de 1945 a 1964. Os governos chamados de *populistas* tinham exacerbados o caráter personalista e o apelo popular. Nesse momento o germe do clientelismo moderno começa a surgir. O autor fundamental para explicar este momento é Francisco Corrêa Weffort⁹ e, sobre o clientelismo urbano, Eli Diniz apresenta a idéia de *máquina política*¹⁰. No período do regime militar, compreendido entre 1964-1985 o clientelismo é reforçado na esfera pública, a partir de concessões ocorridas dentro do que Fernando Henrique Cardoso chamou de *anéis burocráticos*.

Poderemos ver em um breve retrospecto das políticas governamentais como, em todos os momentos existiram grupos que francamente se beneficiaram do governo, estando ou não nas posições de decisão. Oligarquias cafeeiras, novas oligarquias, grupos empresariais, enfim, o Brasil permaneceu, nestes 100 primeiros anos de República, à mercê do comando das elites políticas ligadas direta ou indiretamente ao poder. Da Proclamação da República até o momento da redemocratização e

⁸ Na Primeira República não existiu somente o *coronelismo* como fonte de favores e privilégios. Na esfera municipal sim. Porém, na esfera federal, esses mesmos fazendeiros se beneficiaram da socialização das perdas ofertada pela União. Como o ocorrido em decorrência da queda do preço do café no mercado externo e da alta produção nacional, quando o governo comprou os estoques de café para queimar, pagando a seus produtores o preço de mercado mesmo sem ter compradores para escoar o produto.

⁹ 1978.

¹⁰ O estudo de DINIZ (1982) sobre a máquina política no Rio de Janeiro demonstra como a prática clientelista passa a operar na relação eleitor-político nas cidades. O *coronelismo* desaparece como sistema ao final da Primeira República, o êxodo rural vai se consolidando no período posterior e os políticos necessitam dos votos para chegarem e se perpetuarem no poder. Assim, a relação personalista e baseada na troca, de favores e de votos, se estabelece no meio-cidade, junto à população mais pobre que precisa de todos os recursos que o Estado dispõe e, que vê na figura do vereador ou deputado, àquele que irá resolver o problema que se apresenta. Tudo isso delimitado por um espaço que compõe o bairro, a cidade, a região ou o estado. Eis o clientelismo moderno, objeto dessa pesquisa. 1982.

da eleição direta do primeiro Presidente após vinte e cinco anos de cerceamento político, as massas, a população, o povo (ou qualquer outro nome que se pretenda designar o maior contingente brasileiro), não foi beneficiado de fato. Benefícios típicos do período populista funcionaram como uma espécie de “cala a boca”, e a mera possibilidade deste contingente se revoltar, insubordinar-se contra o governo, causou temor nas alas mais conservadoras do Estado, resultando no golpe dado pelos militares em 1964.

Passando para o capítulo 2, este faz um retrospecto da história política recente, de 1985 aos dias de hoje, com o objetivo de demonstrar como e porquê a prática clientelista não desaparece de nossas instituições, e, muito pelo contrário, é reforçada por outros fatores e conjunturas. A análise do clientelismo moderno, presente no Brasil democrático será pautada pelos trabalhos de George Avelino Filho, Karina Kuschnir e Marcelo Barquero¹¹ entre outros. É nesse cenário que aparecem com maior força os deputados evangélicos, tema que será tratado no capítulo 3.

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988 novos personagens surgiram na política brasileira: os deputados *evangélicos*. O termo foi escolhido pelos políticos que partilhavam do credo de origem protestante, entre eles os fiéis das igrejas Assembléia de Deus, Presbiteriana, do Evangelho Quadrangular, da Universal do Reino de Deus, entre outras. Assumiam como interesse maior as questões de cunho moral, concentrando seus trabalhos nas Comissões que tratavam de temas como família, aborto, pornografia e drogas, enfim, temas ligados ao caráter moralizante da sociedade. Não quiseram participar das discussões estritamente políticas, porém, foram favoráveis ao mandato de cinco anos do então Presidente José Sarney que, em troca, autorizou aos deputados evangélicos e não evangélicos que votavam as leis (que regeriam o país recém-democratizado), de receberem concessões de emissoras de rádio e televisão.

A década de 80 operou mudanças significativas no cenário religioso brasileiro. O país majoritariamente católico deparou-se com um crescente número de novos templos protestantes, da corrente pentecostal e, conseqüentemente, com um crescente número de fiéis provenientes em sua maioria da Igreja Católica.

O pentecostalismo tem sua origem nos Estados Unidos e, como doutrina, se fortalece no poder do Espírito Santo (Pentecostes) e na menor mediação entre Deus e o homem. A figura do sacerdote também se diferencia das igrejas tradicionais, derivadas do Protestantismo Clássico, como a Presbiteriana, a Metodista, entre outras. O sacerdote na igreja pentecostal deve contar com o dom da

¹¹ As obras, respectivamente: *Clientelismo e política no Brasil* (1997), *O cotidiano na política* (2000) e *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo* (2001).

palavra e, não com o *treinamento* antes exigido, como a formação em teologia. Os autores que embasam a discussão sobre o aparecimento e a chegada do pentecostalismo no Brasil, assim como sua inserção na política, são, entre outros, Clara Mafra, Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi¹². Também neste capítulo apresentarei a metodologia utilizada para a análise empírica que constará do capítulo 4.

Dessa forma, o capítulo 4 trará a análise dos projetos dos deputados evangélicos revelando, em um primeiro momento, que praticam clientelismo junto à população assim como o grupo de não evangélicos escolhidos para efeito de comparação¹³. Entretanto, se comparado os “traços clientelistas” dos projetos desses dois grupos, será perceptível que os projetos com traços clientelistas dos evangélicos são distintos daqueles dispostos por esse “grupo controle” dos não evangélicos e visam, sobretudo, beneficiar a sua clientela, a população evangélica. A idéia de reduto eleitoral, por exemplo, desaparece na atuação desses políticos cadenciados pela fé, pois, seus projetos têm em comum a necessidade de reconhecimento religioso ao proporem comemorações e instituições de datas do universo evangélico, no que se mostram muito coerentes, afinal, o país conta hoje com uma parcela muito expressiva de fiéis dessa corrente e que querem maior visibilidade e respeito, de forma que não se assemelham ao clientelismo tradicional.

No entanto, as propostas que versam sobre temas morais apresentaram certa incoerência nas questões sobre igualdade e tolerância, ao proporem privilégios aos membros dessas igrejas ou, ao tratarem de questões como a opção sexual das pessoas. Também é latente a preocupação do grupo enquanto bancada ao propor isenção de impostos a entidades filantrópicas ligadas às denominações religiosas das quais congregam, através da concessão de títulos de Utilidade Pública.

Por último, tento explicar como esses deputados desconhecidos do grande público, podem obter votação tão expressiva nas eleições, comparáveis a políticos que atuam há muito tempo na política paulista. A explicação, ainda que não conclusiva, se dá através do vínculo, da fidelização que esses candidatos/deputados tem com seus eleitores/fiéis, já que compartilham de uma mesma crença e, assim, de uma mesma lógica.

A pesquisa tenta demonstrar que a participação dos deputados evangélicos deve continuar crescendo e, as eleições que ocorrerão nesse ano, de 2006, poderão confirmar essa hipótese, baseada no número de fiéis que também não pára de crescer.

¹² Respectivamente: *As seitas protestantes e o espírito do capitalismo* (1979), *Os evangélicos* (2001), *Os neopentecostais e a teologia da prosperidade* (1996) e *A realidade social das religiões no Brasil. Religião, sociedade e política* (1996).

¹³ Os critérios de escolha estão presentes no capítulo três.

CAPÍTULO 1

Breve história do Brasil República – 1ª parte

*O mais antigo relato da descoberta do Brasil, escrito como carta ao rei português por Pero Vaz de Caminha em 1500, terminava com um rogo de clemência em favor de seu genro.
Richard Graham¹⁴*

A epígrafe acima corrobora o teor de muitas análises sobre a formação do Estado brasileiro e, também, sobre a idéia que o homem comum partilha sobre seu país e suas práticas. Coronelismo, clientelismo, mandonismo, *jeitinho*, propina, privilégios, *agrados*, *mensalão*, enfim, são muitos os prognósticos acerca das práticas, lícitas ou não, dos representantes políticos que, de alguma forma, favoreceram e ainda favorecem pessoas dentro do cenário político nacional. Porém, a persistência desses fenômenos no quadro da história política nacional não ocorre (como em nenhum processo histórico analisado de maneira séria e rigorosa) de forma acidental e nem surge de um momento para outro. Ao fazer parte da cultura política e das práticas sociais, persistindo refletida nas instituições sociais, pode ser identificada como parte da mentalidade que se espelha na estrutura social e política da nação – por extensão, no arcabouço da engenharia institucional e na arquitetura do Estado.

Com base nessa percepção de persistência de uma cultura política baseada na barganha e na intersecção da realização de interesses particulares na esfera do interesse público é que se constitui o interesse deste trabalho, ao procurar o que muda e o que permanece dessa prática no ambiente da competição política e democrática moderna no Brasil. Meu objetivo é o de analisar a atuação de deputados estaduais evangélicos do estado de São Paulo na tentativa de verificar de que maneira, e em que medida, esse grupo partilha uma lógica clientelista junto à seus fiéis eleitores em troca de uma fidelização eleitoral vinculadas à religiosidade praticada. Para tanto, este estudo tentará, ainda que sinteticamente, detalhar como maneiras de se fazer política tiveram sua criação, seu desenvolvimento e, algumas delas, seu desaparecimento para dar lugar à outra, sem escapar, contudo ao ambiente mais geral da barganha política. O objetivo deste capítulo teórico é, ao assinalar que sempre convivemos com práticas bastante distantes do ideário republicano, procurar demonstrar como essa convivência, um tanto quanto perniciosa, entre a promessa de uma República democrática e as práticas clientelistas,

¹⁴ GRAHAM, Richard (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, p. 271.

permanece atuante no fazer política no Brasil. Coronelismo, populismo e clientelismo são algumas das práticas políticas brasileiras que serão analisadas ao longo deste capítulo.

Quando pensamos no ideário republicano vem-nos logo à mente sua premissa básica, a de necessidade do cuidado para com a coisa pública e, principalmente, a idéia de que um Estado com características republicanas deve primar pela proteção do patrimônio público frente aos interesses privados. Em especial, definir como e quais recursos públicos podem ou não ser barganhados na troca democrática: votos *versus* benefícios. Ou seja, verificar em que medida princípios básicos do republicanismo estão ou não presentes na forma de se fazer política através da análise da esfera pública em relação à esfera privada, justamente porque veremos que em alguns momentos não houve qualquer distinção entre uma e outra.

Este capítulo tratará de maneira cronológica o período imediatamente anterior a Proclamação da República em 1889 até 1964, ano do golpe de Estado praticado pelos militares brasileiros. A análise recai sobre o período compreendido entre estes anos pelo caráter que apresenta: governo dos coronéis, governos autoritários, ditatoriais, populismo e regime militar. A ruptura com tais formas de se fazer política dá-se com o advento da redemocratização do Estado em 1985, a partir de então, será analisado no capítulo dois dessa dissertação. O capítulo obedecerá a cronologia dos fatos relacionando-os com análises conceituais sobre os determinados períodos.

Nesta primeira parte do trabalho alguns autores mostraram-se de suma importância, como Oliveira Vianna e Roberto Schwarz¹⁵ ao tratarem da formação do Estado brasileiro e do caráter imitativo de nossas instituições e Luiz Carlos Bresser-Pereira¹⁶ ao tratar da especificidade do Estado republicano.

Após, e durante toda a Primeira República (1889-1930) o *coronelismo*, com a figura do coronel, é o ponto de discussão a partir da visão de Vitor Nunes Leal e o clássico *Coronelismo, enxada e voto*¹⁷. A idéia é discutir de que forma um sistema, o *coronelismo*, pôde ser tão atuante e contar com tantos privilégios em um Estado recém-proclamado republicano.

Em um segundo momento, no período compreendido entre os anos de 1930 e 1945, a idéia de *bonapartismo* adotado por alguns autores, ou seja, a idéia de condução política pelo alto, será o eixo de análise. Após o Golpe de 1930 com a posse de Getúlio Vargas e, depois,

¹⁵ VIANNA, Oliveira (1949). *As instituições políticas brasileiras* e SCHWARZ, Roberto (1977). *As idéias fora de lugar*.

¹⁶ BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2004). *O surgimento do Estado republicano*.

¹⁷ 1997.

com a implantação do Estado Novo, o que caracterizou o Estado brasileiro foram as ações políticas *pelo alto*, ou seja, de forma autoritária, com a incorporação das massas de forma controlada¹⁸.

De 1945 a 1964 a presença do *populismo* é explícita, com práticas políticas fisiológicas baseadas em grande apelo popular. Todos os governos do período tiveram esse apelo, em maior ou menor grau, sendo que na literatura um dos expoentes na análise desse período é Francisco Weffort, com *O populismo na política brasileira*¹⁹.

No período posterior, com o golpe militar de 1964, até 1985 a discussão gira em torno da criação da máquina política que começa a tomar forma nesse regime a partir da análise de Eli Diniz²⁰, até chegar ao momento atual, com o clientelismo urbano, principalmente, no período pós-redemocratização. Também no período militar contamos com outros aspectos clientelistas no interior do regime, o que Fernando Henrique Cardoso²¹ chamará de *anéis burocráticos*.

1.1 – A teoria e a prática do republicanismo no Brasil

Para tratar a questão das práticas de favorecimento político no Brasil precisamos considerar, ou melhor, partir do pressuposto de que estamos falando de um Estado republicano e, como tal, que as premissas que regem esse tipo de Estado devem estar presentes no cotidiano da política. Etimologicamente falando, *República significa cuidado com a coisa pública*²². Aprofundando mais, um Estado republicano deve garantir a proteção do patrimônio público contra a captura do mesmo pela esfera privada. É um Estado com cidadãos participantes organizados em uma sociedade civil e com um funcionalismo público comprometido com a idéia de um interesse público. Segundo Bresser-Pereira²³, *o Estado republicano é viável no contexto de uma sociedade civil ativa na qual são observados os princípios da democracia liberal, social e participativa ou deliberativa*. Embora observe os pilares da democracia como posto acima, é necessário fazê-lo tendo em vista o ideal

¹⁸ Entre outros autores, baseei minha discussão em FAUSTO, Boris (1978): *A revolução de 30*; NOGUEIRA, Marco Aurélio (1998): *Os anos 30 e a nova forma do Estado* e CEPÊDA, Vera Alves (2005): *O conceito de democracia na proposta de representação classista na Constituinte de 1934*.

¹⁹ 1978.

²⁰ DINIZ, Eli (1982). *Voto e máquina política*.

²¹ CARDOSO, Fernando Henrique (1993). *A construção da democracia*.

²² RIBEIRO, Renato Janine (2001).

²³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2004).

republicano, ou seja, a capacidade de proteção do patrimônio público contra possíveis indivíduos ou organizações em busca de realização privada.

O patrimônio público pode ser definido como *tudo o que é público, que pertence ao povo, que é de e para todos, que é manifesto e, portanto dotado de publicidade, que é garantido ou assegurado mediante uma legislação pública*²⁴. No que se refere ao patrimônio público econômico, o fluxo de recursos é o mais vulnerável à apropriação privada. No entanto, o autor chama atenção para algo que Oliveira Vianna²⁵ já mencionara anos antes, que o brasileiro não possui mentalidade de *república*. Só é possível o brasileiro conhecer tal mentalidade, ou nomeando de outra forma, possuir virtude cívica ou ainda cultura cívica, se souber o que constitui um espaço público, se tiver uma idéia do que é um interesse público²⁶. República só existe quando as pessoas passam de meros observadores e passam a agir de forma comprometida com o interesse público.

Durante o período que antecedeu à Proclamação da República e nos anos imediatamente posteriores tínhamos poucos recursos do Estado, porém, estes eram geridos através das demandas do mundo privado, podendo-se perceber a ausência de indistinção entre público e privado, ou seja, os recursos escassos do Estado eram distribuídos obedecendo a critérios particulares daqueles que estavam ocupando posições na esfera de poder político e, não obedecendo a demandas públicas. Nesse sentido, a República brasileira, da forma aqui apresentada, pouco se assemelha a definição acima, ao apropriar-se do mundo público e do poder gerado por ele, cria-se uma *ponte* entre o poder senhorial e o oficial e, assim, ora usa-se um poder ora outro, mas, sempre o poder²⁷. Vejamos como a transição do Império para a República foi analisada por alguns autores do período.

²⁴ Op. Cit.

²⁵ *As Instituições Políticas Brasileiras*, 1949.

²⁶ Isso ficará muito latente ao abordar o clientelismo moderno.

²⁷ A cultura personalista privatista é a base em que se desenvolve o autoritarismo, no entanto, a elite brasileira criou instituições políticas liberais, criando uma contradição persistente na nossa cultura. BONFIM, Manoel e VIANNA, Oliveira concordam ao pensar que o que é diferente é o modo como o país é culturalmente e o modo como a elite gostaria que o país fosse. A elite foi, e é, a principal beneficiária desse arranjo. Anteriores a estes autores destacaram-se BOCAIUVA, Quintino, NABUCO, Joaquim, SALLES, Alberto e MORAES, Prudente de entre outros, com o objetivo de reformar a sociedade de forma controlada, cientificamente orientada por uma elite ilustrada, criticavam a escravidão e a centralização política adotada por D. Pedro II.

Dentre os autores que analisaram o período²⁸ muitos pensaram a formação do Estado com vistas à sua *reforma*, a partir da afirmação de que o Brasil foi formado por imitação à Europa. Imitamos, então, as instituições que careciam de uma cultura de que não dispúnhamos. Dessa forma, essas instituições foram adaptando-se dentro do possível, resultando em um Estado e uma política com traços negativos e que também estariam impressos no caráter do povo. Os autores apontam para as mesmas questões: a imitação das instituições, a criação de um caráter nacional a partir de mudanças na base da sociedade, ou seja, mudar o povo para mudar a sociedade, ainda que *importando* um outro povo como propõe Romero e, culpando a elite pela situação política em que o país se encontrava.

Com Oliveira Vianna²⁹ a questão das reformas tem um outro enfoque. Embora seus argumentos em relação à causa do problema vivido pelo Brasil de então sejam consonantes aos demais autores, no plano das reformas este autor aponta para outro caminho. Já não se trata mais, no limite, de educar o povo, o ideal seria educar as elites para que estas pudessem, com seu poder, fazer bem ao país e o conduzi-lo a um regime político próprio: era a busca por um regime original³⁰. Tem como idéias, também, o alargamento dos direitos civis através das leis trabalhistas e da reforma no Judiciário³¹.

Oliveira Vianna faz-se peça-chave na análise do período para entendermos como as práticas de favorecimento político foram se fortalecendo e permanecendo como algo *normal*

²⁸ BONFIM, Manoel (*Brasil Nação: 1931*) irá dizer que a autonomia brasileira dar-se-ia, tão e somente, pela cultura, pela liberdade e pela educação, apontando que o maior problema da América Latina como um todo é a consciência de colônia/colonizador. O “povo” não seria capaz, por conta de sua ignorância, de reivindicar a educação. A tese do autor permanece na esfera da educação: a base é a cultura que, através da educação, faz o povo pensar e, a partir disso inovar. A elite nacional é apresentada como a culpada pela situação parasitária, e a solução é uma reforma gradual. Em TORRES, Alberto (*O problema nacional brasileiro, 1978*), temos a tese de um povo sem raça própria, sem nacionalidade, sem caráter. Assim como a idéia de uma importação de instituições e idéias européias. Segundo o autor, o povo brasileiro foi moldado pela elite (homens de valores) representada pelo Estado que detém o poder de criar um novo povo (cultura cívica). Também em ROMERO, Sílvio (*Realidades e ilusões no Brasil: 1979*) é a questão da imitação no Brasil, da Europa, o que embasa sua discussão, afirmando a existência de traços de psicologia coletiva ou de um caráter nacional imitativo. Destaca que o desenvolvimento econômico é embasado pelos servos e o desenvolvimento político, pelo clientelismo, através dos capangas ou soldados. Como reforma, defende a imigração germânica para melhorar o caráter nacional que tem na miscigenação, sua fonte negativa.

²⁹ *As Instituições Políticas Brasileiras, 1949.*

³⁰ Como reformista propunha: recusar imitações de instituições, leis estrangeiras e buscar um modelo político próprio; redimensionar a política através da burocracia (promovendo concursos); defende a centralização política na mão do presidente e a descentralização administrativa, diminuindo o poder do parlamento e aumentando o do Executivo; providenciar que a elite seja esclarecida e que uma reforma eleitoral possa servir como mecanismo de extinção da capacidade de reprodução da elite na política. E, não educar o povo e, sim, organizá-lo.

³¹ A democracia, segundo o autor, estaria garantida se os direitos civis o estivessem e não os direitos políticos, ou seja, não estava em pauta a idéia de sufrágio universal ou participação política ampla, mesmo porque, isso seria contrário à centralização do Executivo pretendida em sua reforma. Sugere, então, duas maneiras para tal empreitada: técnicas liberais ou técnicas autoritárias. A técnica é o modelo político próprio, combinando alguns elementos do liberalismo a muitos do autoritarismo. Temos aqui o autoritarismo instrumental que redundou no governo Vargas.

dentro da política. E, principalmente, porque ele traça um panorama que vem ao encontro das questões suscitadas desde o início da análise. Para o autor o problema residia (e talvez ainda resida) no fato de que todos os países vão caminhando no mesmo sentido, para a forma do Estado-Nação democrático, mesmo sem possuir características ou uma base cultural e política para essa implantação. Segundo Oliveira Vianna, nem todos estavam preparados para esse novo tipo de Estado que a Revolução Francesa legou. *E nos seus esforços desesperados para se ajustarem a este tipo novo é que está a causa íntima da 'crise do Estado moderno'*³².

É preciso lembrar também que até 1822 o Brasil foi parte de um Estado-Império, não sendo de modo algum uma democracia³³. As corporações municipais serviam apenas para assegurar o poder dos senhores de terras e sua política personalista de potentados. Essa instituição com os cargos eletivos, postos remunerados, privilégios advindos do poder legislativo, executivo e judiciário eram uma arma a mais que a Coroa atribuiu aos já poderosos senhores de terras que, tornavam-se assim, invencíveis, nas palavras de Oliveira Vianna. A população nunca participou das decisões ali tomadas, mesmo porque, a instituição municipal nunca serviu a esse propósito. *O que houve, durante o período colonial, foi autonomia das administrações municipais. De modo nenhum democracia, no sentido moderno da expressão*³⁴.

A questão política contava com dois extremos, de um lado a aristocracia territorial e, do outro, o apoliticismo da plebe, comerciantes, padres e tropeiros, com maior centralização

³² Op. cit., p. 92.

³³ Havia os governadores gerais, os capitães-generais e os vice-reis. Além de existir uma burocracia, os militares, ouvidores gerais, juízes e, também, as câmaras municipais com seus vereadores, os juízes e os procuradores. Todas essas instituições eram oligárquicas e aristocráticas, não democráticas. E o povo? O povo, ou os pés descalços, não tinha qualquer participação política. As câmaras municipais não só não eram eleitas pelo povo, como também, não eram ocupadas por membros deste. Quem participava de ambos os processos eram os *nobres de linhagem*, constituídos pelos nobres que aqui chegaram e seus descendentes somados a alta burocracia civil e militar da Colônia e, os *homens novos*, os burgueses do comércio, todos eles inseridos no Livro da Nobreza. Livro este que continha os nomes elegíveis para o cargo de vereador. Além disso, privilégios eram-lhes concedidos, assim como isenções diversas e o exercício dos cargos públicos. Tratava-se de uma elite minúscula, quando comparada à massa, e que raramente estava na cidade. A aristocracia vivia em suas fazendas e só comparecia na cidade em dias de festejos ou nos dias de reunião da Câmara, *ninguém de posses ou fortuna mora nas vilas ou cidades do interior*. Na Colônia, ser um vereador era sinônimo de honraria, de dignidade pública, concedida apenas àqueles homens nobres ou qualificados (homens novos), a descendência ou a fortuna o garantiria. O povo-massa não interferia nos processos políticos, quem o fazia era o povo-elite, a nobreza da terra. Nunca tivemos um governo do povo, direto ou de direito como nos Estados-aldeias, sempre tivemos um governo de elites. *Quem não fosse fidalgo não podia exercer a vereança*. Houve sim, elementos do povo-massa que foram eleitos ao cargo, mas, o foram por força da corrupção dos próprios elementos da elite, que foram deixando de lado a pureza de sangue, ou ao ascenderem por conta dos valores pessoais obtidos durante as guerras. Ou seja, tiveram que tornar-se nobres antes de pleitear uma vaga nas Câmaras.

³⁴ VIANNA, Oliveira, 1949.

do poder e maior dispersão territorial³⁵. Os partidos nacionais eram “produzidos” a partir da aliança entre os grandes latifundiários, através do casamento de seus filhos, das relações de afetividade, lealdade e fidelidade, que somadas ao parentesco criavam *clãs* - instituições políticas liberais que previam participação política. A plebe tornara-se votante com a implantação da República. O sufrágio é universal, mas o voto, é de cabresto, ou seja, o voto é definido a partir da relação estabelecida entre senhores proprietários de terras e seus empregados e agregados³⁶. As transmissões dos laços afetivos (amor ou ódio) próprios do mundo privado para o mundo público formam o Estado brasileiro com a cultura do patriarca, uma cultura autoritária³⁷. Decorrendo disso, a tese de Oliveira Vianna indica que

Essas instituições sempre funcionaram aqui como um traço cultural exótico, um 'empréstimo', um 'transplante', que nunca pôde aclimar-se bem (...). Nas zonas predominantemente agrarizadas, nunca tiveram ou puderam ter caráter *democrático*, menos ainda os seus municípios aquela mentalidade de repúblico³⁸.

Tornamos-nos uma República sem que a população tivesse uma mentalidade de “*repúblico*”. O Brasil representava um Estado-Nação que copiou instituições européias como se, também, nossa cultura fosse a européia, descartando as peculiaridades brasileiras. Isso fica patente no texto de Roberto Schwarz³⁹, ao mostrar como as idéias liberais e modernas apareciam aqui no Brasil em seu momento áureo. No período pré-República os analistas brasileiros viam na realidade que se apresentava uma série de problemas: o Brasil com a escravidão seria “ímpolítico e abominável”, distante da ciência, das Luzes, do progresso difuso na Europa com o trabalho livre. De outro lado, a simples referência ao negro nas artes, por exemplo, ofendia os ouvidos mais “cultos”. Independente das opiniões, elas expressavam a distância existente entre a realidade e as idéias de cunho liberal que aqui chegavam, e se implantavam, vindas da Europa⁴⁰.

³⁵ A Europa enquanto Estado-cidade tem no comércio o motor para a urbanização, com espaços menos pessoais e com o cidadão anônimo e, com a idéia de impessoalidade, no Brasil, as relações afetuosas permeiam o seu desenvolvimento.

³⁶ Na Europa surge no período a idéia de representação política.

³⁷ A morfologia social, que define a forma da vida social, foi composta pela família patriarcal. Esta, somada a *culturologia*, sinônimo de costumes (crenças encarnadas em uso ou não), de usos (crenças encarnadas) e instituições (costumes encarnados em Lei) geram as instituições políticas, permeadas pelo personalismo (mundo da casa regendo o mundo da rua), a crença nas pessoas e não no indivíduo (sujeito abstrato presente no liberalismo), carregando características do mundo da casa como cor e nome de família.

³⁸ Op. cit. p. 131

³⁹ As idéias fora de lugar in: *Ao vencedor as batatas*. 1977.

⁴⁰ Outra opinião era a de que, de nada adiantaria ter trabalhadores livres, como na Inglaterra, se passassem fome e necessidade, pelo menos os *escravos brasileiros estavam bem alimentados*. Trabalho livre não passava de *mórbida filantropia*. A escravidão ia contra tudo o que estava sendo pregado na Europa: não só contra a idéia de trabalho livre, mas, também na relação tempo/produção. Se na Europa a produção se acelerava, gastando o

Além dos escravos e de seus donos, Schwarz chama a atenção para uma terceira classe, a dos homens livres, constituída pelos pequenos comerciantes, agregados dos latifundiários, profissionais liberais e funcionários públicos. O que regula a relação desta classe com a dos latifundiários é a lógica do favor, de forma direta ou indireta, ela perpassa todas as relações. O pequeno comerciante precisa do favor para ter sua propriedade em segurança, o funcionário para continuar ocupando seu cargo e por aí vai. Segundo Schwarz, além da escravidão, a colonização portuguesa também nos agraciou com a lógica do favor. Somado então ao escravismo, o favor vai contra todas as idéias liberais que aqui chegavam. A teoria adotada pelas elites era o Liberalismo, no entanto, a prática, era a da escravidão e do favor, exercidos pelas mesmas pessoas. O favor carrega uma justificação embasada na racionalidade, dando margem para um maior agradecimento daquele que o recebe.

Liberalismo aqui passa a ser sinônimo de prestígios diversos, não porque a teoria foi distorcida, mas porque foi adotado apenas o rótulo liberal, as práticas permaneceram as mesmas, o principal era o favor, as idéias liberais estavam em segundo plano. *Assim, como método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc*⁴¹. Como tais elementos conviviam? A cumplicidade decorre do fato de que, geralmente, os mesmos que exacerbavam as vantagens das idéias europeias, liberais e, portanto, modernas, na prática continuavam exercendo a escravidão e o favor. As críticas advinham daqueles que conseguiam perceber claramente essa cumplicidade e que, muitas vezes, eram cúmplices também em razão do favor. Além disso, o favor conferia *status* de liberdade àquele que o recebia⁴².

O Brasil, então o último país com regime de escravidão⁴³, via-se diante das idéias mais modernas do planeta, como as do Liberalismo e do Socialismo, de certa forma envergonhado e rancoroso, como diz Schwarz, pois de nada nos serviam. Porém, tais idéias eram adotadas aqui também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção⁴⁴.

menor tempo possível para a feitura de um produto, no Brasil o escravo passava o dia todo fazendo uma única atividade, pautada pelo autoritarismo e não pela eficiência, além de não possuir nenhum tipo de especialização, ou seja, na contramão da racionalização.

⁴¹ SCHWARZ, Roberto, 1977:18.

⁴² Essa contradição aparece nas revistas e jornais da época e na arquitetura. Na corte usavam-se cristais e outros materiais finos além da adoção de outro tipo de comportamento, mais cerimonial. O objetivo era ficar o mais parecido com o estilo de vida europeu, nem que para isso fosse preciso importar todos os materiais e serviços. A modernidade europeia, da sociedade viva e produtora teve no Brasil um reflexo distorcido, uma bravata, um ornamento, assim como as idéias liberais. Se por um lado esse alto grau de impropérios dava lugar a pouca ou nenhuma reflexão, por outro, acarretava um ceticismo em relação a todas as ideologias.

⁴³ A França aboliu a escravidão em suas colônias em 1789, a Inglaterra em 1838, os Estados Unidos em 1865 e, o Brasil em 1888.

⁴⁴ Op. cit., p. 22.

Com a República em 1889, podemos dizer de forma superficial que boa parte da elite, com os *nobres de linhagem e homens novos*, chegou ao poder. *E o que mudou*, é a primeira pergunta que me proponho responder. Quais as propostas da República? Acabar com o trabalho escravo transformando-o em livre e, a cidadania, ou no caso, o direito de ser elegível e eleitor, expandir-se amplamente do ponto de vista político e jurídico. A distinção social operada no Império através do trabalho e da relação escravista precisava ser reformulada e a maneira encontrada para produzir hierarquia foi a idéia de raça, assim como a identidade brasileira passou a ser dada pela idéia positiva de miscigenação. Desse modo, sua legitimação ocorre pela ciência e não mais pela Igreja. A República criou um campo político de certa forma autônomo e com regras próprias, além da profissionalização da política e formação de um campo intelectual com a criação de instituições acadêmicas. A Proclamação da República deveria mudar o quadro geral observado durante o Império ⁴⁵.

A República tem como valores a promoção do bem comum, a virtude, a abnegação e o cuidado com a coisa pública, como bem significa o termo. A virtude consiste em não ceder às tentações do favorecimento privado em detrimento do público, é abnegar, renunciar a essa tentação. A sociedade brasileira durante toda a Primeira República (1891-1930) era um organismo social com predomínio dos interesses do setor agrário-exportador, tendo como expoentes os fazendeiros do café⁴⁶. Era a burguesia paulista e parte da burguesia mineira que comandavam o país. O Estado atendia essa burguesia socializando as perdas do setor cafeeiro que representava cerca de 60% da renda nacional. O setor cafeeiro sempre contou com a cumplicidade do governo neste período. Todos os presidentes da República, não só paulistas e mineiros como os que não foram apoiados por São Paulo (Hermes da Fonseca, por exemplo), nunca pretenderam alterar a característica básica da vida *republicana brasileira*, atendendo, com primazia o setor do café⁴⁷. O que melhor ilustra a distância existente entre o ideário republicano e a prática política no Brasil foi a existência do *coronelismo* como marca política da Primeira República.

⁴⁵ O favorecimento político durante a Colônia, com vimos, decorreu inicialmente da concessão de terras pela Coroa, originando os grandes latifúndios. Nestes, a regra era o patriarcalismo, sinônimo de autoritarismo, incorporando o mandonismo. Não existia nenhum traço democrático, a distância física entre uma fazenda e outra, um povoado e outro, minimizava qualquer possibilidade de desenvolvimento de um espírito comunitário. As grandes propriedades no período eram de posse dos nobres (portugueses e seus descendentes), dos bandeirantes paulistas e dos poucos comerciantes abastados. São eles os únicos que poderão ocupar um das cadeiras do poder municipal, quando este é criado, eleitos por eles mesmos. Toda a Colônia é marcada pelo poder dos grandes latifundiários.

⁴⁶ A população brasileira, “bestializada”, assistiu ao surgimento do Brasil República, como demonstra Carvalho⁴⁶, achando que se tratava de uma parada militar, sem atinar para o significado que aquele momento deveria ter, sem atinar para a responsabilidade que um cidadão republicano e um Estado idem deveriam possuir.

⁴⁷ FAUSTO, Boris, 1978:230.

Ao analisar a história política nacional retrospectivamente, Avelino Filho⁴⁸ trabalha com um modelo baseado em três momentos do desenvolvimento político: sociedades tradicionais, em transição e desenvolvidas. O primeiro momento se apresentaria com poder exclusivo dos *notáveis*, ou seja, os latifundiários e antigos nobres, com poder político e econômico, sem dependência dos recursos estatais, é o que vemos no período anterior à Proclamação da República. No segundo momento, a presença de relações pessoal e patronal somados aos recursos basicamente estatais são as principais características, temos assim o *coronelismo*, sistema esse analisado na próxima seção. O terceiro momento será analisado posteriormente.

1.2 – As formas *oficiosas* do fazer política brasileira

Logo após a Proclamação da República a 15 de novembro de 1889 já era possível perceber que pouca coisa havia mudado no cenário político brasileiro. Mais especificamente, no campo das práticas de favorecimento político, nada mudou. Os coronéis, atores políticos importantes durante o Império, com seu poderio econômico e político, pouco sofrem. Em realidade, o que muda para eles é que o poder econômico começa a declinar e o político tende a aumentar, em uma espécie de compensação.

O coronel surgiu ainda durante o Brasil-colônia e tornou-se figura “clássica” na política brasileira, no entanto, só veio a transformar-se em sinônimo de poder excessivo na Primeira República⁴⁹. A situação econômica dos grandes fazendeiros entrara em declínio devido ao baixo valor do café no mercado externo, e a criação do Estado federativo que garantiu a constituição de um cargo com muito poder: o governador.

Constituído a partir da conjuntura acima, teremos na figura do coronel e no conceito atribuído às suas ações, o *coronelismo*, a primeira forma *oficiosa* de prática de favorecimento político no Brasil republicano. Sendo mais específica, tratava-se de um *compromisso* entre o Estado fraco e os senhores de terra com sua influência política local sobre o eleitorado rural. Tínhamos assim uma dupla dependência: de um lado o governo que não podia abrir mão do

⁴⁸ AVELINO Filho, George, 1997.

⁴⁹ Com a criação da Guarda Nacional em 1831 substituindo as milícias foi criado um posto municipal com a patente de coronel, dependente de poder econômico ou social (somente os tinham os proprietários rurais). Mas, isso foi se diluindo com o tempo, se antes exigia-se um comando efetivo da posição ocupada, essas atribuições foram sendo deixadas de lado e, possuindo renda suficiente para “comprar” tal patente qualquer um seria coronel. Ou seja, não mudando praticamente nada.

eleitorado fortemente influenciado pelos senhores de terra e, do outro, os fazendeiros que dependiam do governo para prosseguirem no poder⁵⁰.

Porém, *coronelismo* só faz sentido ao ser pensado na política local, ou seja, municipal, definido como o *resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada*⁵¹ e uma manifestação do poder privado que, mesmo após o fim da monarquia e com o advento da República persistiu em existir, convivendo com uma base representativa que, no entanto, não tem espaço e nem percepção do que isso significa.

A questão fundamental para entender a existência dos chefes políticos é a distribuição e a posse de terras. Sabemos que as terras foram distribuídas durante o período colonial ao sabor da vontade do Império e, como as municipalidades eram executadas⁵², assim, Leal⁵³ apresenta números que só corroboram a situação de total privilégio para com os senhores de terras. Em 1940 mais de 70% das terras estava concentrada em apenas 8% das propriedades rurais registradas. Entre as superpropriedades latifundiárias (de 1000 ha a mais) havia 1,46% de propriedades num total de 45,31% das terras brasileiras de propriedade privada. Dos pequenos e dos minifúndios, 64% dos donos detinham apenas 11% das terras ficando claro que grande parte da população brasileira no campo encontrava-se na pobreza⁵⁴.

Dessa forma, tínhamos de um lado os coronéis, com a iminência de perder prestígio e poder com o declínio econômico bem como o poder político local e, de outro, o dos governadores, correndo o risco de perder uma base eleitoral *fiel* ao coronel, porque ainda vítima do voto de cabresto. Esses fatores fizeram com que ambos os lados unissem suas forças com o mesmo objetivo: conquistar votos e poder político. Num sistema de

⁵⁰ Advêm deste coronelismo, o mandonismo, o filhotismo, a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos locais. Todo coronel, em princípio, é um chefe político, porém, no período estudado o contrário já não se encontrava mais. São muitos os advogados, médicos elevados à condição de chefes políticos. No entanto, eram de alguma forma ligados aos coronéis, ou pelos laços de parentesco ou compromissos políticos. De algum modo o chefe municipal permanece sendo o coronel.

⁵¹ LEAL, Vitor Nunes (1975). *Coronelismo, Enxada e Voto*, p. 20.

⁵² VIANNA, Oliveira (1949), demonstrou com clareza como os municípios foram criados e quais eram as atribuições daqueles que ocupavam cargos na municipalidade.

⁵³ LEAL, Vitor Nunes (1975).

⁵⁴ No mesmo censo de 40 foram observadas quatro categorias: empregadores (2,67%), empregados (33,47%), autônomos (35,01%) e membros da família (28,19%) em uma população de cerca de nove milhões de pessoas. Autônomos: proprietários e não-proprietários: *Exercem atividade por sua própria conta, ou isoladamente ou com o auxílio, não diretamente remunerado, de pessoas de sua própria família*, colonos, rendeiros e em parcerias. Membros da família: *exercem atividade em benefício de outrem, sem perceberem salário fixo ou por tarefa*, a incidência de controle é maior através do patriarcalismo, do voto de cabresto. Ligados também ao grupo de autônomos. Como já sabemos, o voto de cabresto funciona da seguinte maneira: grande parte da população é ligada aos proprietários que custeiam o voto no sentido de organizar a eleição daqueles que são alijados de posse: pagam roupa, transporte, documentos, etc para o dia das eleições.

reciprocidade e dupla dependência. O coronel que detém a base eleitoral como um rebanho, orientando ou induzindo o seu voto, oferecendo serviços transformados em benefícios, como água encanada, pontes, escolas, etc., além de transporte, roupa nova e alimentação no dia da eleição. O governador, ou futuro governador, apoiando os chefes locais com maior chance de votos para seus correligionários.

Leal afirma ainda que, essa reciprocidade está presente em todos os níveis da política assentado no coronel que constitui a base. A relação é tão complexa, tão “truncada” que não é difícil resvalar para uma opinião benevolente, ou condescendente para com a atuação do coronel⁵⁵. Neste caso, é preciso manter à vista que a relação de opressão é presente o tempo todo, que temos o pobre e o rico, o dominado e o dominador, sempre. E mais, ainda que seja um sistema de reciprocidade, a população, em suma, nada recebe de devido, a não ser um par de botas no dia da eleição quando muito, permanecendo distante da política e das ações que irão impactar sua vida, mesmo porque, não se reconhece como parte do processo político.

O autor ainda leva a discussão para os poucos recursos existentes, principalmente, nos municípios. Assim, as benfeitorias na infra-estrutura só aconteceriam pelo poder do chefe local, no mais, sem fazer alguma benfeitoria, diz o autor que um chefe local não duraria no poder. Segundo o autor, o Estado também disporia de poucos recursos escolhendo os municípios aliados para beneficiá-los, sendo a *fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o ‘coronelismo’ na sua expressão governista*⁵⁶. As campanhas eleitorais eram pagas pelo Estado de forma direta ou indiretamente (serviços, concessão de transporte, gráficas, etc) e, às vezes, à custa dos próprios candidatos. O pouco dinheiro do município era, então, alocado em grande parte para a campanha nos períodos eleitorais, o que sobrasse poderia ser investido em melhorias locais.

Nesse sentido, não há como classificar as ações do chefe municipal como boas, uma vez que a prioridade era sua reeleição e, os custos para tal saíssem do próprio orçamento público⁵⁷. E, para tanto, o oficialismo estadual apoiaria a facção mais forte no município, para minimizar ou inibir a violência. A disputa entre chefes locais é única e exclusivamente pelo

⁵⁵ O imaginário popular também opera com essa ambigüidade, basta pensar nas novelas globais que sempre apresentaram o coronel como o *príncipe* de Maquiavel, faz o mal, mas, também faz o bem, ainda que em doses homeopáticas.

⁵⁶ Op. cit. p.45

⁵⁷ Quando se refere ao delegado e ao subdelegado, o autor comenta que aquele que pode fazer o “bem” torna-se mais poderoso para fazer o mal. Pelo apoio à esfera estadual, o chefe municipal espera nomear tais posições que, nomeariam muitas outras subordinadas a eles. O autor ainda comenta que só um desequilibrado pratica o mal pelo mal, principalmente, na política e, a violência só seria usada em última instância. Não é possível deixar de

acesso ao poder estadual e as benesses que este pode oferecer. Não se trata de lutar por alterações na configuração política ou regime político, seja qual for o grupo, desde sempre, expressam seu absoluto apoio ao governo estadual e, este último necessita de todos os votos que o chefe local pode lhe angariar. Este é o compromisso *coronelistas*⁵⁸. O *coronelismo* se apoiaria em duas fraquezas: do coronel que necessita desse prestígio e apóia o Estado e da massa desamparada e desiludida que trabalha para o primeiro sem ter a menor noção do que significa espaço, bens e interesses públicos ou comuns⁵⁹.

O autor diz também que, freqüentemente, o chefe local era acusado de não possuir espírito público, embora fosse ele quem, na maioria das vezes, levava melhorias ao município. Água encanada, igreja, escola e campo de futebol, por exemplo, eram vistos como realizações até heróicas em determinados municípios. Às vezes conseguidos pelo seu prestígio apenas, outras por colaborações particulares do próprio ou de amigos, levando-o à posição de líder. Um certo descaso pela coisa pública era sempre mencionado nas eleições por aquele que, geralmente, perdia o cargo para o candidato apoiado pelo coronel, levando-o ao ceticismo em relação à democracia. No entanto, se na eleição seguinte o derrotado obtivesse o apoio do coronel, o ceticismo desapareceria.

A figura do coronel e do *coronelismo* demonstram claramente que não havia naquele momento uma distinção entre a esfera pública e a privada. A formação de um Estado republicano não garantiu a proteção do patrimônio público, não garantiu, também, que a sua administração fosse de caráter impessoal, baseado nas leis, mesmo porque vimos que ele permaneceu com várias das características fundadas nas relações de patriarcalismo, com tudo que isso representa: afetividade, lealdade, autoritarismo, hierarquia, etc., e onde a lei seria seguida apenas quando fossem julgados os inimigos; quanto aos amigos, a lógica de favor era a que regeria a decisão. Ao formar-se o corpo burocrático, composto através de concursos, os únicos capacitados ao exercício da função eram os filhos da aristocracia formados na Europa. Dessa forma, em seu cotidiano aplicava aos inimigos a Lei e, aos amigos o favor, que era a

pensar no que todo esse poder é capaz estando concentrado nas mãos de um único homem, de forma que estes comentários soem até como ingenuidade.

⁵⁸ Os municípios carecem de autonomia política pelos seguintes fatores: *penúria orçamentária, excesso de encargos, redução de suas atribuições autônomas, limitações ao princípio da eletividade de sua administração, intervenção da polícia nos pleitos locais etc* (p. 50). Falta a autonomia legal e sobra a extralegal na qualidade dos coronéis – carta branca para agirem. À várias das questões que o autor coloca sobre o poder que o Estado teria para minimizar a influência dos chefes locais, chega-se a seguinte resposta: pelos votos que esse chefe local coopta, tudo é permitido, violência, corrupção explícita e outras coisas mais.

⁵⁹ Quando do estudo, cerca de 80% do eleitorado fazia parte do domínio rural. A idéia de que o presidente Campos Salles tenha “legitimado” esse coronelismo aparece na concepção da *política dos governadores* que, no

lógica apreendida em sua criação familiar, não garantindo que o Estado fosse eficiente. É o que chamamos de funcionário patrimonial⁶⁰. No lugar da lei, o favor; interesses objetivos *versus* particularismos; regras abstratas *versus* sensibilidade/afetividade; civilidade *versus* cordialidade.

A primeira crítica que o autor faz é no sentido de que o poder municipal na figura do coronel não era, tão e somente, um capricho ou arbitrariedade, não era um aspecto de sua personalidade individual. O que o autor não fala é que esse poder do coronel tem bases nos privilégios concedidos nos primórdios da formação do Estado e, portanto, ele é cúmplice deste sistema. Vimos em Schwarz⁶¹ que mesmo tendo como discurso as idéias liberais pautadas pela igualdade, esta encontra seu reflexo invertido nas práticas dos mesmos personagens, latifundiários e escravocratas, que continuam coniventes com toda a desigualdade presente no período. O mesmo pode-se dizer sobre a idéia de representatividade que a República trouxe, assim como a de sufrágio universal e, principalmente sobre o cuidado com o patrimônio público. Na teoria elas são perfeitas e seguem o modelo europeu, no entanto, na prática, elas são manipuladas pelo poder senhorial e pelo voto de cabresto. O fato de o Estado não possuir recursos suficientes para oferecer os pressupostos básicos da proposta republicana, não deveria garantir o direito do coronel dispor de seu poderio econômico para manipular a população recém possuidora do direito ao voto. Nesse sentido, a República e os ideais iluministas que a influenciaram não encontrou aqui correspondência, não tornou todos iguais e também não conseguiu operar a indistinção entre público e privado⁶².

De certa forma, a liderança dos coronéis vai diminuindo com o advento da modernização: o transporte e a comunicação vão se desenvolvendo, a população rural vai ficando menos dependente e menos controlada pelo patrão/coronel e, devido ao êxodo rural com a industrialização diminuiu o rebanho sob seu cabresto. Porém, a população ainda rural, não tinha acesso à política, na verdade era o político estadual que não acessava esses eleitores sem a mediação e a influência dos coronéis. É o sistema de reciprocidade: de um lado os

limite, é a política dos coronéis. Os governadores dominam os votos para Presidente, porém, são os coronéis que dominam os votos legislativos.

⁶⁰ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque (1997) e FAORO, Raymundo (1958).

⁶¹ *As idéias fora de lugar*. 1977.

⁶² O modo como a distribuição de terras foi feita durante a Colônia resultou nessa posse indiscriminada de grandes porções territoriais. LEAL, Vitor Nunes (1975) diz que as características do coronelismo fazem parte da estrutura econômica e social do país, e, também, que a crítica a essa liderança como carente de idealismo político acaba por vir dos políticos estaduais e/ou federais que, normalmente, fizeram parte desse tipo de favorecimento, pois começaram suas carreiras na chefia municipal. No entanto, essa liderança detém muitos outros aspectos, enfim, *uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviços, agregados, amigos ou chefes*, que veremos se perpetuar no tempo, ainda que sob outras figuras políticas que não um coronel.

coronéis que, justamente, influenciam e conduzem o eleitorado como um rebanho e, de outro, o deputado que dispõe dos meios para obtenção de empregos, recursos financeiros, força policial, etc. Mas, faz-se necessário frisar que, são co-dependentes: o coronel precisa do prestígio que o poder público lhe atribui e, o deputado, na figura do poder público, precisa dos votos que o coronel pode lhe proporcionar.

Carvalho distingue com clareza em artigo de 1997⁶³, *coronelismo* de clientelismo, e de mandonismo⁶⁴ e afirma que o primeiro é datado e existiu apenas na Primeira República, da Proclamação ao Estado Novo.

Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista lateral. Seu conteúdo varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo⁶⁵.

Dentro do coronelismo existiram sim, relações clientelísticas, porém, ao tratarmos, hoje, de clientelismo nos referimos a uma troca entre políticos e a população mais pobre da sociedade. Toda sorte de “benefícios” é trocada por votos, como poderemos perceber no desenrolar dessa pesquisa. Como já posto anteriormente, o clientelismo moderno se dá entre o eleitor e aquele que deveria representá-lo junto à sociedade, no entanto, este último firma-se como aquele que tem acesso ao poder público e, portanto, aquele que pode mediar a concessão de benefícios. Empregos, atendimento nos serviços públicos, de asfalto à saúde, são conseguidos pela população, junto ao poder público, mediado pelos políticos. No *coronelismo*, o mediador era o coronel, era ele quem conseguia benefícios para a vila em troca de seu apoio. Deixo claro, que o exemplo é apenas ilustrativo, não se trata de substituição do coronel pelo deputado, justamente porque, quando os coronéis perdem o controle dos votos, os deputados passam a tratar diretamente com os eleitores. A questão é que sempre convivemos com algum tipo de barganha que traz alguma vantagem para aqueles que fizeram parte do cenário político e, geralmente, o fazem contrariando o elemento primordial do republicanismo: a proteção do público contra a apropriação pelo privado.

⁶³ CARVALHO, José Murilo (1997). *Mandonismo, Coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Concorde com a idéia sistêmica que LEAL (1975) atribui ao evento e com os fatos que incorreram na formação deste: o fato político com a implementação do federalismo com a República e, a conjuntura econômica, com a decadência econômica dos fazendeiros. O primeiro fato garantiu a criação de um cargo com muitos poderes, o governador e, o segundo, enfraqueceu o poder político dos coronéis em relação aos seus inimigos.

⁶⁴ O mandonismo é exercido por alguém possuidor de algum recurso escasso, dominando todos os que fossem dependentes deste recurso. Terras, água, ou qualquer outro recurso que estivesse sob o jugo de uma só pessoa, podendo ser mesmo um coronel, no entanto não se trata de um sistema político. Tal dominação não entra em questões político-institucionais. O mandão é uma figura que sempre existiu, LEAL (1975) trata o *coronelismo* como um momento do mandonismo, quando o que manda começa a perder seu poder e recorre ao Estado.

⁶⁵ CARVALHO, 1997: 233.

Tal sistema político não acabou após a Proclamação da República, nem no governo provisório de 30, nem tampouco no regime Constitucional de 34, de certa forma “desaparece” com o Estado Novo devido ao caráter ditatorial e, conforme Leal, ainda volta em algum momento em 45. *Este quadro nos revela que o ‘coronelismo’ tem sido, no Brasil, inseparável do regime representativo em base ampla.* Aumenta o poder público e diminui o poder dos coronéis, no entanto, a relação de fraqueza é existente nos dois níveis.

Até 1926, politicamente falando, a esfera federal girava em torno da alternância do poder por São Paulo e Minas Gerais, no que foi chamado de política do café com leite, na estadual com a política dos governadores e, na local ou municipal, com o *coronelismo*. No entanto, com Washington Luis (1926-1930) algumas mudanças foram introduzidas provocando fortes desagrvos entre o grupo econômico dominante⁶⁶.

Nesse embate surge entre as oligarquias que já controlavam o poder regional (parte de MG, RGS e PB) a Aliança Liberal que não refletia oposições de classe e nem uma luta no interior das classes dominantes⁶⁷. A plataforma da Aliança seguia o trajeto das demais mudanças ocorridas no país republicano, de cima para baixo, sem abalos e sem sacrifícios. Assim seria feita a implantação da República Liberal-Democrática⁶⁸, pelas mãos daqueles que

⁶⁶ Até então a economia era regida pela valorização do café. Washington Luis passa a não mais atender os interesses da oligarquia cafeeira, indica um candidato que contrariava a alternância de todo o período republicano e inicia o processo que desemboca na Revolução de 30. O grupo gozava de uma ampla autonomia estadual, os cafeicultores eram possuidores de muito capital, formaram um grupo coeso e poderoso. Por outro lado, o Estado não se apresentava frágil, representava sim, o setor cafeeiro em nome dos interesses nacionais. Neste ínterim surge a Aliança Liberal tendo o nome de Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República. A burguesia cafeeira descontente com o governo vê na figura de Vargas a única saída. O Estado legitimava as oligarquias regionais, funcionando como árbitro nas áreas cujos interesses não representava de maneira direta. Os partidos que nesse ínterim surgiram foram os republicanos estaduais, já que não existiam grupos coesos o suficiente para agruparem-se. Não esquecer que é na Primeira República que o coronelismo existiu. O poder estadual advinha do poder municipal controlado pelos coronéis. Era ainda política dos governadores. Além do mais, democracia estava apenas presente no papel, na Constituição, embora universalizado, o voto não era secreto, o que aumentava a manipulação das escolhas. FAUSTO, Bóris (1978).

⁶⁷ Não como um agrupamento revolucionário, mas como um instrumento de pressão frente ao controle central, travestido de interesses regionais, com Getúlio Vargas candidato à Presidência. Porém, os interesses regionais não são mais os do setor cafeeiro, pelo contrário, o grupo defende aqueles que se encontravam desvinculados desse setor, em especial no Rio Grande do Sul. O pilar em que se apoiava era, acima de tudo, a reforma política. A defesa da representação popular, o voto secreto e a indicação de magistrados nas mesas eleitorais foram atrativos à classe média. O Partido Democrático de São Paulo surge em 1926 a partir de um setor cafeeiro, grupos abastados economicamente e de profissionais liberais da alta classe média provenientes do setor agrário.

⁶⁸ Mas, do mesmo modo que as anteriores, a eleição de 30 foi marcada por fraude de ambos os lados (Getúlio Vargas e Júlio Prestes Embora Prestes tenha saído vitorioso nas eleições de 1930 sua base de apoio deixara de existir. Com a derrota da Aliança os velhos oligarcas aceitam o apoio dos tenentes⁶⁸ e lançam-se à via revolucionária, frente a fragilidade do governo. A revolução estoura no Rio Grande do Sul tendo como estopim a morte de João Pessoa na Paraíba. São Paulo constituiu-se como o foco mais resistente porém, dissolveu-se ao saber da deposição de Júlio Prestes e, quando Vargas chega ao estado, encontra entusiasmo no povo ao recebê-lo em 29 de outubro de 1930.

já participavam do jogo, sem a participação da base da sociedade, sem iniciativa popular, imposta pelo poder vigente.

O Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade, é o que afirma Fausto. O golpe de 30 só tem apoio das oligarquias porque estas não estavam sendo mais atendidas como antes e, claro, porque já se encontravam em decadência econômica.

1.3 – De 1930 a 1945: novas "mudanças"?

Nos anos 30 tivemos mudança sem mudança, o novo convivendo com o velho, passado e presente juntos, prolongamentos e preservações. A exclusão da população permaneceu, a desigualdade aumentou, os escravos tornaram-se livres no século anterior, porém, marginalizados e sem empregos, os latifúndios continuaram tão grandes quanto antes, a aristocracia não passou por maiores problemas para adaptar-se ao “novo” e permaneceu no Estado com as novas elites. O rótulo mais usado, como progresso, não refletia a realidade, que era de miséria e aprofundamento das desigualdades sociais. A nova ordem surge, no entanto, os velhos símbolos persistem: mandonismo, latifúndio e clientelismo. A oligarquia “evoluiu” também, adaptando-se à modernização e à modernidade onde fosse inevitável, mas, nunca deixando de possuir o poder. E a burguesia? Não é, no Brasil, sinônimo de civilização e modernidade, é antes, símbolo de uma atitude instrumental. Onde houvesse vantagem lá estaria a burguesia, independente se no “atraso” ou no “progresso⁶⁹”. Houve uma união da burguesia ascendente com a oligarquia. Não houve ruptura alguma entre o velho e o novo, houve uma união, uma acomodação de interesses. As oligarquias surgem no pós-30 como se nada houvesse ocorrido porque, de fato, pouco ocorreu: uma vitória parcial de outros grupos que acabaram por sentirem-se obrigados a compor com os primeiros. *Oligarquias, portanto, existem tanto entre vencidos como entre vencedores.*

Entre burguesia e oligarquia, desta forma, estabelecer-se-ão numerosos pontos de comunicação e prolongamento, até mesmo porque a maior parte dessa burguesia vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural⁷⁰.

⁶⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio (1998).

⁷⁰ Op. Cit., p. 32

Também as promessas republicanas voltam ao seio das discussões, porém, pautadas pelo Estado como o promotor dessas mudanças. Troca-se a elite no poder e o “como” governar. A República Velha através de suas oligarquias destituiu o Estado de boa parte de seu conteúdo, ocupando seu lugar na condução de políticas que, acabavam por privilegiá-las tão e somente. No período que se inicia com a revolução de 30, o Estado na tentativa de responder à velha oligarquia que o esvaziou, impõe seu poder a toda a sociedade. As oligarquias saíram e não saíram do poder. Se, por um lado elas foram forçadas a abdicar o poder que detinham na velha República, na nova, exigiram, também, uma nova configuração: seus parentes e contatos foram absorvidos no Estado, o patrimonialismo permanece apesar do aparelho estatal constituir-se como *a hora dos técnicos, dos assessores, das comissões especiais, expressão de um outro tipo de racionalidade*. Como conciliar o quadro de funcionários oriundo e preparado pelas oligarquias e o modelo racional legal pretendido pelo Estado Novo? *O Estado, em suma, superpunha-se às oligarquias, mas não de modo a descartá-las: reconhecendo-as*⁷¹.

Não se tratou, apenas, de reduzir a influência das oligarquias, vistas aqui como o poder regional, tratou-se de uma re-fundação do Estado, incluindo novos elementos na administração da coisa pública, não apenas um alargamento de suas funções, mas uma alteração na estrutura burocrática. Um Estado *inchado*, o que não significa eficiente. Nogueira chama a atenção para o fato de que tais mudanças refletiram a natureza mesma da revolução: uma revolução passiva ou prussiana, sem alterar de fato as estruturas, sem ruptura, mas, com acomodações entre as velhas oligarquias e, as novas sob o “jugo” do Estado.

Aumenta-se o poder dos sindicatos, tidos como órgãos públicos de cooperação e que legitimam o projeto político do governo, em contrapartida os partidos perdem poder. Inclusão da população sim, mas limitada pelo mundo do trabalho que é controlado pelo Estado que, além de corporativista era um Estado clientelista⁷². Isso fica mais visível ao pensarmos a Constituição de 1934 que regeu o país até 1937, início do Estado Novo. Cepêda demonstra

⁷¹ Op. cit., p. 43..

⁷² A legislação trabalhista mais o Estado corporativista visavam, sobretudo, a desmobilização da classe trabalhadora. O Estado controlando o mercado com vistas à acumulação primitiva do capital utilizando-se, inclusive, da violência física e simbólica. Esta última com a clara intenção de criar uma ideologia de cooperação entre as classes e de uma legitimação das leis trabalhistas. Com isso, durante todos os anos da década de 30, rege a regulação social que culmina na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (1943). O Brasil ingressa na fase de industrialização através do corporativismo impedindo que uma ordem democrática realmente fosse estabelecida. Esse corporativismo foi pensado de forma sistemática inclusive adotando uma ideologia aos trabalhadores. O *trabalhismo* foi criado como forma adversa do fascismo, do comunismo, do liberalismo e do integralismo porque, segundo o governo, nenhum desses era capaz de satisfazer à singularidade do trabalhador brasileiro. Tal ideologia foi incorporada ao mito Vargas, o “pai dos pobres”.

que essa foi a primeira Carta a propor os ideais de uma revolução Burguesa: *liberalismo político, transição para uma economia moderna industrial, emergência de novos atores sociais, crescente fragmentação das classes e negociação dos antagonismos entre capital e trabalho*⁷³.

O Estado não deveria possuir apenas o caráter coercitivo, mas, também, a função de organizar, regulamentar e educar a sociedade. O Estado passa a refletir o grupo dominante e até mesmo, a substituí-lo, mediando os interesses dos grupos subordinados com os do grupo fundamental. Daí a necessidade de uma burocracia eficiente, encorpada (inchada) e técnica, além de criar uma nova relação com a *intelligentsia* brasileira. O sufrágio universal das massas convive com a figura de um soberano, distantes da idéia de partidos políticos, dissolvendo ou marginalizando-os, o que liquida o sistema eleitoral. Une a massa amorfa como um tutor, na figura de apenas um único representante da Nação, estando acima dos interesses de classe e dos conflitos sociais, conseguindo com isso estar indiferente aos privilégios de classes, atendendo igualmente a todos os estratos. Embora as elites atuantes no período da Primeira República não mais possuíssem o poder de outrora e, também, não se configurassem como os principais agentes políticos, não foram de todos descartados, ou alijados do poder. Vargas não beneficiava nenhum grupo em específico, mas atendia todos os grupos de interesses.

Ao final do Estado Novo o novo regime, com o presidente eleito democraticamente Gal. Eurico Gaspar Dutra, iniciou com algumas pequenas mudanças: a existência de um Legislativo capaz de exercer alguma pressão sobre o Executivo, ainda que ‘amarrado’ pela burocracia e pela hipertrofia do Executivo. Na transição não houve a influência partidária e sua nova Constituição também não pactuou para o florescimento dos partidos políticos. As massas aparecem no pós-45 como solução, ou para a busca da democracia social ou para a idéia de comunismo.

Em 1945 os novos atores ‘incluídos’ no processo político durante o governo Vargas, em especial o período estadonovista, já poderão organizar-se autonomamente. No entanto, o caminho sempre foi árduo. Mesmo com o voto secreto expandido, o contexto das negociações permanece o mesmo: estruturas corporativistas, industrialização induzida, de modo que o sufrágio universal - sinônimo de democracia – não foi suficiente para a radicalização na vida nacional, ou seja, não alterou a estrutura do Estado de forma a permitir maior participação

⁷³ CEPÊDA, Vera Alves (2005).

ativa da população. O trabalhador permanecerá obrigado a pactuar, ou continuar pactuando, com um Estado ainda de feições bonapartistas, sem compromisso específico com uma parcela da sociedade, sujeitando-se a todas elas: a massa continuando sob a tutela estatal.

Com o fim do governo Vargas, sua característica de apelo popular, se podemos dizer assim, é transferida para os demais governos (1945 a 1964) que foram chamados de governos *populistas*. São seis os presidentes: Gal. Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (vice de Vargas que assume o mandato após o suicídio do presidente, 1954-1955), Juscelino Kubtscheck (1956-1961), Jânio Quadros (1961 – renuncia no mesmo ano) e João Goulart (vice de Jânio, 1961-1964). Em comum, todos eles possuíam um traço personalista, carismático, com forte apelo popular. Analistas como Francisco Weffort⁷⁴ afirmam que neste período, apesar do caráter demagógico dos políticos, houve uma maior vazão às reivindicações da população, ao contrário do governo ditatorial de Vargas. Também nesse período começa a ficar latente a relação entre político e eleitor, uma relação mais afinada.

Temos nesse período uma relação de compromissos clientelistas dentro dos setores dominantes e, entre os políticos e a população, embora esta última tenha *lucrado* bem menos que os primeiros. O que muda no período democrático em relação ao anterior, basicamente, é a possibilidade da população reivindicar. Na ditadura varguista essa possibilidade era quase nula, devido ao grande autoritarismo do governante. O apelo à população ou sua inclusão, fez parte dos discursos em ambos os períodos (30-45 e 45-64), todavia, o sufrágio torna-se uma arma, ainda que não totalmente eficaz, de pressão sobre os grupos dominantes no período populista. E, claro, era pressão porque os grupos dominantes eram compostos por várias frações da sociedade que se viam acuados frente à possibilidade de alguma manifestação mais radical das massas que, de certa forma, é manifesta nos discursos políticos⁷⁵.

Ao pensar em República, que tem como palco a *civitas* e os cidadãos, abro um parêntese para considerar a distinção que Araújo⁷⁶ apresenta sobre três formas de cidadania. O

⁷⁴ *O populismo no Brasil*, 1989.

⁷⁵ O momento populista entra em crise quando os interesses que faziam parte do grande pacto social que o caracterizou, deixaram de ser totalmente atendidos. A direita e as classes médias com medo da crescente participação popular, os latifundiários amedrontados com as idéias de reforma agrária do governo de João Goulart e a incorporação dos camponeses nas questões trabalhistas e sociais, também a burguesia industrial receosa com a pressão popular. Enfim, todos os setores que, embora não estivessem de fato no poder, mas que compunham com ele e que participam do compromisso social, perceberam-se ameaçados em relação aos benefícios advindos da esfera política.

⁷⁶ ARAÚJO, Cícero (2002). *Entre o Estado e a revolução*.

civismo seria ao ideal de excelência de participação; o plebeísmo, o ideal de universalismo da participação e, o pluralismo como o ideal de tolerância para com os diferentes. O arranjo destas três formas resulta em uma democracia. No entanto, um Estado democrático fundado na idéia de sufrágio universal não garante a sustentação da República, não é garantia de um “corpo” cívico, o que podemos perceber nas análises acima.

O populismo apresentava-se como o único modo de fazer política no Brasil. Mas, como um caminho de mão dupla. Ainda que controlando as massas, abriu caminho para as reivindicações, deixando conseqüências que se desdobrariam ao longo das décadas seguintes. O pacto populista impôs limites: os partidos políticos ficaram absorvidos pelo Estado; a questão agrária foi colocada como questão secundária; a cidadania permaneceu controlada, uma cidadania regulada; o presidencialismo, plebiscitário e, a administração pública ficou distorcida. Em 1945 novamente as promessas da República apareceram no ideário político.

Não deve, portanto surpreender que hoje, após décadas de modernização capitalista acelerada, regra geral viabilizada por regimes ditatoriais e caracterizada pela dificuldade de incluir socialmente as grandes massas da sociedade, estejam os brasileiros às voltas com temas e problemas reiterados teimosamente: a integração social e regional, a democracia, o desenvolvimento, a reorganização do Estado, a aproximação Estado-sociedade. Temas que, na sua totalidade, integraram destacadamente a agenda dos anos 30⁷⁷.

O populismo representou a debilidade dos grupos dominantes, urbanos, ao tentar substituir as oligarquias rurais no poder. E, também, a expressão do popular emergindo para o desenvolvimento urbano-industrial. É possível pensar que o populismo é caracterizado tão e somente por um fenômeno de ordem pessoal que de ordem político social. É claro que tivemos manipulação das massas, no entanto, afirma Weffort, que essa nunca foi absoluta. Foi um movimento de mão dupla: manipulação das massas e expressão de insatisfações. É ambíguo sim, talvez por conta da ambigüidade de seus representantes políticos⁷⁸.

A atuação política da década de 30 propiciou o estabelecimento do populismo no Brasil que perdurou até 64, véspera do golpe que implantou o regime militar. De 30 a 64 o que houve foi a antecipação das elites no movimento político em relação às reivindicações populares, já que as massas populares sempre estiveram à parte deste cenário. Sempre foram mudanças “pelo alto” com a participação popular presente no discurso político, no sentido de

⁷⁷ WEFFORT, Francisco Côrrea, 1989:80.

⁷⁸ Em 45, Gal. Dutra, em 50 novamente Vargas, 55 com Juscelino Kubitschek, depois Jânio Quadros e sua renúncia em 61 e, a posse de João Goulart terminando no golpe de 64.

sempre, também, evitar radicalização ou revolução política. As massas foram incorporadas de forma regulada, tornando-as, assim, mais apáticas⁷⁹. Mesmo com o fim do governo Vargas, a *era Vargas* parece não ter acabado, pelo menos sua forma de fazer política permaneceu, fortalecendo-se nos anos vindouros em todas as esferas decisórias. *Populismo é no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa*⁸⁰.

Não mudando muita coisa, a população ainda permaneceu distante do fazer política, fato este que Weffort acentua como explicação a sua ausência durante o golpe de 64, mas, conseguiu expressar sua insatisfação, a ponto de amedrontar as camadas mais conservadoras, reacionárias, enfim, a elite no poder. O que provocou a emergência das massas? A redemocratização de 45 não é o fato fundamental, o que fez a população “aparecer” é a forma legalizada que a democracia traz à tona, da possibilidade de manifestar suas insatisfações, coisa que não acontecia no governo ditatorial de Vargas. Ainda que fosse uma participação restrita, no limite apenas no nível das atuais configurações políticas, compondo o quadro com a elite que se apresentava, ainda assim representava alguma possibilidade⁸¹.

Em relação ao sufrágio, é pela ausência de partidos fortes, ou eficientes, que a relação da população com a política torna-se uma relação entre indivíduos. As associações, as mais diversas, estudantis, sindicais, os próprios partidos, não ofereceram de fato nenhuma independência em relação ao poder instituído e, nenhuma pressão efetiva sobre este.

De qualquer modo, há a ressaltar que a dependência política das associações e o sufrágio como meio básico de expressão popular, constituem outros dois aspectos da incorporação das massas populares às estruturas políticas do capitalismo brasileiro em processo de desenvolvimento através da industrialização e da urbanização⁸².

Até a véspera do golpe de 64 persistia o espírito oligárquico das novas elites. No entanto, o medo de um movimento popular tomava a todos do setor dominante. Já não eram mais possíveis os compromissos que foram tão eficazes em outros tempos e, os movimentos

⁷⁹ Sem qualquer noção das idéias republicanas, do espaço público, assim como ocorrera na Proclamação da República.

⁸⁰ WEFFORT, 1989:28.

⁸¹ Vale dizer que povo não significava eleitorado, porque grande parte da população era analfabeta e estava excluída do cenário político (quase a totalidade rural e boa parte dos adultos das cidades). Entre 62 e 63 a questão rural, em especial a reforma agrária era a pauta mais discutida, as cidades crescendo sob o advento da industrialização e o meio rural dominado pelos fazendeiros decadentes preocupados com o mercado externo. Era a preocupação das elites governantes. A população rural ao ser incorporada às massas populares da cidade, com o desenvolvimento, de certa forma deitaria por terra a via revolucionária. É preciso deixar claro que desde a crise de 1929 e, depois com a revolução de 30, é nas cidades que está a população que decide politicamente.

de “acomodação” já não resolviam mais. A situação apresentava-se da seguinte maneira, de um lado os reformistas acenando com a participação popular e de outro, os reacionários prevendo uma baderna caso isso ocorresse. O golpe de 64 põe fim aos ideais reformistas.

1.4 – O golpe de 1964 e a nova configuração política

Com o golpe militar de 1964 a elite política é quase que totalmente excluída do processo político, setor por setor: elite sobrevivente da Revolução de 30, segmentos políticos da ala conservadora. E, claro também, toda a massa popular. Ou seja, excluiu-se a sociedade civil da vida política nacional. A massa não tem noção do que é o patrimônio público inexistente na massa, principalmente, no que tange ao fluxo de recursos tão utilizados pelos políticos. Desde o período anterior, deixa de existir um intermediário entre o político e a população, a relação se configura entre indivíduos. É o homem político e não, o sistema político que se mostra ao eleitorado. Isso é latente no período posterior, como poderemos ver adiante e, permanece muito forte e ainda mais explícito nas relações da população com o legislativo atualmente. Parece ficar patente que é, justamente, dessa forma de se fazer política, que o clientelismo eleitoral surge, ou melhor, se transforma no que conhecemos hoje.

O estudo de Diniz⁸³ que compreende os anos de 1966 a 1978 dá a medida de como o clientelismo praticado entre a população e o legislativo acontece. A partir do conceito *máquina política*⁸⁴, a autora vai demonstrando as principais características do que hoje chamamos clientelismo moderno, ou urbano. Entre as várias características, uma máquina política é uma organização partidária com poder para atrair os clientes por meio de recompensas materiais. Recompensas tais como, empregos, cargos na administração pública, privilégios, contratos facilitados para bens e serviços entre muitos outros, compõem o quadro

⁸² Op. Cit., p. 21.

⁸³ Ver: DINIZ, Eli (1982). *Voto e Máquina Política*.

⁸⁴ O conceito *máquina política* foi desenvolvido pela sociologia e ciência política americanas, em larga medida nos centros urbanos. Inicialmente referia-se a organizações políticas que se contrapunham às instituições legítimas do Estado, tendo como instrumentos toda sorte de operações ilegais: suborno, corrupção, fraude e suas análises se assemelhavam a investigações, denúncias. Num outro sentido, o conceito se neutralizou, afastando-se desse caráter negativo. Desse modo, toda organização política, composta por lideranças e hierarquia passa a ser considerada uma máquina política. Na década de 30 o conceito foi relativizado, nem totalmente negativo e tampouco neutro, máquina política passou também a possuir um caráter positivo, o de integrar a população, ou parte dela, por meio de respostas às várias demandas. Merton apud Diniz aprofunda estas questões demonstrando que as máquinas se estabelecem e persistem a medida que conseguem dar conta de demandas que poderiam nunca ser satisfeitas, partindo da premissa de atender interesses particulares de uma determinada parte da população.

de benefícios. Temos também as recompensas simbólicas na forma de honorarias e homenagens ou, prestígio e visibilidade pelo fato de pertencimento à organização.

É possível ainda apontar para o vínculo que pode surgir entre essas máquinas e grupos clandestinos que podem operar sob sua proteção, em contrapartida, injetam recursos financeiros nas primeiras. *Evidentemente, os serviços prestados pela máquina dirigem-se a grupos bastante diversificados, incluindo filiados, adeptos e eleitores do partido* podendo os benefícios ser pessoais, para a família, grupos de vizinhos, categorias tais como, étnicas, religiosas ou funcional, através da patronagem, defesa e adoção de medidas que visem tais benefícios⁸⁵.

A máquina, do ponto de vista de suas funções sociais, seria um sistema centralizado de prestação de serviços, atendendo a diferentes tipos de clientela, desde homens de negócios integrados à estrutura social vigente, a contraventores atuando à margem da estrutura legal oficial⁸⁶.

No período do regime militar, já sabemos que a sociedade civil esteve à margem das decisões políticas com suas reivindicações atendidas na base da troca clientelista, que as elites remanescentes da década de 30 que permaneciam no poder também foram depostas, entretanto, alguns grupos foram beneficiados neste período, através de um mecanismo de cooptação chamado por Fernando Henrique Cardoso de *anéis burocráticos*⁸⁷.

A formação desses *anéis* deveu-se a aspectos de conjuntura histórica, no período de 45 a 64 tivemos o fortalecimento do espírito nacional, aumentou a apatia da população e, somados aos políticos profissionais que se estabeleceram, levou-nos a uma administração pública embasada no clientelismo tendo a confusa convivência da modernização com rotina,

coexistência do clientelismo tradicional com a mobilização direta das massas desde que esta estivesse limitada e apoiada pelo dinamismo político e econômico gerado pelo próprio Estado desenvolvimentista; da administração tradicional com a tecnocracia; da definição programada de objetivos econômicos com toda sorte de concessões às pressões dos interesses particularistas enraizados na vida econômica e política⁸⁸.

Desde o governo Vargas e, principalmente a partir do governo Kubitschek, um *segundo escalão* de planejadores começou a se formar. A idéia de planejar, invariavelmente, encontrou resistências dentro mesmo dos governos, motivo este que dificultou o alcance do êxito na implantação de variados planos. Esse *segundo escalão* de planejadores era

⁸⁵ Tais incentivos guardam muita semelhança com os benefícios que o coronel oferecia aos seus eleitores, guardadas as devidas proporções: a máquina política não é um sistema político como o foi o coronelismo.

⁸⁶ Op. cit. p 26

⁸⁷ CARDOSO, Fernando Henrique 1997.

constituído por vários grupos de interessados no planejamento estatal, grupos chamados de “ilhas de racionalidade”⁸⁹, que surgem, justamente, em decorrência da ausência de estruturas que façam a mediação entre o Estado e as classes. Essas *ilhas* são *círculos de interessados*, que passam a interferir diretamente nos níveis estaduais, regionais e nacional, em relação às questões econômicas e de administração, possibilitando conflitos diante de um clientelismo político e de uma burocracia inerte.

Como funções da burocracia brasileira salientam-se as capacidades de: propiciar ascensão da classe média educada; fornecer renda permanente para essa classe média que dá sustentação ao regime; oferecer uma qualidade inferior de serviços e, possibilitar que alguns grupos beneficiem-se do regime a partir de iniciativas privadas⁹⁰. Tudo o que é oposto ao modelo republicano de administração pública. Enfim, trata-se de um Estado que conta com uma burocracia moderna, no entanto, os grupos de interesses existentes pressionam-no no sentido de influenciar suas decisões que, no período populista eram mais discretas.

Geralmente essa teia de cumplicidade era pautada pelas relações pessoais, agrupava do vereador ao ministro, passando pelo comerciante e o funcionário público. Os interesses então eram organizados em anéis, que atravessava toda a pirâmide social, ligando-os a todos os grupos de interesses, de modo a tomar parte das decisões políticas. O golpe de 64 não pôe fim somente ao populismo, inicia o rompimento destes anéis baseados nas relações pessoais. O autor coloca que no âmbito estritamente político, o regime militar tendia para uma recuperação da política dos governadores, sepultada no governo Vargas, pela possibilidade dos governos locais impedirem qualquer emergência de um novo populista.

Os *anéis burocráticos* não são mais redes onde prevalecem as relações de cunho pessoal. Dentro dos *anéis burocráticos* a presença do capital privado se faz sentir a partir dos grupos beneficiados diretamente pelo regime militar (capital multinacional, financeiro, industrial, etc.). Já foi dito antes que a sociedade civil foi excluída do cenário político, entretanto, na esfera econômica são estes os grupos favorecidos. O novo regime, *foi flexível para cooptar e incorporar as pressões, tanto do grande capital quanto dos setores assalariados de altas rendas que se beneficiam com o modelo vigente de desenvolvimento-associado.*⁹¹

⁸⁸ Op. cit., p. 147.

⁸⁹ CARDOSO citando HIRSCHMAN.

⁹⁰ CARDOSO citando DALAND.

⁹¹ Op. Cit., p. 172.

Não temos um instrumento de pressão da sociedade, o que temos é a cooptação de elementos que asseguram a sustentação do regime, e que, como contrapartida recebem a possibilidade de influenciar as decisões no campo político-econômico. Não atuam como representantes de classes, as propostas e questões são individuais. Além destes anéis se localizarem especificamente na burocracia, ao redor de um possuidor de um cargo, se diferencia dos anéis anteriores, também, pelo fato de que o Estado dispõe da capacidade e da autoridade em destituir ou transferir o ocupante do cargo, controlando e, conseqüentemente, desarticulando as pressões existentes.

Assim, a 'inércia burocrática' é, antes de tudo, um mecanismo político pelo que implicitamente se define que a administração é supletiva aos interesses privatistas, e estes fluem, em suas relações com o Estado, através de teias de cumplicidade pessoais⁹².

Resgatando a análise de Avelino Filho⁹³ sobre os três momentos das sociedades, vimos que o primeiro é o das sociedades tradicionais onde prevalece o poder dos notáveis, sem recursos estatais, no segundo, das sociedades em transição, o poder desses mesmos notáveis conta com os recursos que o Estado pode propiciar e, o terceiro e último, das sociedades desenvolvidas, seria aquele sublinhado pela existência de partidos ideológicos e de massa, legitimação das instituições políticas via *valores públicos e universais* e políticas públicas planejadas a longo prazo.

O Brasil, segundo o autor, possui poderes patronais com recursos estatais se confundindo com a existência de partidos ideológicos e de massa. O clientelismo moderno se encaixa nesse desajuste, entre a estrutura e o sistema político. As práticas clientelistas vêm substituir os antigos poderosos/coronéis e respondem à ineficiência institucional para atendimento das demandas da sociedade civil, demandas estas que deveriam ser satisfeitas pelo direito que cada cidadão possui. Em geral o clientelismo se assenta sobre os direitos básicos garantidos na forma da lei, como asfalto nas ruas, saneamento básico, escolas, postos de saúde, etc. Dito de outra forma, o clientelismo se apóia no pouco *cuidado* dispensado ao patrimônio público, ou, na ineficácia desse patrimônio em se proteger dos interesses privados. Esse clientelismo moderno está presente nas sociedades onde existe uma grande parcela de população de baixa renda, que vê nesse político a possibilidade de conseguir direitos básicos que são transformados em *benefícios* através das mãos desse mesmo representante. O voto

⁹² Op. Cit., p. 150.

⁹³ 1997.

deixa de ser ideológico para representar uma forma de agradecimento pelos *benefícios* recebidos⁹⁴.

É justamente esse clientelismo moderno, que procuro perceber na análise sobre a relação dos políticos evangélicos e seus eleitores no momento atual, que é o meu objeto de pesquisa, como já apresentado inicialmente. Procurarei perceber se a atuação desse grupo segue o modelo tradicional de barganha eleitoral ou se apresenta mudanças por tratar-se de um grupo com características religiosas. Essas questões serão mais bem elucidadas nos capítulos três e quatro dessa dissertação.

O capítulo seguinte permanecerá com a mesma metodologia adotada neste, porém, abordando o momento posterior ao regime militar, a partir de 1985 até os dias de hoje, não perdendo de visto, no entanto, como as práticas de favorecimento político permanecem atuantes sob o rótulo de clientelismo em uma sociedade recém-democratizada.

⁹⁴ O termo benefício está grafado dessa forma justamente para chamar a atenção do leitor de que não se trata de na realidade de um benefício, os direitos básicos que o Estado deveria fornecer assim se apresentam através da ação dos políticos clientelistas.

CAPITULO 2

Breve história do Brasil República – 2ª parte

No capítulo anterior pudemos ver quais foram os antecedentes da Proclamação da República, qual era o espírito vigente à época, como a teoria e a prática republicana aqui se relacionavam. Podemos afirmar que o novo momento contou com alguns traços do Império, aqui denominados de práticas de favorecimento político, que, ao invés de desaparecerem com o processo de modernização e crescente complexidade política, vêm, ao contrário, fortalecendo-se e perpetuando-se até os dias de hoje. Ainda que com mudanças, esses traços sobrevivem no momento, com outros agentes e, em outros níveis decisórios da Nação.

Nessa segunda parte da história republicana trataremos da abertura política engendrada pelo regime militar em direção à redemocratização ocorrida a partir de 1985. Esperava-se contar com instituições políticas isentas de qualquer tipo de favorecimento político, tão presente nos períodos anteriores, ditatoriais ou não. No entanto, o clientelismo moderno, que está presente em sociedades complexas, não desapareceu. A literatura sobre o tema confirma a existência dessa prática que não dá mostrar de desaparecimento.

Nesses mais de vinte anos de democracia convivemos ainda com o clientelismo, traço de uma sociedade tradicional. Permanecemos com uma característica típica das sociedades em transição com outras de uma desenvolvida, como lembra Avelino Filho. Mesmo com o sufrágio universal a população mais pobre tem acesso aos direitos já garantidos ou outros que reivindicam através da relação clientelista com seus representantes eleitos democraticamente. A idéia deste capítulo é demonstrar como o país sob a égide da moderna democracia, que traz em seu bojo a idéia de representação política, de racionalidade e impessoalidade, tem ainda como prática o clientelismo feito através da mediação dos representantes junto ao poder público. O objetivo é tentar responder a algumas questões: como essas práticas podem coexistir com os ideais da República? O que permite a atuação do clientelismo, com o uso dos recursos públicos em prol da conquista de votos, dentro de uma lógica de cuidado com o patrimônio público? O que possibilita a permanência do clientelismo? Nossa cultura política? A democracia moderna baseada no sufrágio universal aliado ao neoliberalismo? Trata-se de uma compatibilidade ou uma cumplicidade?

A literatura recente sobre a prática clientelista será a base de capítulo, contando com os trabalhos de Karina Kuschnir⁹⁵, Marcelo Baquero⁹⁶ e Marcos Otávio Bezerra⁹⁷, entre outros. Além disso, tentarei discutir a questão democrática moderna e como tal arranjo influencia essa prática. Dentre os autores que embasam essa discussão, destacam-se José Nun⁹⁸, Atílio Borón⁹⁹, Norberto Bobbio¹⁰⁰ e Joseph Schumpeter¹⁰¹.

2.1 – A transição democrática

Após vinte anos de regime militar, ainda que com alternância de poder, as restrições políticas eram muitas. O movimento das Diretas Já em 1985 não obteve êxito e, somente em 1989 elegemos um presidente civil, vinte e cinco anos após o golpe de 64¹⁰². É importante frisar que, decorridos tantos anos de governos autoritários, civis ou militares, o retorno à democracia trazia a idéia de maior participação popular e, assim, maior capacidade de reivindicações e realizações das demandas. Do mesmo modo, a idéia de privilégios e/ou de favores tenderia a desaparecer com o advento da moderna democracia constituída sobre os pilares da representatividade.

No entanto, confirmando teorias postas anteriormente, essas idéias não encontraram ressonância em nossas instituições. Os autores tratados no capítulo anterior, que analisaram a Proclamação da República afirmavam que o maior problema do Brasil era o caráter imitativo de nossas instituições, já que copiávamos o modelo e o implantávamos sem que nossa cultura política fosse igual à do país-modelo. De forma que, mesmo sendo perfeito na teoria, o modelo adotado aqui se transformava em outra coisa, não gerando as instituições preconizadas.

⁹⁵ *O cotidiano da política* (2000).

⁹⁶ *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo* (2001).

⁹⁷ *Em nome das “bases”*. (1999)

⁹⁸ *Democracia: Gobierno Del pueblo o gobierno de los políticos?* (2000).

⁹⁹ *Os novos Leviatãs* (2001).

¹⁰⁰ *O futuro da democracia* (1996).

¹⁰¹ *Capitalismo, socialismo e democracia*. (1942)

¹⁰² No entanto, o Brasil não foi o único país a sofrer fortes restrições políticas e civis. Outros países da América Latina também tiveram longos períodos ditatoriais, como Chile e Argentina. Estou ressaltando esse fato porque a transição para o regime democrático no Brasil guarda semelhanças com a dos outros países, além de se configurar em um momento em que o mundo ocidental passa por mudanças em seus regimes político-econômicos.

No período da abertura política o modelo adotado foi o das democracias modernas ocidentais¹⁰³. Em um primeiro momento a maioria dos novos regimes afirmou-se pelo seu oposto, ou seja, recusou-se ao autoritarismo¹⁰⁴. Touraine discutindo no período de transição as possibilidades da democracia na América Latina destacava que a principal fraqueza era a falta de atores sociais autônomos, independentes dos atores políticos. Toda a ação social era, então, subordinada à ação política. Isso fica patente no Brasil onde a prioridade foi dada aos partidos, a certas instituições e a personalidades identificadas com a institucionalidade sendo, no entanto, independentes de grupos de pressão, Igreja ou intelectuais. Por esse motivo as questões sociais e seus atores ficaram subordinados às decisões da esfera política, assim, o *próprio êxito dos valores democráticos pode constituir uma fonte de debilitamento da democracia*¹⁰⁵. Na distensão as bandeiras levantadas foram, principalmente, aquelas ligadas às questões de ordem política: sufrágio universal, representação, anistia aos presos políticos e retorno de todos os direitos de sua esfera. Democracia não foi pensada como diminuição da desigualdade social, justiça, igualdade, de forma que reivindicações populares não apareceram entre os temas que levaram ao retorno dessa democracia¹⁰⁶.

Se no período anterior ao golpe as massas populares estavam conseguindo dar voz às suas reivindicações ainda que não obtivesse êxito, no regime militar, a voz se calou por imposição. De forma que, mesmo no regime democrático com o sufrágio universal, esta voz não se faz presente para afirmar-se como participante da esfera política, permitindo que o político eleito faça a mediação junto ao poder público. Contribui para isso a mercantilização dos serviços básicos, transformando-os em mercadorias que à população mais pobre só chegará pela via clientelista. E nesse cenário a população brasileira foi às urnas escolher, após vinte e cinco anos, o primeiro presidente eleito pelo sufrágio universal, em 1989¹⁰⁷.

¹⁰³ Para breve efeito comparativo, estou relacionando o Brasil a alguns países sul-americanos.

¹⁰⁴ É o que argumenta NUN, José (2000).

¹⁰⁵ TOURAINE, Alain. 1986, p.12.

¹⁰⁶ Acredito que carecemos de um estudo sobre a memória do homem comum no período de transição. Aquele que estava longe do universo acadêmico, político ou mesmo, longe das grandes fábricas. Talvez assim perceberíamos melhor como suas insatisfações não apareceram no ideário democrático.

¹⁰⁷ Embora o texto constitucional de 1988 não tenha um caráter neoliberal, já que não concedeu liberdade ao capital estrangeiro, não aumentou o controle de mercado, idéias de cunho liberal como o Código do Consumidor e a defesa do meio-ambiente estão presentes assim como idéias mais sociais: busca do pleno emprego e tratamento favorável às pequenas empresas brasileiras com sede e administração no Brasil. No entanto, o que na prática se viu foram as privatizações e a mercantilização dos serviços de educação, saúde, etc.

Segundo alguns autores¹⁰⁸, a sociedade brasileira teria se redemocratizado adotando o paradigma elaborado por Joseph Schumpeter¹⁰⁹, assim como grande parte das sociedades consideradas hoje democráticas. Não estou entendendo democracia no sentido clássico, ateniense, e sim, a partir de uma concepção mais normativa, como *uma forma de organização política baseada na igualdade potencial de influência de todos os cidadãos, que concede às pessoas comuns a capacidade de decidir coletivamente seu destino*¹¹⁰, dessa forma, penso em democracia como a capacidade de promover maior igualdade e inclusão da maioria. A teoria schumpeteriana reduz essa capacidade de igual influência ao momento do voto, democracia como um fim em si mesmo, e não, como um meio para alcançar-se a participação de todos e a realização de um bem coletivo. Primeiro porque, segundo Schumpeter¹¹¹, o bem comum não existe. Como se baseia na idéia de uma *natureza humana*, cada cidadão teria uma idéia do que é um bem comum, porque os homens são egoístas por natureza, não sendo possível a elaboração de um bem coletivo porque não se interessam pelos assuntos políticos e, pior, não se interessam porque agem irracionalmente quando o assunto é esse. Assim, os assuntos políticos devem ficar a cargo de uma minoria esclarecida.

A definição, já clássica, de democracia para esse autor é *aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população*¹¹². Democracia se resume ao sufrágio universal. É a competição entre elites políticas pela conquista de votos. Ao *demos*

¹⁰⁸NUN argumenta que nas transições ocorridas na América Latina para uma democracia, estas foram muito influenciadas pela teoria schumpeteriana. *Su sencillez y su realismo parecían resolver cualquier duda tanto en el plano teórico como en el plano práctico, especialmente para aquellos que procuraban distanciarse lo más posible de anteriores fervores revolucionarios*. 2000:31.

¹⁰⁹ *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, 1942. SCHUMPETER, Joseph formula sua definição de democracia a partir da concepção de organização social e natureza humana presentes na *Teoria das Elites*. Esta teoria baseia-se, fundamentalmente, na idéia de que existe uma divisão entre uma massa que não se incomoda em ser igual aos outros, e uma elite com dons específicos como, por exemplo, o da política. Para PARETO, Vilfredo o conceito de elite não carrega valor, assim o mendigo mais "sucedido", por estar em frente à Igreja Central é tão elite quanto o milionário da especulação financeira. A distinção existe entre a elite governante e a não governante. A *circulação das elites* pode acontecer de duas formas: através da cooptação dos melhores pela elite governante ou, pela via revolucionária. Independente das formas, a disputa ocorrerá entre dois grupos de elite, os que possuem força e os astutos e, a massa nunca opinará livremente, quando o fizer será via manipulação de um dos dois grupos. Para MOSCA, Gaetano a classe dirigente é constituída de organização, qualificação e pautada por princípios morais universais. O pensamento é conservador ao perceber possíveis movimentos da maioria como ilusão e, antidemocrático por não acreditar na capacidade da maioria governar. Outro teórico das elites é MICHELS, Robert que afirma que as massas são incapazes de organizarem-se devido à burocratização gerada pela oligarquização dos membros do movimento. Segundo o autor, a necessidade de se criar cargos que mantêm a organização eficiente transforma o movimento revolucionário em um partido burocratizado. (MIGUEL, 2002).

¹¹⁰ MIGUEL, Luis Felipe. 2002:484.

¹¹¹ 1942.

¹¹² Op. cit. P.336.

cabe apenas escolher um candidato em disputa e, retirar essa escolha caso não a satisfaça, mas, somente nas eleições seguintes¹¹³.

Os eleitores não decidem as questões. Mas tampouco escolhem os membros do parlamento entre uma população elegível com mentalidade perfeitamente aberta. Em todos os casos normais, a iniciativa está com o candidato que busca o cargo de membro do parlamento e com a liderança local. Os eleitores limitam-se a aceitar essa solicitação em preferência a outras ou a recusar-se a aceitá-la¹¹⁴.

A cultura política brasileira, com seus *vícios*, com as decisões sempre tomadas *pelo alto*, a partir de seus governantes, propiciou uma recepção favorável à teoria schumpeteriana. O eleitor brasileiro, de fato, raramente teve a realização de suas reivindicações. A partir de Schumpeter e sua definição de democracia, tornou-se ainda mais difícil ter essas demandas atendidas, pois além de ser livre apenas para escolher um dentre todos os candidatos, seu papel resume-se a isso, o voto. A interferência no mandato é condenada pelo autor, pela razão já abordada anteriormente, a de que o eleitor é irracional em questões políticas. O político deve ser livre em seu mandato para tomar as decisões que melhor lhe aprouver.

No período em que ocorreu a transição democrática no Brasil o que estava em voga no mundo era o avanço do neoliberalismo em contraponto às políticas do Estado de Bem Estar Social adotadas na Europa e Estados Unidos¹¹⁵. O Brasil vai adotar o programa com os mesmos pressupostos que a Europa e Estados Unidos: queda da inflação, aumento da desigualdade, privatizações e abertura comercial. As práticas políticas regidas, agora, pelo mercado abriram maiores precedentes para a barganha política com base no clientelismo, já que os tais direitos básicos à população foram transformados em serviços, foram mercantilizados. Assim, as práticas políticas passam a, definitivamente, não encontrar correspondência na idéia de bens ou interesses comuns. A lei é a do mercado, que não tem como pressuposto a defesa do patrimônio público, que é o objeto da barganha política. Se o método democrático é a realização de eleições periódicas, se a idéia de governo do povo, ou de governo para o povo, desaparece da esfera política, parece-me que a teoria neoliberal e o

¹¹³ Impeachment, segundo Schumpeter, é contrário ao espírito democrático.

¹¹⁴ Op. Cit. p: 352.

¹¹⁵ NUN, José (2000) elogia este modelo porque produziu uma sociedade com pleno emprego, com o trabalho assalariado gozando de um *status* digno e com proteção das empresas e do Estado durante quase quarenta anos, configurando-se em um compromisso capaz de gerar uma democracia capitalista. Com o fim deste e o avanço do neoliberalismo, os anos 80 contaram com o aumento da desigualdade em todos os países do Norte que adotaram o programa neoliberal. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as desigualdades foram ainda mais gritantes.

domínio do mercado adentram na sociedade com maior facilidade. E a democracia é a liberdade de escolher em quem votar.

Em relação ao voto, aqui no Brasil ele só acontece a cada dois anos. Entretanto, como coloca Borón¹¹⁶, o mercado vota todos os dias, pressionando o governo a adotar medidas que visem beneficiá-lo através de empréstimos e especulações na bolsa de valores. Nosso voto é permeado por uma série de intempéries: impotência em reorganizar as políticas governamentais; pouca ou nenhuma transparência dos valores de campanha (que subjuga partidos menores) e, partidos com acessos desiguais aos meios de comunicação. Só que o voto na nossa sociedade partilha de um significado que o empobrece. Ao votar parece que não estamos crendo que nosso poder é delegado aos nossos representantes. Não cremos nessa transferência porque talvez não cremos na existência desse poder. A população brasileira não se enxerga inserida na esfera política. A descrença na política e nos órgãos públicos não é novidade, mas o porquê dessa descrença é o que deveria ser esmiuçado. Se pensarmos na concepção republicana, a resposta talvez simplista, é que carecemos de virtude cívica, assim como os políticos e o funcionalismo público¹¹⁷.

Como ficam os governos após essa transição, eleitos pelo sufrágio universal, pautados pelas idéias de democracia entendida como método e baseada na competição entre as elites, além da prevalência do mercado?

2.2 – Os governos democráticos e o espírito republicano

O governo de Fernando Collor de Melo, eleito o Presidente da República para o mandato de 1990 a 1994, partiu de uma campanha que condenava os *marajás* que, segundo sua campanha, ainda permaneciam no Brasil vivendo de privilégios e dinheiro público. Eleito por um partido inexpressivo e fruto da mídia, neste governo tivemos a abertura do mercado

¹¹⁶ BORÓN, Atílio (2001).

¹¹⁷ Alguns dados são bem ilustrativos para essas colocações. PAIVA, SOUZA e LOPES (2004) realizaram pesquisa que apontam os seguintes resultados: 80,4% dos brasileiros crêm que democracia seja a melhor forma de governo, porém, 62,4% estão insatisfeitos com o país. Questionados sobre o poder de influência de seu voto, 65,3% acredita que a influência seja mínima ou nula e, para 58% dos entrevistados, uma maior participação da população ajudaria a resolver grande parte dos problemas. 57% não confia na atuação dos partidos e, principalmente, 90% dos pesquisados não se sentem respeitados em seus direitos e liberdades. Paiva, Souza e Lopes, 2004. Em relação à apatia política, presente em autores da *Teoria das Elites* (MOSCA, GAETANO, PARETO, VILFREDO e MICHELS, ROBERT) e SCHUMPETER (1986), BORÓN (2000) a justifica por conta da oferta eleitoral, o povo se cala diante do falatório dos políticos e, afirma, o neoliberalismo é *um mestre na arte de desacreditar a política e o espaço público* tomando-o o lugar da ineficiência, da irracionalidade e da corrupção, assim, toda essa desvalorização tende a induzir a apatia política.

brasileiro ao comércio exterior. Collor trouxe as idéias antiestatais e a internacionalização à sociedade brasileira no plano das regras do Estado e do mercado. Privatizações e desregulamentação da economia já são parte da política do governo Collor.

No entanto, seu governo foi marcado por um esquema de corrupção que apagou totalmente as idéias proferidas nos discursos de campanha. Além da campanha, as tentativas de sobrevivência no cargo foram permeadas por todo tipo de influência no Congresso, dando mostras claras do não comprometimento de grande parte da esfera política com seus representantes e com a defesa de um projeto político com vistas ao interesse da Nação¹¹⁸.

Em 1992, no terceiro ano de mandato, podemos verificar em larga medida a influência de antigas práticas no escândalo que o envolveu. Para além das denúncias que ligava o Presidente, ficaram patentes todas as tentativas autoritárias na intenção de coibir sua delação e julgamentos. Antes mesmo de iniciar-se a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – que levou ao desfecho que conhecemos, o *Impeachment*, já existia a possibilidade de se resolver "do alto" com o argumento de que uma CPI desse nível iria desestabilizar a frágil democracia nascente. Além de figuras do empresariado brasileiro e outros caciques políticos inferirem que se tratava de uma briga familiar e, portanto, não era o caso de transferir o problema para a Nação¹¹⁹. O problema era de corrupção em vários níveis. O princípio republicano de cuidado com o patrimônio público não elimina a primeira, mas tem armas para a defesa do segundo. Collor ainda tenta derrubar o processo, através da liberação de verbas aos partidos indecisos, somada a possibilidade de o voto ser secreto.

Portanto, a estratégia básica, traçada com a criatividade de um coronel nordestino em defesa de seus domínios, consistia em abrir as torneiras

¹¹⁸ Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1987 que precedeu a primeira eleição direta para o cargo de Presidente da República pôde-se perceber como foram tratadas algumas questões relativas ao erário público e à sua distribuição em suas votações. Quando o tema *oposicionismo ao sistema financeiro* foi votado, as votações que propunham estatização total ou gradual dos bancos, *a aplicação de recursos públicos somente às instituições públicas financeiras* e a que propunha que instituições públicas ou privadas atuassem fora de seu estado de origem, foram todas rejeitadas. Exemplos como o da Carta de 1988 (com emendas e projetos aprovados ou não) demonstram que o Estado brasileiro e seus representantes eleitos diretamente pela população permaneceram com características de seu passado autoritário, pautado por interesses do grande capital em contraste com o alcance da democracia representativa e diminuição dos privilégios estatais. Continuamos com características velhas e novas convivendo (KINZO, Maria D'alva Gil, 1990)

¹¹⁹ Em um primeiro momento a idéia mais forte era de não abertura da comissão com vistas a arrastar o problema durante todo o mandato, com controle e acomodações tão conhecidas dos períodos autoritários, mas, a CPI é aberta em finais de maio de 1992. A pergunta de sempre surge: por que esses fatos não vieram à tona antes? Ou, onde está a ética política tão consagrada entre os agentes políticos que, mesmo não usufruindo o erário público, são coniventes com quem o faz? Denúncias mais esclarecedoras vêm a público tornando clara a ligação de Collor nos escândalos. O relatório final da comissão fica pronto em 24 de agosto do mesmo ano apontando a participação de Collor em crimes comuns e de responsabilidade e abre-se a possibilidade do processo de *Impeachment*. Não consegue barrar o processo, tampouco a votação seria secreta. RODRIGUES, Alberto Tosi, 1994.

para os deputados indecisos, e ao mesmo tempo tudo fazer para que o encaminhamento do processo se tornasse o mais lento possível¹²⁰.

Aliava-se clientelismo com voto secreto para barrar o processo, no entanto não foi suficiente e Collor renunciou no mesmo dia em que teve seus direitos políticos cassados. Itamar Franco, seu vice, assume o mandato e com ele, o Plano Real apoiado em todos os pressupostos neoliberais é implantado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser o próximo, e o primeiro Presidente reeleito, em 1998.

O primeiro período FHC, como é chamado o Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi marcado pela estabilização da economia. O Plano Real¹²¹ surtiu efeitos a curto prazo, como, por exemplo, segurando a inflação em patamares muito inferiores aos anteriores. O programa econômico foi caracteristicamente um programa alinhado com as idéias neoliberais: privatizações, menor participação do Estado na esfera econômica e tratamento igual ao capital nacional e estrangeiro.

Os setores sócio-econômicos verificaram o fim das empresas estatais, as garantias básicas foram transformadas em serviços, as estradas privatizadas, tivemos financiamento estatal às empresas estrangeiras via BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento e socorro às instituições financeiras. Houve no período um explícito favorecimento ao capital estrangeiro. Diante disso, já se sabia, desde meados de 96, que tal política econômica era muito custosa aos setores sociais internos além dos riscos financeiros muito altos. O governo FHC apostou no fundamentalismo neoliberal contando que, com isso seria possível realizar as reformas institucionais que tinham por finalidade encerrar a era Vargas, ainda presente na sociedade. No entanto, argumenta Sallum, apesar da maioria governista, de governadores aliados em estados importantes, essas reformas não foram realizadas em virtude da ausência de algumas práticas políticas, já que essa afinidade político-partidária não se reverte em votos favoráveis de forma automática.

No sistema político brasileiro, essa conversão está usualmente associada, tanto à distribuição para a base parlamentar de recursos políticos específicos, controlados pelo Executivo e por seu "dispositivo" de apoio

¹²⁰ TOSI, 1994:31.

¹²¹ De 1991 a 1995 permanece a idéia fundamental de estabilização monetária com fim da inflação, aumento da renda, inclusive das classes mais pobres e, da economia com aumento do PIB (94-95) de 7,81%. No final de 94 os riscos dessa política começam a aparecer em sua própria esfera, em oito meses o país perdeu cerca de US\$ 10 bilhões e, a economia passa a ser mais dependente do sistema financeiro mundial e mais vulnerável a ataques especulativos. Se o PIB cresceu no período citado acima, em um posterior (98-99) o crescimento foi negativo, - 0,67%. E a questão social se agravou ainda mais. Em contraste ao crescimento do PIB o desemprego ficou na casa dos 4,84% no primeiro momento e, no segundo, em 8,32%. A dívida pública vai dos 28,1% para 38,6% em 98 (SALLUM JR., 2000).

no Congresso, como ao "prestígio político" do governo e do Presidente, isto é, à aprovação difusa que eles têm da população. Pode-se até dizer sem receio que quanto mais o governo dispõe de prestígio político, menos necessidade tem de recorrer à distribuição de recursos específicos, no estilo clientelista¹²².

A partir dessa citação não podemos inferir que a ausência de práticas clientelistas emperrou as negociações junto à sua base, ou que o país só funciona baseado nessas práticas. Mesmo porque, os estados da federação não deixaram tais práticas de lado, nem mesmo naqueles governados por aliados do Presidente, como veremos adiante. A questão que se apresenta é de outro teor. Se por um lado, tivemos na esfera federal princípios mais racionais e impessoais, como talvez, ausência de práticas clientelistas, mais afinados com a idéia de uma república democrática racional-legal, embora também afinados à idéia de um programa neoliberal que minou as possibilidades de diminuição das desigualdades sociais e de incorporação popular à esfera política, de outro, nas esferas estadual e municipal a barganha política, através do clientelismo, com uso dos recursos públicos permaneceu acontecendo.

Baquero¹²³ concorda com várias das colocações acima. Segundo ele, a democracia no Brasil contemporâneo se sustenta apesar de todas os obstáculos pelos quais passa (Impeachment, diversas CPI's, etc), no entanto, as instituições estão cada vez mais atendendo aos interesses particulares do setor econômico, ou seja, funcionando de forma antidemocratizante. Os partidos políticos agrupam em seu interior diversos interesses que estão muito distantes das necessidades da população que, no geral, está mais carente. Quando alguma demanda é satisfeita, normalmente o é a partir da lógica clientelista.

O resultado é a vigência de um ciclo vicioso, pois quanto maior a deslegitimação institucional, maior também a exigência de líderes carismáticos, os quais contribuem para neutralizar e desacreditar essas mesmas instituições. A chamada durabilidade da democracia nesse contexto se dá às custas da perversão da legitimidade e da eficácia democráticas. Se a deslegitimação é grande, a ineficácia é maior, tendo em vista que os problemas do país cada vez mais são resolvidos por meios não democráticos (medidas provisórias; loteamento de cargos; negociações espúrias)¹²⁴.

Baquero vai além, dizendo que quanto mais a democracia brasileira dura no tempo, mais pervertida vai se tornando, mais os vícios que comprometem o ideal republicano de interesse comum vão tomando conta da sociedade. Como, então, ocorre a implementação de

¹²² Op. Cit. P. 41.

¹²³ BAQUERO, Marcello (2001).

¹²⁴ Op. Cit.

programas políticos? Até que ponto estão sendo levadas em conta características de cultura política?

Só é possível compreender a política brasileira como um processo cumulativo de outras experiências, através do estudo de sua cultura política. Assim, pergunto novamente: até que ponto, por exemplo, a democracia não tem conseguido eliminar traços tradicionais da política brasileira como o clientelismo? Em nenhum momento de mudança de regime conseguimos romper com o modelo anterior e, muitas práticas consideradas espúrias, persistiram. Pelo fato de não eliminarmos velhas práticas e somarmos a outras tantas, modernas, parece-me que, de fato, a situação vai se tornando ainda mais perigosa, nesse ponto, concordo com a afirmativa de Baquero. A cada vez que somamos ao velho e pernicioso modo de fazer política, novas formas de exercê-la – e que mesmo sendo nova pode ser danosa – fica difícil imaginar que o produto seja de boa qualidade. Refiro-me aos privilégios concedidos no Império, somados às idéias distorcidas do republicanismo aqui implantadas juntamente com o clientelismo, aliadas às práticas autoritárias seguidas pela idéia de um método democrático que tem como objetivo apenas propiciar a competição entre as elites pelo cargo pleiteante, a população alijada da possibilidade de decidir as questões políticas que a afetam diretamente e ainda, o respaldo das políticas neoliberais que reforçam a característica de democracia formal e rotular que, por sua vez, contribuem para a permanência do clientelismo, já que as demandas da população só são realizadas através da barganha eleitoral¹²⁵.

Mesmo com uma política neoliberal e a Nação governada pelo mercado, com todas as características impessoais que esta acarreta, a relação existente entre a população, cada vez mais necessitada dos direitos básicos que o Estado cada vez menos fornece, com os seus representantes ainda se dá de forma pessoal. Os partidos políticos preocupam-se com interesses que não refletem a sociedade como um todo e, no afã de reelegerem seus candidatos, *apelam* para o que está mais fácil e que faz parte da cultura política brasileira: práticas clientelistas, de modo que convivemos diariamente com esse *estilo de fazer política*.

A política clientelista ‘moderna’ é mais competitiva que sua antecessora e suas relações tendem a ser muito mais frágeis, já que mais ‘instrumentais’. Ela sobrevive a partir da sua capacidade de substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o

¹²⁵ Veremos que várias dessas demandas afetam também a esfera religiosa, em especial os pentecostais. A visão de mundo compartilhada entre os fiéis dessa nova corrente em muito difere dos protestantes, de onde essa corrente deriva. A nova forma de viver no mundo terreno é fortemente influenciada pela lógica do mercado, pela lógica do consumo. O capítulo 3 elucidará melhor essas questões.

seu arco de influência eleitoral. (...) E seu poder depende das suas habilidades em operar como intermediário entre sua clientela e os recursos públicos¹²⁶.

Esse clientelismo que se apresenta no meio urbano é uma relação entre governo e setores pobres da população. Nesse ponto, a confiança nos políticos é conquistada pela esperança de futuros benefícios, os clientes os aguardam e, os primeiros manipulam tal esperança, de modo que a confiança nunca cesse. O monopólio sobre as fontes de recursos permite facilidades na intermediação de qualquer transação com o poder público além de não dispensar grandes somas. O clientelismo é viável, e mais, é realimentado nos momentos de escassez por ter em sua alçada grande número de dependentes.

2.3 – Compatibilidade ou cumplicidade?

O clientelismo perpassa várias relações: da população com os representantes do Legislativo, entre os representantes e, destes com o Executivo. Na esfera formal, temos o sistema eleitoral e os partidos que só reforçam características pessoais dos candidatos. A relação Legislativo-Executivo se dá pela possibilidade de conseguir recursos para as bases eleitorais, assim, as negociações ocorrem na informalidade, fora das assembleias e câmaras¹²⁷.

Centremo-nos agora na figura do parlamentar. Ele é o mediador desse processo de atendimento das demandas populares. Tal processo tem predominância das relações pessoais tendo como pano de fundo as instituições, em tese, impessoais¹²⁸. O papel do mediador é o de transpor estas barreiras, de modo que o local, e seus pedidos, migrem para o mundo de fora. E, nesse ínterim, as relações dos mediadores e sua rede de relações podem ser classificadas em três eixos: destes com seus *clientes*, destes com seus pares e, com o Executivo. A relação entre o político e o eleitor, ou melhor dizendo, o cliente, fica dependente da capacidade do primeiro em

¹²⁶ Op. Cit. p. 227

¹²⁷ Pesquisa feita em 1994 no Rio de Janeiro pelo IUPERJ aponta que o eleitor vota em primeiro lugar no candidato independente de seu partido, 74% dos entrevistados contra 14% que afirmaram escolher o candidato por pertencimento a determinado partido. Do outro lado, o dos deputados, nesse caso da esfera federal, a pesquisa de 1999 indica que 73% dos entrevistados afirmaram que seu sucesso eleitoral dependia basicamente de suas próprias atuações, contra 27% que responsabiliza o partido pelo seu sucesso. NICOLAU, Jairo (2002). Para saber mais: SCHMITT, PIQUET-CARNEIRO e KUSCHNIR (1999); SAMUELS, David (1997); COSTA E OLIVEIRA (1998).

¹²⁸ KUSCHNIR e VELHO (1996) ao tratar desse tema entre os vereadores no Rio de Janeiro, apontam que a mediação ocorre em locais com fronteiras bem definidas, geográficas ou simbólicas, ou seja, em sociedades complexas como a nossa.

fazer favores, estabelecer contatos, prestar serviços, trazer informações e, em geral, de *dialogar*. A assistência e a ida freqüente aos bairros ou organizações onde o seu eleitorado se concentra e a presença constante na imprensa em defesa dos interesses de seus "clientes" também fazem parte do repertório do político. Isto é particularmente importante devido à falência de serviços e agências públicas em atender às necessidades básicas da população, especialmente dos setores de baixa renda¹²⁹.

E é a possibilidade de 'acesso' às agências e aos serviços que caracteriza o político, esses acessos visam realizar todas as demandas de seus clientes.

Os *acessos* não podem ser comprados. Precisam ser conquistados através de um mandato e das alianças que o envolvem. Se eleito, o maior benefício obtido pelo político não é o dinheiro, mas sua posição de intermediário ou "facilitador" – isto é, alguém que detém os "acessos" na política¹³⁰.

Nessa lógica o que conta são as alianças que efetivamente resultam em atendimento das solicitações. Só se consegue *acessos* através de relações com *pessoas*, e não com o poder político, aparentemente impessoal e distante. Kuschnir ao analisar a atuação de uma vereadora do subúrbio do Rio de Janeiro esclarece em seu trabalho que a manutenção desses acessos e amizades acontece via homenagens na Câmara Municipal, por exemplo, como "Louvor e Distinção". Tais agraciados (geralmente funcionários públicos de órgãos importantes), serão aqueles que darão *encaminhamento* às pessoas que o político indicar. Ao distribuir cargos e serviços públicos alcançam-se os *acessos* e, tendo aliados nessas posições a quantidade de conflitos diminui. A percepção que a vereadora tem da política e da sua atuação é de extrema relevância para percebermos como o clientelismo funciona.

A vereadora em questão, embora não assuma seu interesse nos votos que tais ações reverterão¹³¹, faz distinção ao atendimento da população. Por exemplo, ela atende apenas aqueles que vão procurá-la em seu escritório e, somente aqueles que são moradores dos conjuntos habitacionais. A favela não faz parte da *comunidade* da vereadora que, segundo ela: *lá 'falta tudo'* e seria preciso *começar do zero*. Dessa forma, não começa nada. A vereadora também desconfia de todas as associações de moradores de bairro – as associações estão presentes nas favelas – pois aparecem como um risco a seu domínio, dividindo o poder tirariam seu prestígio e, por isso, não negocia com nenhuma delas¹³². A vereadora atende

¹²⁹ KUSCHNIR e VELHO, 1996:104.

¹³⁰ KUSCHNIR, Karina, 2000:88.

¹³¹ Ainda que se contradiga ao dizer que, embora fosse eleita para cuidar da comunidade, se não cuidar das pessoas, perderá votos.

¹³² Trata-se de uma comunidade moral: valores e problemas comuns. A liderança comunitária é identificada pela vereadora através da espontaneidade e desinteresse em ajudar. Entretanto, se uma dessas lideranças resolve se candidatar a um cargo público é acusada de traição, daí sua desconfiança com as associações.

somente problemas a ser resolvidos em órgãos onde possui acesso. Os assessores identificam os problemas e, sabendo que a responsabilidade é do Estado não encaminham para a devida solução antes de convocar os moradores da região com o problema, para uma reunião no próprio local, com a vereadora (o que chama de trabalho de rua). A *procura dos problemas* recai sobre questões que a vereadora já detém acesso, para que possa apresentar a resolução do mesmo.

A divulgação maciça dos feitos da vereadora tem como objetivo *produzir espontaneidade e o reconhecimento depende de haver uma oferta contínua de atendimento*, daí a não resolução do problema em seu cerne, apenas de forma paliativa. Em outro momento, a vereadora profere uma outra fala paradoxal: '*nessas áreas onde o poder público não entra, eu tenho que entrar*', o que gera uma pergunta de grande relevância: quem é ela senão a representante do poder público junto à população? A visão que a vereadora e seus *clientes* possuem da esfera política não dá margem para outras ações a não ser a prática clientelista. Nem a representante nem os eleitores se reconhecem como parte constituinte de um todo. Os benefícios aqui são fruto da barganha entre o político e a população, entre o Legislativo e o executivo, entre o município e o estado e, daí em diante. Neste caso específico é clara a ausência de sequer um interesse que seja comum a todos – até os *favelados* que são os que precisam mais, estão excluídos do processo – e de preocupação com o destino dos recursos públicos.

Contra a concepção que o clientelismo é pernicioso, Kuschnir¹³³ e Avelino Filho¹³⁴ acreditam que o clientelismo, embora pareça uma lógica particularista e incapaz de gerar instituições democrático-representativas, gera confiança e organiza a sociedade dentro de uma lógica própria. Uma outra abordagem segue uma linha diferente, porém, com resultados parecidos. Trata-se de pensar o clientelismo não como uma apropriação do público pelo privado ou, como corrupção da democracia como afirmam alguns autores¹³⁵, Farias¹³⁶ afirma que no clientelismo o voto é transformado em mercadoria na medida em que é trocado por benefícios materiais. Até aqui, não há dúvida de que isso ocorre, no entanto, ao pensar que um *tal tipo de democracia* onde o mercado dita as regras, já encontra problemas em razão do que foi estabelecido até agora neste estudo¹³⁷. Tal prática é vista pelo autor como um avanço, embora não o afirme, na relação entre o homem e a política porque, na medida em que o trabalhador deslocou-se do campo para a cidade, tornou-se livre. Sendo livre pode, inclusive, decidir o que fazer com seu voto-mercadoria, a liberdade o agraciou com a possibilidade da barganha.

¹³³Op. Cit.

¹³⁴ *Clientelismo e política no Brasil*, 1997.

¹³⁵ Por exemplo, BAQUERO (2001).

¹³⁶ FARIAS, Francisco Pereira de (2000).

¹³⁷ Outra crítica que pode ser feita ao trabalho em questão é que o autor não distingue por completo *coronelismo* de *clientelismo*, como vimos com outros autores. Além disso, afirma que o segundo substituiu o primeiro com a Carta de 1988. Vimos também que no período populista o clientelismo foi uma moeda muito forte e, conforme CARVALHO (1997), *coronelismo* acabou na implantação do Estado Novo.

*A cidadania pode assumir uma forma concreta através do clientelismo, porque o sentimento da liberdade no exercício do direito político - o voto livre - comporta a alternativa de negociá-lo*¹³⁸.

De fato, no capitalismo tudo o que encontra equivalência econômica tende a se mercantilizar, inclusive o voto. O autor vai contra o que outros analistas do tema afirmam ao inferir que o clientelismo é, fundamentalmente, diferente do coronelismo porque tem suas relações no nível impessoal, quando acabamos de verificar as relações acontecendo da forma mais personalista possível (como no caso da vereadora do Rio e dos deputados evangélicos, objeto deste estudo, que serão abordados adiante). Acontece, porém, que a barganha está sendo feita com algo que, juridicamente, já é do cidadão. Vimos que, em geral, os benefícios oferecidos pelos políticos clientelistas não passam de direitos básicos garantidos pela Lei. De forma que o cidadão está trocando seis por meia dúzia, ou por cinco. Em troca de seu voto recebe, quando muito, benefícios que são seus direitos.

Não digo que haja discordância com o autor em relação ao ambiente político onde se propaga tal prática. Tivemos em vários momentos políticos o grupo econômico mais forte como o grupo dominante da política. Da mesma forma, tivemos a população à margem das decisões políticas em todos esses momentos. A discordância existe ao pensar em *tipos* de democracia e, em atribuir o conceito de liberdade e cidadania como atributos do clientelismo. O autor é enfático ao afirmar que a população pode ser incorporada à democracia capitalista através do clientelismo, apenas não apresentou o caminho.

A barganha político-eleitoral, em particular a distribuição particularista de bens aparentemente públicos (o clientelismo estatal), não deve ser vista como incompatível à democracia capitalista. Essa, que não se restringe ao padrão ideológico do universalismo de procedimento, engloba também a alternativa clientelista. O clientelismo, longe de ser um "desvio" (disfunção), é um fato "normal" (funcional) ao interior de tal democracia¹³⁹.

A citação do autor coloca em risco a idéia maior do republicanismo, *a distribuição particularista de bens aparentemente públicos* é a maior ameaça ao bom funcionamento de uma república democrática.

O que fica bastante claro é que o clientelismo de fato existe e, parece que permanecerá assim. Alguns autores acenam, através de suas análises, que tal prática é nociva à democracia, outros o contrário, identificam-na com a prática tornando-a compatível com a possibilidade de alcançarmos a cidadania neste Estado. Como já foi salientado antes, tal prática resulta em

¹³⁸ FARIAS (2000).

¹³⁹ Op. Cit.

atendimento à população que talvez não ocorresse de outra forma no atual e, em outros momentos. No entanto, se, por exemplo, nossos vereadores e deputados fossem eleitos por um Colégio Eleitoral, que tipo de *benefício* daria à população, uma vez que seus votos estariam garantidos sem essa necessidade?

Talvez pensar em *atendimento e benefício* seja uma grande questão. Esse atendimento nada mais é que um assistencialismo dirigido às classes populares em relação aos direitos básicos que o Estado é obrigado a conceder: saúde, educação, moradia, por exemplo. De forma que pensar que a população esteja ganhando, de fato, algum benefício é cair em uma ilusão. Usando uma linguagem mercadológica, para inserir-me na discussão, a população estaria vendendo seu voto por um preço muito baixo. O que recebe em troca da venda de seu voto é o que deveria ganhar ao constituir-se um cidadão. A prática clientelista sobrevive em razão do poder político e econômico permanecer nas mãos de poucos, por conta da população não conseguir distinguir público do privado e não ter noção do espaço público, por não possuir uma “cultura cívica” e por sermos permeados por um regime político que privilegia a ação daqueles que estão no poder, *restando* à população votar os candidatos que se apresentam a partir de critérios nem tão objetivos assim e, muitas das vezes, baseados em critérios subjetivos.

O clientelismo não é compatível com a democracia, compreendida como inclusão, participação popular, menor desigualdade econômica, justiça social e igualdade, ele é cúmplice dos vários arranjos políticos adotados em nossa breve história republicana que relegaram a população à margem das decisões que favoreceriam as camadas mais pobres. Continuou sendo cúmplice das políticas econômicas observadas ao longo do tempo no Brasil, que privilegiaram sempre as classes mais abastadas. Ele é cúmplice do modelo de democracia entendida como método, já que assentado sobre a lógica da competição entre elites pelo poder estabelecido que, para a sua conquista, os políticos terão em suas mãos os mais diversos recursos, toda uma gama de *benefícios*, materiais e simbólicos que o Estado pode propiciar para este fim. É também cúmplice do capitalismo vigente, das práticas neoliberais e por também não propiciar à população acesso aos direitos e conquistas democráticas. Enfim, o clientelismo é cúmplice de todos os modelos políticos aqui adotados por sempre privilegiarem as minorias, por sempre disporem da população quando estas pudessem atender aos seus objetivos. E por fim, também não é compatível com os ideais de uma República, visto que o argumento central desse regime político é o cuidado com o patrimônio público e, no clientelismo, este é objeto de barganha a todo o momento.

Após essa breve passagem pela história republicana brasileira, o capítulo seguinte tentará relacionar esta à participação política dos evangélicos, assim como a prática do clientelismo com a atuação dos políticos estaduais paulistas evangélicos. Na intenção de perceber se esses, enquanto grupo, atuam aos moldes do clientelismo tradicional, oferecendo bens materiais e/ou simbólicos aos seus eleitores.

CAPÍTULO 3

Novos personagens do cenário político

Durante muito tempo, ser religioso significava ser alguém de caráter exemplar: uma conduta honesta, honrada, acima de qualquer suspeita, em especial quando se tratava de um *crente*. E, tratando-se do crente, hoje conhecido como evangélico, o sentido era reforçado, o termo *crente* parece fazer toda a diferença. Será que a honestidade, a conduta correta, regrada atribuída aos crentes pode ser encontrada nos políticos evangélicos? Quantos são os deputados evangélicos no estado de São Paulo? Como é sua atuação? De fato formam uma *bancada evangélica*? A filiação religiosa está presente em suas ações ou apenas no discurso com o intuito de fidelizar o voto da *comunidade evangélica*? Os deputados evangélicos praticam o clientelismo com seu eleitorado? Essas foram algumas questões que me levaram a elaboração dessa pesquisa. O *boom* do movimento evangélico nos anos 80 e o ingresso de muitos de seus fiéis na arena política acabaram por despertar questionamentos, também, nos mais diversos setores da sociedade.

Os políticos evangélicos aparecem na sociedade e, principalmente, na mídia, durante os trabalhos da Constituinte em 1988 quando eles assim se apresentaram, como uma bancada defendendo interesses morais baseados em uma conduta cristã. A mídia muito publicou sobre a *bancada evangélica*, carregando sempre valores que são inerentes à questão religiosa. Dito de outra forma, religião por si só carrega valores, sejam eles positivos ou negativos, de acordo com o ponto de vista de quem observa.

Neste capítulo procurarei fazer um breve retrospecto do movimento evangélico no Brasil, com algumas considerações históricas, análises sobre suas práticas e sua inserção na política. Além disso, demonstrar como a corrente pentecostal trouxe mudanças significativas de visão de mundo, que contribuem com o ingresso dos fiéis na esfera política. Para discutir essas questões tomei por base autores como Antonio Flávio Pierucci¹⁴⁰, Paul Freston¹⁴¹, Ricardo Mariano¹⁴² e, claro, Max Weber¹⁴³.

Além disso, apresentarei a metodologia utilizada no capítulo 4 de caráter empírico, assim como as principais hipóteses e objetivos da pesquisa.

¹⁴⁰ *A Realidade Social das Religiões no Brasil Religião, Sociedade e Política* (1996).

¹⁴¹ *Evangélicos na política brasileira* (1994).

¹⁴² *Os neopentecostais e a teologia da prosperidade* (1996).

¹⁴³ *As seitas protestantes e o Espírito do Capitalismo* (1979).

3.1 – O protestantismo no Brasil: da origem à atualidade

Até a chegada da família real no Brasil a religião oficial era o catolicismo. Com a vinda da comitiva real vieram também muitos ingleses anglicanos o que forçou a Corte criar uma legislação que permitisse o culto de outras religiões, ainda que de forma restrita e privada, inclusive no tocante à aparência do templo. Nos anos seguintes novos adeptos do protestantismo chegam ao Brasil, alemães luteranos, ingleses puritanos causando, a princípio curiosidade entre os aqui instalados, brasileiros e portugueses. O Brasil e seu catolicismo ritualístico, idólatra e sem acesso à palavra escrita, segundo Mafra, era considerado pelos protestantes americanos como uma terra dominada pelas trevas e pela ignorância¹⁴⁴. A evangelização fazia-se necessária aos olhos destes últimos.

É muito importante salientar as mudanças comportamentais que a nova religião trouxe ao Brasil. A dignidade oferecida nesses novos templos era algo que os fiéis pobres não encontravam na Igreja Católica. As escolas dominicais por vezes se transformaram em cursos de alfabetização, já que o protestantismo sempre deu grande importância à palavra escrita. Além disso, os evangelizadores distribuíam, a partir de 1860 os *tratados*, pequenas apostilas que ajudavam a população pobre, distante das noções de boa conduta na sociedade, a regular seu comportamento e sua conduta.

No meio católico o espaço de participação maior dos leigos, as irmandades, tendiam a reproduzir o comportamento convencional, repondo os indícios de prestígio da sociedade abrangente. No meio protestante, em contraponto, os trabalhadores urbanos podiam encontrar na igreja um espaço de treinamento de uma outra postura e conquistar uma forma de tratamento mais refinado na relação com os outros, um estilo mais educado no manejo da palavra, um freio para a intemperança¹⁴⁵.

A educação passa a ser a pedra de toque dos protestantes históricos (luteranos, presbiterianos e metodistas), construindo e mantendo escolas, atraindo, inclusive, filhos de famílias tradicionais católicas. No entanto, a transformação da sociedade através da educação não era consensual dentro do movimento religioso. Entre os batistas, o proselitismo religioso era o primordial, demonstrando uma certa autonomia em relação também, ao ensino formal de seus líderes¹⁴⁶. Dessa forma, o prestígio dos batistas teve uma queda entre os demais

¹⁴⁴ MAFRA, Clara (2001) Muitas mudanças em relação ao protestantismo norte-americano aconteceram no Brasil. Depois de muita insistência, os convertidos foram batizados, ainda que já o fossem na religião católica, também os missionários brasileiros foram mais condescendentes com alguns costumes brasileiros, o que causava certos conflitos com os estrangeiros.

¹⁴⁵ Op. Cit. p.24.

¹⁴⁶ Com isso, os batistas que, em 1889 tinham oito igrejas, em 1907 já contavam com oitenta e três.

evangélicos e, essa mesma autonomia, permitiu o surgimento da primeira igreja pentecostal no Brasil, a Assembléia de Deus em 1910, que profetizava que *os homens devem deixar lugar para o Espírito Santo se afirmar*. Estas se multiplicaram rapidamente pelo interior do país imprimindo características que persistem no tempo: terno para homens e vestidos e cabelos longos para mulheres. É nesse momento que a distinção entre os protestantes e os pentecostais surge, mas sem rupturas, por um lado há a crítica ao rigor demasiado dos protestantes históricos e, por outro, uma abertura na *dinâmica congregacional para o improvisado e a irreverência*. Essa distinção também operou mudanças na estrutura evangélica: seus fiéis tinham nas Escolas Dominicais a alfabetização que o Estado não fornecia, a ênfase na habilidade de cada um e não na formação culta e, abriu as portas para o segmento mais pobre da sociedade.

Para distinguir as vertentes e o atual momento do pentecostalismo desde a abertura da Assembléia de Deus utilizamos a ordenação de *três ondas*. A primeira destas ondas é chamada de pentecostalismo clássico, seguida do momento do neoclássico e, por último, o movimento neopentecostal. Abaixo sintetizo esses três momentos para melhor ilustração¹⁴⁷:

- *Pentecostalismo clássico* (1910-1950), neste período são fundadas a Congregação Cristã do Brasil (1910, em São Paulo)¹⁴⁸ e a Assembléia de Deus (1911, no Pará). Como marca carregam um forte anticatolicismo, ênfase no Dom das línguas, radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. A primeira permanece fiel a esses princípios, já a segunda sofreu algumas mudanças em decorrência das mudanças no atual pentecostalismo.

- *Pentecostalismo neoclássico* (a partir de 1950), inicia com a chegada de dois missionários americanos que criam a Cruzada Nacional de Evangelização, baseado na cura divina e no uso do rádio, até então não utilizado pelos evangélicos devido ao sectarismo radical. Tal movimento cria novas igrejas a partir da fragmentação de outros movimentos. São criadas a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951- São Paulo), a Brasil para Cristo (1955 – São Paulo), Deus é Amor (1962 – São Paulo), Casa da Bênção (1964 – Minas Gerais) e outras mais com ênfase no dom da cura e implementação de recursos tecnológicos no culto e no proselitismo.

¹⁴⁷ MARIANO, Ricardo (1986).

¹⁴⁸ Embora a Congregação Cristã do Brasil tenha sido a primeira pentecostal, a ênfase no Espírito Santo como grande diferenciador, só aparece na Assembléia de Deus.

- *Neopentecostal* (a partir de meados da década de 70), tem como expoentes a Igreja Universal do Reino de Deus (1977 – Rio de Janeiro), Internacional da Graça de Deus (1980, Rio de Janeiro), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976 – Goiás) e Renascer em Cristo (1986 – São Paulo) todas fundadas por pregadores brasileiros. Além de mostrar pouca ligação com a seita, utilizar a mídia eletrônica, participar de política partidária e acomodar-se ao mundo, ainda caracterizam-se por:

Pregar e difundir a Teologia da Prosperidade, defensora do polêmico e desvirtuado adágio franciscano “é dando que se recebe” e da crença nada franciscana de que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos terrenos; enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, seu séqüito de anjos decaídos e seus representantes na terra, identificados com as outras religiões e, sobretudo com os cultos afro-brasileiros; não adotar os tradicionais e estereotipados usos e costumes da santidade, que até há pouco figuravam como símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo¹⁴⁹.

Os pentecostais sempre estiveram distantes da vida mundana, terrena, esperando a salvação na pós-morte, ocorre que a base dos fiéis era formada essencialmente por pobres. Embora o protestantismo clássico, de onde originou-se o pentecostalismo, tenha no trabalho, e na conseqüente acumulação de bens a marca da predestinação, essa acumulação nunca foi percebida para usufruto terreno, para a ostentação ou para o prazer¹⁵⁰. Assim, com as mudanças ocorridas ao longo dos anos do século XX no país e com o ingresso de fiéis oriundos da classe média, a religião teve que mudar ou, perder fiéis.

Pois, diante da mobilidade social de parte dos fiéis, das promessas da sociedade de consumo, dos serviços de crédito ao consumidor, dos sedutores apelos do lazer e das opções de entretenimento criadas e exploradas competentemente pela indústria cultural, esta religião ou se mantinha sectária e ascética, aumentando sua defasagem em relação à sociedade e aos interesses ideais e materiais dos crentes, ou fazia concessões¹⁵¹.

Dessa forma, muitas mudanças foram acontecendo internamente: uma recusa do pentecostalismo tradicional também crescente em contraposição à adoção de modismos religiosos. Conseqüentemente, a situação econômica de boa parte dos fiéis também melhorou indo de encontro à premissa de que um cristão não pode ser apegado às coisas materiais. Com esse impasse a igreja procurou mudar a concepção de ser crente e a Teologia da Prosperidade (TP) foi criada, beneficiando os mais pobres que queriam ascender materialmente e, aos que já alcançaram tal situação a possibilidade de legitimar-se como tal. A parábola bíblica que diz

¹⁴⁹ Op. Cit. p, 26.

¹⁵⁰ WEBER, Max (2000).

¹⁵¹ MARIANO, Ricardo, 1986: 27.

que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha que um rico entrar no reino dos céus, cai por terra.

Como principais características, o fiel à Teologia da Prosperidade terá saúde perfeita, prosperidade material, vitória sobre o Diabo e sobre qualquer adversidade. A obediência à teologia deve vir na forma de confissão de posses e no princípio de prosperidade, dar para receber. Outra característica é o poder das palavras, o fiel deve propagar o que quer, deve exigir de Deus o que quer como direito inerente à sua crença, tudo isso dito em voz alta. A oração silenciosa dos cristãos católicos, ou mesmo dos evangélicos tradicionais em nada se assemelham ao fervor de um culto neopentecostal¹⁵².

A despeito de serem majoritariamente pobres, os pentecostais nunca fizeram elogios nem atribuíram significado redentor à pobreza. Não a reconheciam como uma virtude cristã¹⁵³.

A busca pela riqueza nunca foi de ordem material entre os protestantes, espera-se sair desse mundo de sofrimentos para chegar ao paraíso, desvalorizando-a. Os neopentecostais, através da TP mudam isso. A riqueza material passa a ser sinônimo também de riqueza espiritual, uma vez que pobreza é sinônimo de falta de fé. Criticam a idéia anterior de que ser pobre é um desígnio de Deus, como uma idéia satânica, que obscurecia os antigos crentes¹⁵⁴.

O protestantismo, como vimos, chegou ao Brasil através de missionários norte-americanos em meados do século XIX, mas, foi somente ao final da República Velha, nos anos de 1930 que ingressam na política - foram cerca de 150 anos longe do cenário político. Inicialmente a intenção era combater o catolicismo, mas, após o final da Segunda Guerra Mundial e antes do golpe de 1967, a postura anticatolicismo tornou-se anticomunismo.

3.2 – A inserção dos neopentecostais na política

É possível dividir a participação dos evangélicos na esfera política institucional em três momentos distintos. Em um primeiro momento, mais especificamente até o golpe militar de 1964, os deputados evangélicos eram das chamadas denominações históricas, já que o

¹⁵² Os apelos financeiros feitos pelos pastores podem ser em decorrência do alto valor cobrado pelo tempo de TV, justamente pela concorrência crescente entre os televangelistas.

¹⁵³ Op. Cit. p, 33.

¹⁵⁴ A pobreza, a opção pelos pobres é uma *virtude* dos católicos, para os protestantes, ser próspero dá a idéia de ser predestinado e, o êxito através do trabalho é o modo como essa escolha divina foi feita, no entanto, o dinheiro originado por esse trabalho não deve ser desperdiçado, a vida segue uma conduta sem luxos: uma vida regrada. O mundo continua sendo mundano e a salvação está no pós-morte.

grupo pentecostal era constituído por parcelas pobres da sociedade, sem qualquer inserção política. Dentro desse período foram eleitos até treze deputados federais, mas, como mencionado, apenas das igrejas tradicionais. O golpe de 1964 teve relativo apoio de grande parcela dos evangélicos pertencentes a estas denominações, no entanto, os pentecostais permaneceram distantes politicamente, com fiéis muito pobres que não conseguiram acenar com nenhuma possibilidade de resistência. Algumas igrejas históricas, como a Metodista e a Luterana mostraram-se bastante resistentes ao regime militar, ao contrário da Igreja Presbiteriana Independente que foi uma das que mais fiéis forneceu ao novo quadro governamental. De 1946 a 1987, na esfera federal foram empossados cinquenta protestantes divididos em três fases: de 46 a 51 constituídos por metodistas; de 51 a 75, por presbiterianos e, de 75 a 87 pelos batistas¹⁵⁵.

Os pentecostais entram na política com dois deputados da Igreja O Brasil Para Cristo que conseguem manter-se no cargo por dois mandatos, até 1974. Em 1982 líderes da Assembléia de Deus tiveram encontros com o Presidente da República, alguns candidatos do Partido Democrático Social – PDS – e fiéis da igreja disputaram cargos com candidatos do PMDB pertencentes as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base, ligadas á igreja Católica). As eleições de 1982 apresentaram candidatos evangélicos em vários estados e partidos: Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Democrático Trabalhista – PDT e PDS.

A relação entre crentes e política pode ser traduzida através dos bordões das próprias denominações, que foram se alterando significativamente, de “crente não participa de política” para “crente vota em crente” e, por fim, “evangélico vota em evangélico”¹⁵⁶. As mudanças ocorridas no interior das igrejas em relação às idéias mundanas e, principalmente, à esfera política têm sua melhor tradução através desses *slogans*. Se em um primeiro momento de evangelização no Brasil, os crentes estavam em busca da salvação eterna, distanciamento da ordem mundana que incluía ouvir rádio e participar de política¹⁵⁷, a inserção na política demonstrou um grande potencial de inserção na sociedade brasileira, tradicionalmente católica, como uma forma de marcar o terreno, fundar raízes e se fazer ouvir¹⁵⁸.

¹⁵⁵ FRESTON, 1999.

¹⁵⁶ Em 1978 o bordão “crente vota em crente” aparece na Revista Mensageiro da Paz, órgão oficial da Assembléia de Deus. Em 1982 os evangélicos já contavam com candidatos em todos os estados e o bordão muda para “evangélico vota em evangélico”. FRESTON, 1994.

¹⁵⁷ Entre os fiéis da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã do Brasil o uso da televisão também é restrito.

¹⁵⁸ Sem contar a eterna queixa por parte dos evangélicos de que estão sempre sendo perseguidos por sua crença. Sobre isso ler: PIERUCCI e PRANDI, 1996.

O segundo momento é também aquele em que o Brasil passa por mudanças na esfera formal da política. Saímos de um regime militar autoritário para ingressar em um período democrático, com a possibilidade de escolher nossos representantes através do sufrágio universal. Assim, em 1985 a Assembléia de Deus entra para valer no cenário político partidário, com escolha de candidatos em todas as suas convenções estaduais¹⁵⁹. Mas foi somente na elaboração da Constituição de 1988 que os chamados *evangélicos*¹⁶⁰ brasileiros despontaram e estiveram sob o olhar da mídia. E, é dessa safra de políticos evangélicos que surge a “bancada evangélica”. Tal bancada acenava com uma predisposição divina para seus atos e discursos, idéia essa intermediada pelas Igrejas, carregando nos padrões éticos de conduta e ética cristã.

Campos¹⁶¹ aponta vários fatores que os levaram à vida política, dentre eles se destacam:

pluralismo religioso, de concorrência e competitividade entre as teodicéias defendidas pelas diversas instituições religiosas, da multiplicação dos espaços sociais ocupados pelas instituições religiosas na sociedade, assim como do aumento dos interesses patrimoniais, financeiros, burocráticos e corporativos dessas mesmas Igrejas¹⁶².

A primeira bancada evangélica, propriamente dita, surge na Assembléia Constituinte contando com trinta e três parlamentares¹⁶³ nos mais diferentes partidos. Inicialmente a grande imprensa noticiava suas ações sem a certeza de seu número e, naquele momento, o maior grupo era constituído pelos deputados ligados a igreja Assembléia de Deus. “Evangélicos” foi como os mesmos apresentaram-se e como a mídia passou a referir-se em relação a estes deputados desde então¹⁶⁴.

A mídia começou a voltar seus interesses a este grupo, justamente, por pertencerem a diversos partidos apresentando-se como um bloco suprapartidário e, por terem o claro

¹⁵⁹ O proselitismo político por parte dos pastores evangélicos inicia-se fortemente nesta Igreja que, de 1987 até 1994, teve vinte e seis mandatos.

¹⁶⁰ O termo evangélico é usado hoje para designar os fiéis das igrejas tradicionais ou históricas, tais como: Igreja Presbiteriana, Igreja Protestante, Igreja Luterana, Igreja Batista, Igreja Metodista, entre outras e, os fiéis das igrejas pentecostais que são: Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja O Brasil Para Cristo, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Internacional da Graça, Igreja Deus é Amor, entre outras.

¹⁶¹ CAMPOS, 2003.

¹⁶² Op. Cit. p, 84.

¹⁶³ Embora raramente se autodesinissem como de direita, boa parte destes constituintes estava do lado direito no espectro ideológico. Os autores acima classificaram estes deputados como sendo 75% de direita, ideologicamente falando, 21% de esquerda e, somente 4% de centro-direita. Estes, pelo contrário, se autodefiniram como estando no centro do espectro ideológico (49% deles), 30% no centro-esquerda, 6% na esquerda moderada, 9% isentaram-se dessa autodefinição, 3% como centro-direita e 3% como liberal.

¹⁶⁴ Em 1990 a bancada evangélica chegou a vinte e três deputados federais. FRESTON, 1994.

objetivo de barrar toda e qualquer possível iniciativa anticristã. No final de 1987 passaram a encontrar-se para decidir suas teses. Toda a conduta parlamentar dos evangélicos neste período repercutiu na mídia em geral, algo que também estava nos planos do grupo. O diferencial deste grupo foi justamente o de deixar de lado seus supostos princípios ideológico-partidários e votar coeso em todas as questões ligadas a moral, família, drogas, aborto, pornografia e demais temas co-relacionados, participando em todas as comissões especiais relativas aos temas citados¹⁶⁵.

Em discursos e entrevistas proferidos pelos deputados evangélicos a tônica foi a mesma, a de fazer prevalecer a moral cristã e, para tanto, defendiam não a minoria (evangélica, no caso), e sim a “maioria moral”. O que mais chamou a atenção no período foram as participações da bancada na Comissão da Família, Educação e Cultura e na Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, de forma que assuntos como aborto, homossexualidade e censura estiveram sob fogo cruzado¹⁶⁶ com os parlamentares mais democratas e progressistas. Na elaboração da Constituição de 1988 os evangélicos passaram a constituir um grupo de interesses com um discurso moralizante, em que objetivava moralizar a sociedade¹⁶⁷. No entanto, essa mesma bancada ajudou na aprovação do mandato de cinco anos de José Sarney (1985-1990) recebendo em troca muitas concessões de rádio e televisão, em uma explícita prática de clientelismo entre o Executivo e os deputados. A partir disso, as igrejas evangélicas passaram a ser muito mais próximas da população brasileira, através não só dos templos, como do rádio e da TV.

Quando tratava-se de questões econômicas e políticas não havia consenso entre todos os membros do grupo, de forma que, para validar o tom moralizante de seus discursos preferiram uma política *despolitizada*, ou seja, preferiram deixar de lado essas questões e centrar fogo em todas as questões ligadas à moral social, distantes dos assuntos político-econômicos. O grupo absteve-se da maioria das decisões político-institucionais e econômicas, reforçando seu discurso e seu objetivo, com a mídia em seu encalço a todo o momento. Não pretendiam incorrer no erro da igreja Católica que discutia temas como reforma agrária

¹⁶⁵ PIERUCCI e PRANDI, 1996.

¹⁶⁶ Op. Cit.

¹⁶⁷ Embora, essa bancada tenha ajudado na aprovação do mandato de cinco anos de José Sarney e, em troca, tenha recebido muitas concessões de rádio e televisão que foram autorizadas para membros deste grupo. A partir disso, as igrejas evangélicas passaram a ser muito mais próximas da população brasileira, através não só dos templos, como do rádio e da TV.

deixando de lado o que para eles era o fundamental: as questões morais, as questões do mundo privado¹⁶⁸.

Do alto de sua visibilidade e vocalidade na Constituinte, não apenas ganharam uma notoriedade da qual até então não desfrutavam, como souberam administrá-la estrategicamente com o fim de imprimir o evangelismo no Brasil (convém registrar que não se apresentaram como "protestantes" mas como "evangélicos", e foi com este nome que a imprensa logo os tratou) uma nova *imagem da marca* perante a opinião pública¹⁶⁹.

Dessa forma, na Assembléia Constituinte, os evangélicos já eram bem representados. Com cerca de quarenta e nove deputados (titulares e suplentes que assumiram) no Congresso no período de 1987 a 1991, constituídos por 45% de deputados ligados às igrejas históricas e 55%, às pentecostais, foi se firmando na política. Desde então as bancadas evangélicas (federal, estadual ou municipal) estão sob os holofotes da mídia brasileira e carregam junto às manchetes a marca cristã, conservadora e defensora dos seus valores.

Em um terceiro momento, o atual, a Igreja Universal do Reino de Deus¹⁷⁰ – IURD – não aparece como novidade no sentido do ingresso dos evangélicos na política, mas, novidade pelas estratégias de inserção nesse cenário. Em 1998 foram eleitos 44 deputados federais sendo que, 17 deles apoiados pela IURD. Para se ter uma idéia do alcance da Igreja, o senador Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo (fundador da IURD), obteve 3,3 milhões de votos para o cargo de Senador, derrotando nomes consagrados da política como Leonel Brizola e Arthur da Távola. Em 2002 a Igreja elegeu 14 membros para a Câmara Federal, mais quatro deputados apoiados por ela. Atualmente se distribuem pelo PL (14), PSB (5), PDT (5) e um no PCB. O Bispo Carlos Rodrigues do PL, que era o líder da bancada no Congresso¹⁷¹, deixava bem claro que a intenção da Igreja é fazer a ponte entre seus fiéis e o Estado. É o político-evangélico intermediando o contato entre a população, em boa medida evangélica, e as esferas de poder. Deve ficar claro que esse grupo de políticos reivindica para si a *ética, a dignidade e a seriedade no trato das coisas públicas*¹⁷².

Já citei na introdução que a palavra evangélica por si só já carrega valores morais. Se, para os crentes a manchete é positiva, pode não ser tanto assim para os não crentes. Independente da interpretação, ao tratar o grupo político como evangélico, o leitor comum

¹⁶⁸ Um bom exemplo de como o grupo teve poder neste momento foi a votação do tema aborto, que é proibido pela Lei salvo duas exceções (gravidez de alto risco e estupro). O grupo interessado nas concessões de rádio apoiou a bancada evangélica no tema aborto e censura em troca de seus doze votos para aumento das concessões.

¹⁶⁹ Op. Cit. p.173.

¹⁷⁰ A IURD é a segunda maior denominação evangélica em número de fiéis, perdendo apenas para a Assembléia de Deus.

¹⁷¹ Na onda de denúncias, conhecida como *Mensalão* em 2005/06, também este deputado foi acusado, teve seu mandato cassado e responde processo criminal.

provavelmente o enxerga como um grupo religioso, voltado para os interesses morais, princípios cristãos de boa conduta pessoal e, conseqüentemente, boa conduta política. Weber¹⁷³ relata que nos Estados Unidos no início do século XX, ser membro de alguma igreja era sinônimo de credibilidade. Não que a igreja fornecesse essa garantia moral e financeira ao seu fiel, pelo contrário, ele só era fiel porque sua conduta era moralmente aceita¹⁷⁴. Ainda que em períodos muito remotos, já entre os fiéis dessas seitas – presbiterianos independentes e batistas – ocorria discussão sobre o domínio dos teólogos, segundo eles, *somente o carisma, e não o treinamento ou o cargo, deveria ser reconhecido*¹⁷⁵. Aspecto importantíssimo ao pensarmos nas igrejas neopentecostais: não há a exigência de um teólogo para as cerimônias, o dom da palavra é o que determina a vocação para o sacerdócio¹⁷⁶, já vimos no item anterior como essas distinções operaram no Brasil.

A grande mídia veicula muito mais notícias sobre os evangélicos hoje que há alguns anos, e isso em provável conseqüência do aumento de fiéis, assim como a quantidade de templos novos. Pesquisa feita pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião) sobre o período de 1990-92 atesta que cerca de cinco templos em média foram formados por semana. Em relação ao número de fiéis, uma comparação entre o Censo demográfico de 1991 e o de 2000 deixa bem claro que o aumento é significativo. A população brasileira teve um aumento de 39% durante esse período, porém, a soma de todos os que apresentaram-se como evangélicos chegou a 8,56% da população em 1991 saltando para 14,3% em 2000, um aumento de cerca de 67%. Entretanto, ao separarmos as duas correntes, evangélicos tradicionais e pentecostais, percebemos que, entre os últimos, o aumento foi significativamente maior, de 5,57% em 1991, chegaram em 2000 a 10,3%, um aumento de mais de 80% em 9 anos. Entre os evangélicos tradicionais o aumento foi de 33%, de 2,99% da população para 4% acompanhando de perto o aumento da população como um todo¹⁷⁷.

A religião ainda desempenha um grande valor na parcela mais pobre da sociedade, onde os evangélicos aumentam o seu número, ou seja, a conversão acontece em um ritmo intenso.

¹⁷² CAMPOS, 2003, p. 97.

¹⁷³ WEBER. *As seitas protestantes e o espírito do capitalismo*, 1979.

¹⁷⁴ Segundo o autor alguns homens usavam um broche de sua seita o que o atestava como pessoa idônea, economicamente falando.

¹⁷⁵ Op. Cit., p. 364.

¹⁷⁶ Teologia formalmente falando, um curso sobre Teologia que os católicos e os protestantes históricos fazem com o intuito de ocuparem o posto sacerdotal.

¹⁷⁷ MAFRA, 2001. Vale ressaltar que muitos dos templos que surgem semanalmente não têm ligação estrita com denominações já firmadas, decorrência da autonomia já explicitada sobre os batistas. Basta um crente mais inspirado e uma nova igreja surge.

Em cada dez paulistanos convertidos, um tem sua nova religião há um ano ou menos e três há até três anos. A experiência da religião atual é bastante recente em mais de um terço dos conversos, mas entre o pentecostalismo, seguido das denominações históricas, é ainda maior a proporção dos que chegaram há menos tempo (...) o que indica que o processo de conversão é mais acelerado, isto é, atrai cada vez mais gente, entre as denominações evangélicas, capitaneadas pelo pentecostalismo¹⁷⁸.

Como esse grupo poderia alterar o conceito tradicional de clientelismo, encontrado entre os deputados não evangélicos, baseado na estrutura de reduto geográfico? As igrejas, e neste caso estamos falando de grandes denominações, estão presentes em muitos municípios do estado, e do país. A prática evangélica parece extrapolar o reduto geográfico eleitoral, já que o eleitorado evangélico não fica restrito a uma área específica, ao contrário daquele do clientelismo tradicional. É sabido que uma dessas denominações, a Igreja Universal do Reino de Deus, monta uma estratégia, no nível nacional, de forma a contemplar todos os estados, para obter vitória em todos os estados onde há lançamento de uma candidatura. Assim, os candidatos não são lançados exclusivamente na região onde são conhecidos.

Outro aspecto importantíssimo de se observar nessa pesquisa é a noção de mediador que o político clientelista em geral desempenha junto à população. Vimos no *capítulo 1* que a prática clientelista se dá entre aquele que tem o acesso aos órgãos públicos, e a população, como se o primeiro não representasse o segundo na esfera de poder. No entanto, entre os evangélicos a mediação parece ocorrer com maior regularidade e frequência. Entre os evangélicos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – estado com a maior população evangélica – 6% já se dirigiu pessoalmente a um político para fazer algum pedido contra apenas 2% da população em geral, ou seja, pode existir uma maior facilidade de acesso para os evangélicos¹⁷⁹. Carneiro aponta como possível resposta o fato de que a distância social entre esses eleitores e o político seja menor, já que compartilham de uma mesma disciplina nas práticas religiosas e, geralmente, são membros de uma mesma congregação¹⁸⁰. Ainda nesta pesquisa, notou-se que entre os candidatos evangélicos, que representavam 8% do total de candidatos à Câmara, somaram 13,59% do total de votos em 1994. O autor lança um desafio: *há outro grupo social no país cujo pertencimento ao grupo permita este nível de determinação no voto*¹⁸¹?

¹⁷⁸ PIERUCCI e PRANDI, 1996: 263.

¹⁷⁹ Para dar sugestões, 2% dos crentes já falaram com um político contra 0,4% da população em geral e, para reclamar, 3% e 0,5% respectivamente. PIQUET-CARNEIRO, Leandro (1996).

¹⁸⁰ É possível, também, que esse maior acesso ao político possa demonstrar maior reconhecimento do espaço público.

3.3 – Sobre o trabalho empírico

Meu interesse pelo tema surgiu a partir de um trabalho de campo em uma das edições da *Marcha para Jesus*¹⁸² realizada em 2001 na cidade de São Paulo. Várias dúvidas foram surgindo: como os deputados evangélicos fazem política? Será que praticam clientelismo com seus eleitores como boa parte de seus colegas? A filiação religiosa é presente em suas ações, ou seja, são políticos evangélicos ou evangélicos políticos?

O objetivo dessa pesquisa é verificar o comportamento da bancada evangélica na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) para tentar responder a pergunta: o que os deputados evangélicos estão fazendo? Além disso, tentará comprovar se a estratégia eleitoral desses deputados ultrapassa sua *base*¹⁸³ eleitoral na medida em que são ligados a grandes denominações religiosas presentes em todo o estado.

Como principal hipótese acredito que a prática evangélica supera a idéia de clientelismo político observado ao longo dos estudos sobre o tema, porque a filiação religiosa como fator de fidelização de votos aparece como a grande novidade com o ingresso desse grupo na política, já que suas ações – traduzidas em projetos de Lei – são distintas daquelas usualmente praticadas por outros deputados.

Em um primeiro momento a pesquisa tem o claro intuito de perceber o comportamento dos deputados evangélicos. No entanto, para verificarmos semelhanças ou discordâncias nas ações, faz-se necessário uma comparação com deputados não evangélicos. Desse modo, foram escolhidos entre os deputados da 14ª Legislatura Paulista (1999-2002)¹⁸⁴, aqueles que se autodenominaram evangélicos¹⁸⁵ no total, são seis deputados eleitos por seis partidos diferentes. O critério adotado para a escolha dos seis deputados sem filiação religiosa explícita, a título de comparação, foi pertencerem ou terem sido eleitos, pelos mesmos seis partidos com número de votos semelhantes na eleição de 1998. O método utilizado foi a análise dos Projetos de Lei apresentados pelos doze deputados ao longo do mandato,

¹⁸¹ Op. Cit., p. 37.

¹⁸² Marcha esta organizada pela Igreja Renascer em Cristo e que congrega várias outras denominações.

¹⁸³ Na página da Internet da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (www.al.sp.gov.br) no campo *encontre seu deputado*, é explícita a informação sobre a base eleitoral de cada deputado.

¹⁸⁴ A idéia de trabalhar com a Assembléia Legislativa de São Paulo é devido a proximidade do objeto e, também, pelo fato de existirem poucos trabalhos focando esse nível decisório.

¹⁸⁵ Seleção feita na página da Internet da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: no item *encontre seu deputado*, onde existe uma síntese biográfica.

independentemente de aprovação¹⁸⁶. Abaixo, os nomes dos deputados, evangélicos e não evangélicos respectivamente e, os partidos pelos quais foram eleitos em 1998.

- Edna Macedo e Campos Machado – Partido Trabalhista Brasileiro – PTB
- Daniel Marins e Salim Curiati – Partido Progressista Brasileiro – PPS, atual PP.
- Vaz de Lima e Vanderlei Macris – Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB
- Gilberto Nascimento e Jorge Caruso – Partido da Mobilização Democrática Brasileira – PMDB
- Márcio Araújo e Rodrigo Garcia – Partido da Frente Liberal – PFL
- Milton Vieira e Ramiro Meves¹⁸⁷ – Partido da Reedificação da Ordem Nacional – PRONA

Os deputados Milton Vieira, Edna Macedo e Márcio Araújo são membros da Igreja Universal do Reino de Deus, Gilberto Nascimento é da Assembléia de Deus, Daniel Marins é pertencente à Igreja do Evangelho Quadrangular e, Vaz de Lima, da Igreja Presbiteriana Independente. Entre estas igrejas, a maior em número de fiéis é a Assembléia de Deus, seguida pela Universal do Reino de Deus, do Evangelho Quadrangular e, por último dentre estas, a Presbiteriana.¹⁸⁸

O total de projetos apresentados pelos doze deputados durante o referido mandato foi de 454 e foram divididos em doze temas¹⁸⁹. Dividi os projetos em doze categorias: social, econômico, segurança, nomeações diversas, moral, religiosa, utilidade pública, defesa do consumidor, meio ambiente, institucional, estância turística, defesa de categoria profissional e outros. Essa categorização obedeceu à primeira questão colocada para a pesquisa, ou seja, como eles fazem política. Apresentarei a análise de alguns dos temas abordados na pesquisa, considerados mais relevantes, ou porque denotam prática clientelista, ou por ter um viés religioso.

O segundo momento da pesquisa se estenderá aos Projetos de Lei dos novos deputados evangélicos, ou seja, eleitos no pleito de 2002, para o mandato de 2003-2006 com o objetivo de sustentar uma das hipóteses apresentadas inicialmente: a de que os políticos evangélicos

¹⁸⁶ Esses primeiros resultados são fruto da pesquisa elaborada para conclusão do curso de Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Monografia intitulada: *Clientelismo na bancada evangélica*. A pesquisa foi feita durante os trabalhos da Iniciação Científica no projeto temático financiado pela FAPESP: Mídia, campanha eleitoral e comportamento político em São Paulo.

¹⁸⁷ A exceção quanto ao critério selecionado foi esse deputado porque, embora com votação muito inferior ao seu colega de legenda, foi o que mais se aproximou do número de votos. O deputado foi eleito pelo sistema proporcional das maiores sobras.

¹⁸⁸ Em 2000 o Censo registrou que a Assembléia de Deus contava com 8.418.140 fiéis, a Universal, 2.101.887, a Quadrangular com 1.318.805 e a Presbiteriana possuía 981.064 fiéis.

¹⁸⁹ As categorias/tipologia dos projetos foram construídas em um banco de dados para a monografia citada em nota anterior.

praticam clientelismo com instrumentos distintos dos não evangélicos, porém, com intenção semelhante: a de ampla conquista de votos.

E, em um terceiro momento, tentarei responder se, de fato, a filiação religiosa opera em um outro grau de fidelização eleitoral junto ao eleitorado, definindo, inclusive, quem faz parte desse eleitorado, a partir de critérios um tanto quanto subjetivos. Tentando responder a seguinte questão: o que de diferente esse grupo oferece ao seu *fiel* eleitorado que tem como efeito uma votação maciça?

A análise desses dados será demonstrada no capítulo posterior, de caráter empírico. Apenas para reforçar algumas informações já postas nos capítulos anteriores, vimos que a prática clientelista como forma de conquista de votos através do uso de recursos públicos está presente no cenário político brasileiro, desde os primórdios de nossa vida republicana. Ainda que o caráter republicano tenha como fundamento a proteção do patrimônio público e, de seus recursos, pudemos verificar que, em larga medida, o ideal republicano não foi capaz de minar tais práticas, assim como a democracia moderna. O *capítulo 4* apresentará a análise da principal questão: o que de diferente esse grupo oferece ao seu *fiel* eleitorado que tem como efeito uma votação maciça em candidatos, algumas vezes, pertencentes a partidos minúsculos.

CAPÍTULO 4

Clientelismo e fidelização eleitoral

Este capítulo pretende apresentar a compilação e a análise dos dados empíricos sobre a atuação dos deputados evangélicos da Assembléia Legislativa de São Paulo durante a 14ª Legislatura, compreendida entre os anos de 1999 e 2002. Como exposto anteriormente, foram analisados os Projetos de Lei apresentados por doze deputados, seis evangélicos e seis sem filiação religiosa explícita. Não foi levado em conta, *stricto sensu*, o andamento do projeto, ou seja, o foco da análise recaiu sobre as idéias propostas pelos analisados. É claro que, a capacidade de conseguir apoio aos seus projetos, enquanto bancada, é de grande relevância, no entanto, veremos que, devido ao caráter dos projetos apresentados pelo grupo, este não necessita de maior apoio para sua aprovação.

Vamos ver nesta análise que a maneira como a política é conduzida pelos deputados evangélicos, considerando o objetivo da atuação como a conquista de votos, é bastante semelhante à dos deputados não evangélicos analisados a título de comparação. Se no primeiro grupo os projetos mais relevantes são os de caráter moral, religioso e que concedem títulos de Utilidade Pública a entidades filantrópicas, no segundo, são as concessões de título de Estância Turística aos municípios, os principais projetos apresentados¹⁹⁰. Ao cruzar essas informações aos votos obtidos, é possível supor que exista uma relação clientelista direta no caso dos não evangélicos, porque os municípios citados nos seus projetos de lei responderam com um grande aumento de votos, diferente daqueles citados pela bancada evangélica. No entanto, veremos no decorrer da análise que a relação é antes de fidelização eleitoral que clientelista.

Os projetos de lei de cunho moral e religioso são de extrema importância a esta pesquisa, dada a ligação que faz diretamente com a população evangélica. A segunda parte da pesquisa, que analisa a atuação dos deputados evangélicos na 15ª Legislatura (2003-2006) tem o intuito de fortalecer este argumento, ao mostrar que a prática persiste.

Por ultimo, e não menos importante, tentarei demonstrar porque a votação nos candidatos evangélicos – figuras, em geral, desconhecidas do cenário político, alguns pertencentes a partidos minúsculos – conseguem uma votação tão expressiva, semelhante

¹⁹⁰ Os títulos de Utilidade Pública isentam as entidades filantrópicas de arrecadação de impostos e, até, de contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – de seus funcionários. O título de Estância Turística beneficia o município detentor do mesmo com repasse extra de 10% sobre a arrecadação do município.

àquela obtida por nomes mais expoentes da política paulista, no intuito de confirmar a hipótese desse trabalho, a de que a prática evangélica supera o clientelismo tradicional na medida em que a filiação religiosa do eleitor é fundamental na fidelização do voto. Para iniciar a explanação farei uma breve apresentação de cada um dos deputados analisados.

4.1 – Quem são os deputados evangélicos

Atualmente a bancada evangélica¹⁹¹ da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo é composta por onze deputados, cerca de 10% da representação total. Destes onze, nove são novos ocupantes das cadeiras. No mandato anterior que contava com seis deputados, apenas dois foram reeleitos e dois passaram a ocupar cadeiras na Câmara dos Deputados. Houve um aumento de quase 85% no número de membros da bancada. Abaixo temos listado os deputados evangélicos que fizeram parte da bancada no período de 1999-2002 e de 2003-2006 com um pequeno perfil de cada um deles para o conhecimento do leitor¹⁹².

1. Milton Vieira Pinto

Nome pelo qual é conhecido: Milton Vieira

Primeiro mandato: Deputado estadual (1999-2002)

Partido: PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

Número de votos: 56.099

Cargo atual: Deputado estadual (2003-2006)

Partido atual: PFL – Partido da Frente Liberal

Número de votos: 70.781

Filiação religiosa: Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, é presidente da Associação Beneficente Cristã (ABC), coordenador de evangelização nas penitenciárias e presídios do Estado de São Paulo e responsável pela orientação para a evangelização em comunidades carentes.

Demais atividades: Radialista e apresentador de TV, mantendo dois programas na Rede Família de Televisão, ligada à Rede Record, no interior.

Número de projetos de Lei apresentados: 69 (1999-2002) e 66 (2003-2006)

¹⁹¹ Frases como essas ilustram a intenção do grupo como bancada: “Será a doutrina da Palavra de Deus que vai dar a linha de atuação para os deputados evangélicos e todas as vezes que uma propositura contrarie essa doutrina, estaremos unidos para defendê-la” Fonte: Jornal Último Segundo de 15/03/2003.

¹⁹² Os dados foram retirados da página da Assembléia na Internet (www.al.sp.gov.br) na biografia de cada deputado e, também, da página do Tribunal Superior Eleitoral, www.tse.gov.br.

2. José Carlos Vaz de Lima

Nome pelo qual é conhecido: Vaz de Lima

Primeiro mandato: Deputado estadual (1995-1998)

Partido: PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Número de votos: 70.889

Cargo atual: Deputado estadual (2003-2006)

Partido atual: PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

Número de votos: 132.427

Filiação religiosa: Pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

Formação: Sociologia, Filosofia, Pedagogia e Direito

Demais atividades: É agente fiscal de rendas

Número de projetos de Lei apresentados: 11 (1999-2002) e 21 (2003-2006)

3. Daniel Marins

Nome pelo qual é conhecido: Daniel Marins

Primeiro mandato: Deputado estadual (1999-2002)

Partido: PPB – Partido Progressista Brasileiro

Número de votos: 65.426

Cargo atual: Não conseguiu se reeleger.

Partido: PPB – Partido Progressista Brasileiro

Número de votos: 35.507

Filiação religiosa: Membro da Igreja do Evangelho Quadrangular

Número de projetos de Lei apresentados: 11

4. Márcio Araújo

Nome pelo qual é conhecido: Márcio Araújo

Primeiro mandato: Deputado estadual (1999-2002)

Partido: PFL – Partido da Frente Liberal

Número de votos: 74.313

Cargo atual: Não disputou a eleição seguinte

Filiação religiosa: Membro da Igreja Universal do Reino de Deus

Número de projetos de Lei apresentados: 40

5. Edna Sampaio Fernandes

Nome pela qual é conhecida: Edna Macedo.

Primeiro mandato: Deputada estadual (1999-2002)

Partido: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Número de votos: 81.222

Cargo atual: Deputada federal eleita em (2003-2006)

Partido atual: PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

Número de votos: 118.474

Filiação religiosa: Membro da Igreja Universal do Reino de Deus (é irmã do Bispo Edir Macedo, fundador da igreja)

Número de projetos de Lei apresentados: (9 como deputada estadual)

6. Gilberto Nascimento

Nome pelo qual é conhecido: Gilberto Nascimento

Primeiro mandato: Deputado estadual (1999-2002)

Partido: PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Número de votos: 54.511

Cargo atual: Deputado federal eleito em (2003-2006)

Partido atual: PSB – Partido Socialista Brasileiro

Número de votos: 240.664

Filiação religiosa: Membro da Assembléia de Deus

Número de projetos de Lei apresentados: (21 como deputado estadual)

7. Adilson Barroso

Nome pelo qual é conhecido: Adilson Barroso

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

Número de votos: 9.928

Partido atual: PSC – Partido Social Cristão

Filiação religiosa: É membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Formação: Teologia e técnico em administração de empresas

Demais atividades: É presidente do PSC no estado e atua no ramo de isolamento térmico industrial

Número de projetos de Lei apresentados: 33 (2003-2006)

8. Maria Almeida Dantas

Nome pela qual é conhecida: Doutora Maria Almeida

Primeiro mandato: Deputada estadual (2003-2006)

Partido: PTN – Partido dos Trabalhadores da Nação

Número de votos: 66.067

Partido atual: PRB – Partido Republicano Brasileiro

Filiação religiosa: É membro da Universal do Reino de Deus. Foi coordenadora do Projeto Nordeste, de combate à fome, e uma das responsáveis pela implantação da Fazenda Canaã, em Irecê (BA), projeto do qual faz parte o senador pelo Rio de Janeiro Marcelo Crivella - Bispo Crivella da mesma igreja

Formação: Direito

Demais atividades: Exerceu o cargo de diretora da TV Record

Número de projetos de Lei apresentados: 16 (2003-2006).

9. Geraldo Tenuta Filho

Nome pelo qual é conhecido: Bispo Gê

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Número de votos: 96.857

Partido atual: PFL – Partido da Frente Liberal

Filiação religiosa: É membro da Igreja Renascer em Cristo

Formação: Comunicação Social

Demais atividades: Comanda programas de rádio e de televisão pela Rede Gospel de Comunicação.

Número de projetos de Lei apresentados: 9 (2003-2006)

10. José Domingos Bittencourt

Nome pelo qual é conhecido: José Domingos Bittencourt

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

Número de votos: 35.778

Partido atual: PV – Partido Verde

Filiação religiosa: É membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Preside o Instituto Teológico Betel do ABCD. É 2º secretário da Convenção Regional dos Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus no Estado de São Paulo (Cormesp) e consultor bíblico e jurídico do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB)

Formação: Direito e Teologia

Demais atividades: É advogado, conferencista e professor de teologia e direito constitucional. É vice-líder do Governo na Casa e preside a Comissão de Legislação Participativa

Número de projetos de Lei apresentados: 61 (2003-2006)

11. Marcelo Siqueira Bueno

Nome pelo qual é conhecido: Marcelo Bueno

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PDT – Partido Democrático Trabalhista

Número de votos: 52.508

Partido atual: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Filiação religiosa: É membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus e, membro do Conselho Político da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB). Foi um dos integrantes do Projeto Cidadania AD Brasil.

Formação: Técnico em mecânica

Demais atividades: É o coordenador dos trabalhos do segmento evangélico do PTB

Número de projetos de Lei apresentados: 28 (2003-2006)

12. Waldir Agnello

Nome pelo qual é conhecido: Waldir Agnello

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PSB – Partido Socialista Brasileiro

Número de votos: 130.069

Partido atual: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Filiação religiosa: pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular. Em 1992 foi convidado a coordenar a implantação da Editora Quadrangular

Formação: Teologia, Economia e administração de empresas

Demais atividades: Presidiu a Comissão de Economia e Planejamento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP – e atualmente preside a Comissão de Saúde e Higiene nessa mesma Assembléia

Número de projetos de Lei apresentados: 10 (2003-2006)

13. Benedito Roberto Alves Ferreira

Nome pelo qual é conhecido: Roberto de Jesus

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Número de votos: 73.059

Partido: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Filiação religiosa: Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus

Formação: Direito e Teologia

Demais atividades: É apresentador dos programas "Fala Vale" da Super Rádio Piratininga de São José dos Campos e da TV Band Vale

Número de projetos de Lei apresentados: 29 (2003-2006)

14. José Souza dos Santos

Nome pelo qual é conhecido: Souza Santos

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PL – Partido Liberal

Número de votos: 72.635

Partido atual: PL

Filiação religiosa: Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus

Formação: Técnica em contabilidade

Demais atividades: Radialista. É o líder do PL na ALESP e membro efetivo da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor. É também membro efetivo da Comissão de Promoção Social

Número de projetos de Lei apresentados: 51 (2003-2006)

15. Wagner Amaral Salustiano

Nome pelo qual é conhecido: Wagner Salustiano

Primeiro mandato: Deputado estadual (2003-2006)

Partido: PPB – Partido Progressista Brasileiro

Número de votos: 82.793

Partido: PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Filiação religiosa: Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus

Formação: Direito

Demais atividades: Empresário e advogado

Número de projetos de Lei apresentados: 9 (2003-2006)

Os dados acima apontam várias semelhanças entre os quinze deputados. A primeira, óbvia, é a filiação religiosa de cada um deles. São sete deputados, contando os dois mandatos analisados, ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, como fiéis e como pastores, quatro pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dois, à Assembléia de Deus, um é pastor da Igreja Presbiteriana Independente e o outro, da Igreja Renascer em Cristo. Também notamos mais semelhanças: na atual gestão, a maioria dos onze deputados apresenta sua explicitação religiosa em sua biografia oficial, enfocando, inclusive, os trabalhos que desenvolvem em suas respectivas congregações. Seis deles, Milton Vieira, Maria Almeida, Bispo Gê, José Domingos, Marcelo Bueno e Waldir Agnello ocupam cargos administrativos e de orientação aos fiéis que vão além da função sacerdotal, como pode ser observada no campo filiação religiosa. Outro ponto em comum é a vinculação a veículos de comunicação como rádio e televisão, na função de apresentadores e diretores de programação, nem sempre de caráter religioso¹⁹³.

¹⁹³ No pleito de 2006 para o mandato de 2007-2010 a campanha destes deputados estaduais apresenta-se da seguinte forma: seis estão concorrendo à reeleição: Adilson Barroso, José Domingos Bittencourt, Marcelo Bueno, Vaz de Lima, Wagner Salustiano e Waldir Agnello. Quatro são candidatos a deputado federal: Bispo Ge,

Apesar da pesquisa ter como objetivo analisar a atuação desses deputados, ao assumir que sua conduta moral enquanto fiel ou pastor evangélico possa estar vinculada à atividade parlamentar, não posso deixar de considerar outros pontos. Muitos dos políticos evangélicos tiveram seu nome envolvidos em algum escândalo de corrupção quando do desenvolvimento desse estudo. Edna Macedo e Carlos Rodrigues¹⁹⁴ foram acusados de pertencer à quadrilha desbaratada em 2006 na Operação Sanguessuga da Polícia Federal, que superfaturava o valor das ambulâncias que seriam destinadas a várias cidades, após solicitar emenda no Orçamento da União para o tal fim. Os deputados Wagner Salustiano, Vaz de Lima e Geraldo Tenuta foram acusados de receber do banco estadual de São Paulo, a Nossa Caixa, dinheiro para favorecer seus jornais, revistas, etc, através do governador Geraldo Alckmin, para continuarem na base aliada, em uma clara prática clientelista. De forma que não podemos atribuir para todos os deputados uma conduta honesta¹⁹⁵.

Em pesquisa realizada pela ONG Voto Consciente¹⁹⁶ sobre a atuação dos deputados no que diz respeito à *participação em comissões, votações nominais, fidelização partidária e fiscalização do Executivo* no mandato de 2003-2006, os evangélicos acima citados obtiveram média inferior à da Assembléia, 3,14 contra 4,73 e, dentre os vinte deputados com menores notas, constam oito desses onze aqui analisados.

Milton Vieira, Roberto de Jesus e Souza Santos. Apenas a deputada Maria Almeida não se candidatou a nenhum cargo.

¹⁹⁴ Mais conhecido como Bispo Rodrigues, ex-deputado federal pelo PL, que teve seu mandato cassado por conta de outro escândalo, o chamado *valéroduto*, no qual o publicitário Marcos Valério era acusado de lavagem de dinheiro e que destinou grandes quantias à vários parlamentares, escândalo que veio à tona em 2005.

¹⁹⁵ Segundo o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Antonio Carlos Biscaglia, que analisa a *Máfia das ambulâncias*, a maior parte das acusações está fundamentada em provas documentais.

¹⁹⁶ “uma entidade cívica e apartidária formada por voluntários. Nosso trabalho é acompanhar o desempenho dos vereadores nas Câmaras Municipais e dos deputados estaduais nas diversas Assembléias, participando da discussão sobre políticas públicas e acompanhando o trabalho parlamentar”. Disponível na Internet: www.votoconsciente.org.br. Foram analisados dados somente dos candidatos à reeleição. Em relação aos quesitos foram considerados os seguintes pontos: *Votações nominais*: “Consideradas somente as leis que possuem mérito e impacto em seu conteúdo”. *Presença nas Comissões Permanentes*: “Como membro efetivo das comissões que estudam e debatem os projetos, nos anos de 2003, 2004 e 2005. O resultado é a curva forçada da média das duas notas.” *Presença nas Votações Nominais*: “Foram consideradas as presenças em 65 iniciativas de Votações Nominais, onde cada Deputado manifestou individualmente o seu voto, utilizando-se geralmente do painel eletrônico, nos anos de 2003, 2004, 2005 até junho de 2006”. *Fidelidade Partidária*: “Recebeu a pontuação 10 o Deputado que não mudou de partido, 5 o que trocou uma vez e zero para mais que uma mudança na legislatura.” *Fiscalizador do Executivo*: “Foram considerados a somatória de três levantamentos: 1. Requerimentos de Informações enviados ao Executivo, até junho/ 06. 2. Presença nas Audiências Públicas do Orçamento do Estado nos anos de 2005 e 2006, um total de 27, entendendo ser relevante à presença pelo menos na audiência de sua região. 3. E a participação nos Requerimentos de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 56 pedidos de apuração de denúncias e necessidade de investigação, que entraram para a Ordem do Dia, até junho/ 06”.

A ONG desconsiderou na sua avaliação Leis aprovadas de extrema importância nessa pesquisa: como a inclusão de datas no calendário turístico, títulos de Utilidade Pública e nomeações diversas por considerá-las de menor importância. A frente veremos quão importantes são elas na relação com o eleitor evangélico.

Em relação ao item *fidelização partidária*, nove dentre os quinze deputados mudaram pelo menos uma vez de partido. A tabela abaixo, além de mostrar a migração partidária levanta algumas questões sobre a expressividade desses partidos e, se possível, falar em posição ideológica.

Tabela 1. Migrações/deputados evangélicos 1999-2006

Nome do deputado	Eleito pelo	Migrou para
Adilson Barroso	PRONA	PSC
Bispo Gê	PSDB	PFL
José Bittencourt	PGT	PDT-PV
Marcelo Bueno	PDT	PTB
Maria Almeida	PTN	PRB
Milton Vieira	PRONA	PFL
Roberto Alves	PTB	Não migrou
Souza Santos	PL	Não migrou
Vaz de Lima	PSDB	Não migrou
Wagner Salustiano	PPB	PSDB
Waldir Agnello	PSB	PTB

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Conforme a tabela 1, a migração refere-se aos seguintes deputados: Adilson Barroso que foi eleito pelo PRONA e agora é candidato pelo PSC; Bispo Gê eleito pelo PSDB e agora candidato a deputado federal pelo PFL; José Bittencourt, eleito pelo PGT, permaneceu até esse ano no PDT e disputa a reeleição pelo PV; Maria Almeida chegou à Assembléia pelo PTN e agora pertence ao PRB¹⁹⁷; Milton Vieira elegeu-se pelo PRONA no pleito de 1998 e concorre neste ano ao cargo de deputado federal pelo PFL; Gilberto Nascimento eleito pelo PMDB para deputado estadual migrou para o PSB para concorrer ao cargo de deputado federal em 2002; Marcelo Bueno, do PDT para o PTB, Wagner Salustiano que foi eleito pelo PPB e hoje concorre à reeleição pelo PSDB e, Waldir Agnello que trocou o PSB pelo PTB. Embora as siglas apresentem termos que qualifiquem o partido como sendo de esquerda ou de direita, tais como *Socialista, Trabalhista e Progressista* ou *Reedificação da Ordem, Liberal e*

¹⁹⁷ Especula-se na mídia (Folha de S.Paulo, 20/08/2006) que o PRB é comandado pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Frente Liberal, não é tão simples mais em uma sociedade composta por partidos de massa operarmos com essa dicotomia¹⁹⁸. Pensando nas siglas e nas bandeiras que esses partidos apresentam posso dizer que as migrações, em geral, não foram radicais, não houve migrações para a extrema direita, como PRONA, ou para a extrema esquerda, como o PSTU. Ademais contamos no Brasil como uma cultura política de voto individual, personalista. O voto na legenda é característico de alguns poucos partidos que apostam nesse ponto, de modo que a mudança de legenda parece não atribuir muito significado junto a maioria do eleitorado¹⁹⁹.

A relevância da pesquisa não se dá apenas pelo aumento no numero de membros, mesmo porque, esse aumento pode ser reflexo do aumento de fiéis evangélicos no estado de São Paulo, e no Brasil. De acordo com a última contagem do Censo²⁰⁰ em 2000, a população ligada às religiões evangélicas cresceu mais de 67% em detrimento de 1,15% do aumento da população geral do país desde 1991. No estado de São Paulo, o aumento do número de fiéis foi de mais de 82% contra 17% de crescimento da população paulista no mesmo período. O aumento de 85% entre o primeiro mandato analisado, de 1999-2002 e o segundo, de 2003 – 2006 parece refletir diretamente o aumento do numero de fiéis. De forma que a pesquisa se apóia nessa relação existente entre números de fiéis e sua fidelização do voto a esses deputados, fruto da atuação dos últimos enquanto grupo. E, arriscando uma previsão, e possível que o pleito de 2006 acompanhe o crescimento da população evangélica, reelegendo os atuais e elegendo novos deputados também evangélicos, aumentando a bancada.

4.2 – Como é a atuação dos deputados evangélicos?

O total de projetos apresentados pelos seis deputados durante o mandato de 1999-2002 foi de 161 que foram divididos em doze categorias e que compreendem: *social* – temas relacionados à educação, saúde, moradia, programas sociais, etc.; *econômico* – arrecadação, isenções, empregos; *segurança* – criação de delegacias especiais, comercialização e porte de armas de brinquedos, entre outros; *nomeações diversas* – nomes de ruas, praças, etc.; *moral* – dispõe sobre nudez em outdoors, prostituição, etc; *religiosa* – todos que fazem menção à questões ligadas a religião; *utilidade pública* – concessão de título que isenta o

¹⁹⁸ Exceto os partidos considerados mais radicais, talvez o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, que apresentam propostas que se assemelham às características de partidos à esquerda, como não pagamento de dívidas com credores externos, por exemplo.

¹⁹⁹ Sobre o voto personalista e as características de nossas campanhas eleitorais que privilegiam o voto individual, ver Schmitt, Piquet Carneiro e Kuschnir (1999).

estabelecimento beneficiado do pagamento de impostos; *defesa do consumidor* – dispõe sobre obrigatoriedade dos mais diversos serviços a clientes; *meio ambiente* – instituição de políticas e programas de educação ambiental, por exemplo; *institucional* – cargos, nomeações e atividades intrínsecas a atividade parlamentar; *estância turística* – concede arrecadação extra de 10% ao município com esse título para melhorias na infra-estrutura; *defesa de categoria profissional* – benefícios específicos para determinada categoria e, *outros* – qualquer outro que não se encaixe nas demais²⁰¹. Já vimos que são doze os deputados escolhidos, seis evangélicos e seis não evangélicos, utilizando como critérios, a explicitação da filiação religiosa para o grupo evangélico e, o número semelhante de votos e mesmos partidos para o não evangélico. Na primeira parte tratarei da atuação dos evangélicos, em relação aos projetos de Lei. Na tabela 1 consta o número de projetos de lei por deputados e categorias.

Tabela 2. Projetos de Lei por categorias/deputados evangélicos 1999-2002

	Edna Macedo	Daniel Marins	Milton Vieira	Gilberto Nascim.	Márcio Araújo	Vaz de Lima	Total	%
1-Social	3	3	18	4	23	0	51	31,69
2-Econômico	0	0	15	0	3	1	19	11,80
3-Segurança	1	2	2	2	2	0	9	5,59
4-Nomeações diversas	1	0	2	3	1	4	11	6,83
5-Moral	0	3	5	0	2	0	10	6,21
6-Religioso	0	1	3	2	2	0	8	4,96
7-Utilidade Pública	4	2	1	4	0	5	16	9,94
8-Defesa do consumidor	0	0	22	6	7	0	35	21,74
9-Meio ambiente	0	0	1	0	0	0	1	0,62
10-Institucional	0	0	0	0	0	0	0	0,00
11-Estância Turística	0	0	0	0	0	1	1	0,62
12-Defesa cat. profissional	0	0	0	0	0	0	0	0,00
13-Outros	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total	9	11	69	21	40	11	161	100,00

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Dentre todos os projetos apresentados pelos seis deputados evangélicos durante o mandato de 1999-2002 tivemos uma média de 6,7 projetos de lei por deputado a cada ano, claro

²⁰⁰ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE através da página www.ibge.gov.br.

²⁰¹ A primeira parte desta pesquisa – coleta, sistematização e análise dos projetos de lei, foi realizada quando da elaboração da monografia para conclusão do curso de Bacharel em Sociologia e Política (2003) sob o título *Clientelismo na bancada evangélica*. Monografia concluída durante o período de Iniciação Científica no projeto temático *Mídia, campanha eleitoral e comportamento eleitoral* financiada pela FAPESP.

que temos números menores, como no caso de Edna Macedo, com média de 2,25 projetos de lei por ano. É visível que aqueles de caráter social e de defesa do consumidor são os mais expressivos, totalizando 53,41% do total e que versam sobre os mais variados assuntos. Nestes dois grupos existem projetos desde o de número 0144/2002 que “dispõe sobre o uso gratuito de instalações sanitárias em terminais rodoviários” até o de número 0456/2001 que “proíbe a cobrança de taxa de cadastro de consumidores quando da aquisição de produtos e serviços”²⁰². Embora o número de projetos seja expressivo, sua aprovação é bastante pequena. Até o fim do referido mandato apenas 4,3% dos projetos *sociais* obtiveram aprovação contra 29,8% já arquivados. Em relação aos projetos que enfocaram os *direitos do consumidor*, 22 dos 35 apresentados são de autoria do deputado Milton Vieira e abordam os mais diversos pontos²⁰³. A tabela 3 apresenta uma amostra dos projetos dessas categorias.

Tabela 3. Amostra dos Projetos de Lei/ Deputados evangélicos 1999-2002

0646/2002	Obriga o órgão competente pelas aplicações de multas de trânsito, a divulgar, através do Diário Oficial do Estado, todos os valores arrecadados a esse título.	Defesa do Consumidor
0170/2002	Dispõe sobre proibição de venda de alimentos com elevado teor de calorias, nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.	Social
0297/2001	Institui o Programa de Coleta de Lâmpadas Fluorescentes, seu armazenamento, transporte e destinação final.	Defesa do Consumidor
0109/2000	Torna Obrigatória a publicação, em jornal de grande circulação, dos veículos sinistrados que sofreram perda total.	Defesa do Consumidor
0268/2000	Dispõe sobre o uso gratuito de instalações sanitárias em terminais rodoviários	Social
0021/2000	Torna obrigatória a comunicação ao IML do encontro de cadáveres não identificados ou considerados indigentes em todos os IMLs e Serviço de Verificação de óbito - SVO	Social
0488/2001	Institui o Programa "Criança na Escola";	Social
0353/2000	Obriga as empresas fornecedoras de equipamentos de telefonia celular a informarem seus usuários sobre o perigo causado pelas baterias dos mesmos, à saúde e ao meio ambiente.	Defesa do Consumidor
0885/1999	Cria o Programa de Atendimento Volante para a Recuperação de Menores de Rua Drogados	Social

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo.

Embora aqueles que versam sobre os temas morais e religiosos somem apenas 11,17%

²⁰² O anexo 1 apresenta todos os projetos apresentados pelos deputados evangélicos no período de 1999 a 2002 na categoria *social e defesa do consumidor*.

²⁰³ Uma hipótese para o alto número de proposituras desse autor em relação aos demais e porque este conta com um programa de rádio e televisão e, provavelmente deve ouvir reclamações de seus ouvintes e transforma-as em projetos de Lei.

do total, estou tratando de um grupo com filiação religiosa explícita, um grupo evangélico, daí sua importância na análise. Vejamos como são e do que tratam esses projetos na próxima tabela.

Tabela 4. Projetos de Lei/deputados evangélicos 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0429/2002	Revoga a Lei nº 10.948, de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.	Moral
0173/2001	Proíbe a exposição fotográfica de modelos, femininos ou masculinos despidos, parcialmente despidos ou em pose que sugira despimento parcial em placas do tipo outdoor, backlight, videowall ou similar ou que a visualização seja possível em via pública.	Moral
0657/2000	Inclui aulas sobre efeitos das drogas, álcool e tabaco no currículo de 2º grau das escolas da rede oficial de ensino	Moral
0873/1999	Torna obrigatória a leitura de versículo da Bíblia Sagrada quando da abertura de cada ano letivo.	Religioso
0549/2002	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.374, de 1989, a fim de proibir a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais de fornecimento de água, luz, telefone e gás, de igrejas e templos de qualquer culto.	Religioso
0826/2001	Dispõe sobre a inserção dos templos de qualquer culto no contexto cultural do Estado	Religioso
0306/2001	Altera a Lei nº 9.468, de 1996, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos que especifica (disponíveis na íntegra do projeto).	Moral
0305/2001	Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais denominados Lojas de Conveniência	Moral
0489/1999	Altera a Lei nº 10305 de 1999, que dispõe sobre proibição de fornecimento de produtos que contenham fumo a menores.	Moral
0437/1999	Dispõe sobre a proibição de máquinas "caça níquel" e "vídeo pôquer" em estabelecimentos comerciais.	Moral
0402/1999	Proíbe a exposição de imagens de entidades representativas de qualquer religião em prédios públicos.	Religioso
0396/1999	Dispõe sobre a proibição da afixação, nas vias públicas, de cartazes e "outdoors", com exposição de nudez.	Moral
0328/2001	Institui o "Dia da Marcha para Jesus"	Religioso
0705/1999	Institui o "Dia do Músico Evangélico"	Religioso
0175/2001	Obriga os estabelecimentos públicos e particulares, frequentados predominantemente por crianças e adolescentes, a manterem em local de fácil visualização, aviso discriminando os órgãos que recebem denúncias sobre violências praticadas contra crianças e adolescentes.	Moral
0388/2000	Dispõe sobre obrigatoriedade de publicação de advertência quanto à exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes, nos jornais, revistas e periódicos que trazem em seus classificados anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo.	Moral
0348/2000	Dispõe sobre garantia de vagas, nas escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio, aos filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso.	Religioso
1037/1999	Torna obrigatória a inclusão, no acervo de todas as bibliotecas públicas, de exemplares da Bíblia Sagrada, editadas em Braille.	Religioso

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo.

A partir dos dados expostos na tabela podemos perceber que os projetos com caráter moral versam, em geral, sobre questões de sexualidade e exposição de nudez em locais públicos, assim como a proibição de álcool e drogas, principalmente a menores de idade. Os projetos denominados religiosos a princípio podem parecer menos importantes, já que suas solicitações giram em torno de institucionalizar algumas datas que dizem respeito apenas ao universo evangélico e alguns deles, parecem até inocentes, para não dizer, irônicos. O projeto 0402/1999 é um deles: ao solicitar a proibição de imagens representativas de qualquer credo, fica uma pergunta: qual a única grande religião que não cultua imagens? O protestantismo. O projeto 0348/2000 vai na mesma linha: a solicitação feita pelo deputado evangélico não faz qualquer sentido porque, a garantia de vagas nas escolas é um direito garantido pela lei para todos, independente do credo, da cor da pele e da classe social, sendo assim, a propositura vai contra a idéia de igualdade perante a lei. Outro que merece destaque é o de número 0826/2001, ao propor a inclusão dos templos de qualquer credo no contexto cultural, os evangélicos não estão propondo que os terreiros de Umbanda e Candomblé²⁰⁴ sejam incluídos, as Igrejas Católicas, as maiores e mais importantes, já estão inclusas, sendo assim, o pedido é, exclusivamente, para os templos evangélicos²⁰⁵.

Esses projetos guardam algumas relações interessantes: se por um lado, buscam a igualdade entre as várias vertentes religiosas, exigindo o mesmo reconhecimento e respeito a todas elas, por outro procura se diferenciar ao solicitar, por exemplo, privilégios para seus filhos na rede de ensino. O mesmo se pode dizer daqueles que solicitam a inclusão de datas comemorativas dos evangélicos no calendário nacional. Embora essas datas sejam referências apenas aos *crentes*, alguns de nossos feriados nacionais, como dia 12 de outubro - Dia de Nossa Senhora da Aparecida, são feriados católicos, que não dizem respeito ao universo evangélico, ou budista por exemplo, e nem por isso, fogem à regra da comemoração nacional²⁰⁶.

A importância destes projetos está no aparente fortalecimento da crença nesses deputados como representantes do povo evangélico e, por que não, de Deus na Terra, na política. Trata-se da

²⁰⁴ As religiões afro-brasileiras são consideradas pelo pentecostalismo como a face oposta a Deus, como o Diabo.

²⁰⁵ Em relação ao projeto 0549/2002, conforme o inciso VI do artigo 150 de nossa Constituição, é vedado à União, ao Distrito Federal, aos estados e municípios cobrar impostos de qualquer natureza sobre templos de qualquer credo. Existem várias discussões a respeito. Uns dizem que a Lei é ambígua, pois a isenção de impostos só incide sobre os templos com sede própria, outros que as prestadoras de serviço não seguem a lei. Vale destacar que muito dos templos evangélicos estão estabelecidos em imóveis alugados, talvez por isso, a discordância seja constante.

²⁰⁶ Os projetos também demonstram certa intolerância por parte dos evangélicos, que sempre pregam a tolerância à seu favor.

crença no indivíduo que olha pelo povo evangélico, por aqueles que estão nas camadas mais baixas da população – onde os templos evangélicos surgem a cada semana – camadas essas que menos acessam os órgãos oficiais. No Brasil, por ser um país majoritariamente católico e, oficialmente também, as demais religiões são, ou se sentem, excluídas de participação social como um todo. O *crente*, modo pejorativo de indicar quem não pertencia ao catolicismo, sempre foi visto como uma pessoa séria e distante dos prazeres da terra. O reconhecimento do indivíduo ou do grupo dava-se de certa forma pelo negativo, pelo que o católico, por exemplo, não era: sisudo, sério e pensando apenas na salvação eterna, sem desfrutar das experiências mundanas.

Hoje, a palavra *crente* já não é mais tão usada, afinal, *crente* pode ser qualquer pessoa que crê em algo. No momento atual, o termo *evangélico* é o que faz sentido, conquista dos *crentes* enquanto grupo, e que já não mais carrega sentido pejorativo. Mesmo porque, a idéia de que o crente fosse uma pessoa mais séria que os demais religiosos, deu espaço para o *evangélico* que, ao contrário, compartilha de muitos dos locais de diversão que os não *evangélicos*, usa as mesmas roupas (não necessariamente saias, e cabelos, longos para as mulheres), com poucas distinções. Assim, se já houve mudanças no interior mesmo da religião, a esfera política passou a ser, também, local de proselitismo religioso. Como vimos antes, no capítulo 3, os evangélicos estiveram distantes da política por muito tempo, por julgá-la “terrena” demais. De forma que a presença do político evangélico fará com que a lógica de reconhecimento entre os grupos religiosos comece a vislumbrar mais mudanças no cenário que se apresenta até então. Com todas as mudanças operadas no seio da religião que facilitou o ingresso na política e, conseqüentemente, aprovação dos projetos explicitados a pouco, o reconhecimento, provavelmente dará-se pela via positiva. O *crente*, o diferente, agora pode ser mais semelhante, terá direitos reconhecidos pela Lei e, portanto devem ser respeitados pelos direitos conquistados, Posto que, uma vez aprovados estes projetos de lei oriundos da bancada evangélica, todos os cidadãos paulistas, evangélicos ou não, terão de reconhecê-los. Adiante darei um outro tratamento aos projetos *morais e religiosos*.

Por fim, e não menos importante, um outro tipo de projeto se apresenta com grande significação ao universo dessa pesquisa, embora com percentual não tão expressivo no conjunto dos projetos. São aqueles que concedem títulos de Utilidade Pública às entidades consideradas filantrópicas. A entidade agraciada por tal título terá isenção total de impostos, possivelmente não precisará recolher FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) de seus empregados e, ainda poderá receber verbas provenientes do Estado. A tabela abaixo apresenta todos os projetos de Lei apresentados pelo grupo no período citado na mesma.

Tabela 5. Projetos de Lei – UP/deputados evangélicos 1999-2002

P.L./ ano	Texto	Categoria
0223/2001	Declara de utilidade pública a "Associação Remar do Brasil" em Guarulhos	Utilidade pública
0034/2000	Declara de utilidade pública a "Associação de Defesa da Saúde de Fumantes, ADESF", EM Mogi Mirim	Utilidade pública
0459/1999	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Cristã -ABC", na Capital	Utilidade pública
0458/1999	Declara de utilidade pública a "Frente Apoio El Shadai", em São José dos Campos.	Utilidade pública
0621/2001	Declara de utilidade pública a "Missão Evangélica Luz do Mundo", na Capital	Utilidade Pública
0308/1999	Declara de utilidade pública a "Associação Colméia", em Itapetininga.	Utilidade Pública
0283/2002	Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência ao Deficiente Físico e Auditivo - AADFA", em Votuporanga.	Utilidade Pública
0056/2001	Declara de utilidade pública a "Associação Educacional Beneficente Monte Gerizim", em Santo André.	Utilidade Pública
0031/2001	Altera a Lei 2574, de 1980, que dispõe sobre as formas de declaração de utilidade pública.	Utilidade Pública
0021/2001	Declara de utilidade pública o "Centro Social Evangélico - CESE", em São Bernardo do Campo.	Utilidade Pública
0022/2001	Declara de utilidade pública a "Associação Assistencial Manancial" na Capital.	Utilidade Pública
0532/2002	Declara de utilidade pública a "Associação Renascer", em São José do Rio Preto.	Utilidade Pública
0549/2001	Declara de utilidade pública a "Assistência Social Lar Ditoso", na Capital.	Utilidade Pública
0399/2000	Declara de utilidade pública a "Associação Legião Filantrópica Jauense", em Jaú	Utilidade Pública
0634/1999	Declara de utilidade pública o "Projeto Água Viva de Promoção Social", em Marília	Utilidade Pública
0242/1999	Declara de utilidade pública o "RASC - Recuperação e Assistência Cristã", em Bauru.	Utilidade Pública

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

Embora existam dezesseis pedidos dessa natureza, a relevância está no seu destino, nas ligações que essas entidades tem com o universo religioso. E, também, pelo o que eles representam junto à bancada. Em um outro tópico farei a análise desses projetos de Lei abordando-o juntamente com outro tipo de pedido característico do grupo não evangélico que será apresentado em breve.

4.3 – Os novos deputados evangélicos seguem a tendência de seus antecessores?

Procurei verificar se os mesmos tipos de projetos de Lei aparecem com a atual bancada evangélica no legislativo paulista. Já vimos que dois dos onze deputados foram reeleitos e, os demais, exercem o primeiro mandato. A próxima tabela apresenta o número de projetos por cada deputado e categoria o qual foi inserido.

Aqui também o maior número de projetos são aqueles que versam sobre a temática *social*, no entanto, a abordagem nesse mandato recairá sobre os temas analisados anteriormente, *religioso*, *moral* e *utilidade pública* somando 16,25% contra 21,11% do anterior e que, configuram o modo de atuação do grupo. Embora o percentual destes três tipos de projetos tenha diminuído nessa Legislatura, os pedidos que versam sobre os assuntos ligados às religiões tiveram um aumento de 160% (8 projetos no mandato de 1999-2002 e 20 no atual) um dado extremamente relevante, pareceria óbvio por ser um grupo com características religiosas explícitas, porém, demonstra uma novidade no que tange a atividade legislativa: a incidência de fatores religiosos à esfera política, portanto laica, mas que no entanto, tem correspondência direta na fidelização dos votos dos religiosos a quem o grupo representa.

Tabela 6. Projetos de Lei por categorias/deputados evangélicos 2003-2006

	1. Social	2. Econômico	3. Segurança	4. Nomeações diversas	5. Moral	6. Religioso	7. Utilidade Pública	8. Defesa do Consumidor	9. Meio Ambiente	10. Institucional	11. Estância Turística	12. Defesa C. Profissional	13. Outros	Total
Adilson Barroso	11	4	0	5	0	5	1	1	1	4	1	0	0	33
Bispo Gê	5	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	9
José Bittencourt	22	1	3	1	5	5	15	3	5	0	1	0	0	61
Marcelo Bueno	4	3	0	5	0	5	5	0	1	1	3	1	0	28
Maria Almeida	12	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	16
Milton Vieira	19	8	0	1	0	1	1	21	1	10	0	4	0	66
Roberto Alves	14	0	1	0	1	0	2	2	0	0	4	4	1	29
Souza Santos	29	4	1	0	0	0	1	4	0	11	0	1	0	51
Vaz de Lima	1	0	1	13	0	0	5	0	1	0	0	0	0	21
Wagner Salustiano	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	9
Waldir Agnello	24	4	0	6	1	3	4	3	0	11	0	0	1	57
Total	146	25	6	32	8	20	34	37	9	37	9	15	2	380
%	38,4	6,5	1,5	8,4	2,1	5,2	8,9	9,7	2,3	9,7	2,3	3,9	0,5	100

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

Também os projetos *morais* tiveram aumento, embora menor, cerca de 20%. As solicitações de títulos de *utilidade pública* sofreram grande aumento, na casa dos 110%, com 16 projetos no mandato de 1999-2002 saltando para 34 no período de 2003-2006²⁰⁷. Abaixo a tabela com os projetos *religiosos* e *morais*.

Tabela 7. Projetos de Lei/deputados evangélicos 2003-2006

P.L./ano	Texto	Categoria
0323/2005	Isenta as igrejas evangélicas, católicas e templos de qualquer culto, da cobrança de ICMS nas contas de água, luz, telefone e gás.	Religioso
0742/2004	Idem ao 323/2005	Religioso
0568/2003	Institui o "Dia do Cristão"	Religioso
0498/2003	Institui o "Dia do Evangelho"	Religioso
0214/2003	Institui o "Dia do Evangélico"	Religioso
0620/2004	Obriga que a frase "Deus seja louvado" seja impressa em todos os documentos do estado	Religioso
0692/2003	Obriga a inserção no calendário turístico a festa dos "Gideões Missionários da Última Hora" em Guaratinguetá	Religioso
0514/2003	Idem ao 692/2003	Religioso
0467/2003	Obriga a inserção no calendário turístico a festa dos "Atalaias de Cristo" em Cajati	Religioso
0254/2003	Institui o "Dia do Círculo de Oração"	Religioso
0910/2005	Institui o "Dia da Igreja do Evangelho Quadrangular"	Religioso
1168/2003	Obriga a inclusão de exemplares da Bíblia nas bibliotecas públicas	Religioso
1054/2003	Institui o "Dia do Diácono"	Religioso
0951/2003	Restringe exibição e comércio de produtos e materiais eróticos e pornográficos	Moral
0134/2006	Obriga os hotéis e similares a afixarem em seus recintos, placas de advertência de que submeter crianças ou adolescentes à prostituição ou à exploração sexual é crime.	Moral
0851/2005	Institui o "Dia da Igreja Cristã Pentecostal Independente Maravilhas de Jesus".	Religioso
0325/2005	Institui o "Dia da Igreja Cristã Pentecostal da Bíblia"	Religioso
6418/2004	Isenta os Ministros de qualquer confissão religiosa do pagamento da tarifa de pedágio nas rodovias Estaduais.	Religioso
0012/2004	Proíbe a colocação de símbolos religiosos ostensivos nas repartições públicas e autarquias no Estado.	Religioso
1167/2003	Altera a redação do artigo 6º da Lei 10.948, de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.	Moral
7709/2003	Proíbe o uso de bebidas alcoólicas como premiação a menores de idade em festas de quermesse, clubes sociais, instituições filantrópicas, casas de espetáculos, feiras, eventos ou qualquer manifestação pública	Religioso

²⁰⁷ Sempre lembrando que os dados foram coletados até meados de agosto de 2006, ou seja, faltando quatro meses para o final do mandato mas, lembrando também que, 2006 é ano de eleições e muitos dos parlamentares estão fazendo campanha para reeleição, campanha que começa no mês de agosto e termina em setembro.

Continuação da Tabela 7. Projetos de Lei/deputados evangélicos 2003-2006

P.L.	Texto	Categoria
0894/2003	Cria no Âmbito do Estado o programa de auxílio as pessoas que voluntariamente optarem pela mudança da homossexualidade ou de sua orientação sexual da homossexualidade para a heterossexualidade.	Moral
0888/2003	Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as conseqüências do uso de drogas, antes das sessões principais, nos cinemas do Estado.	Moral
0433/2003	Institui o "Dia da Assembléia de Deus".	Religioso
0106/2006	Isenta do pagamento de passagens no transporte coletivo, os ministros evangélicos ligados a uma confederação.	Religioso
0864/2005	Obriga a exibição de informe publicitário em todas as salas de cinema, antes das sessões, esclarecendo as conseqüências sofridas pelo organismo humano e pela sociedade devido ao uso de drogas ilícitas.	Moral
0148/2003	Dispõe sobre afixação, em estabelecimentos, que comercializam bebidas alcoólicas, de cartaz alertando sobre o malefício do consumo de bebidas alcoólicas.	Moral
0671/2003	Altera dispositivos da Lei n.º 10.066, de 1998, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva situadas no território do Estado.	Moral

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

No primeiro momento analisado, de 1999-2002, o grupo composto por seis deputados evangélicos, apresentou oito projetos de Lei de caráter moral e, dez, de caráter religioso. O que representava 4,96% e 6,21% do total de proposições submetidas à apreciação da Assembléia. Neste segundo mandato observado, os projetos religiosos chegaram, até o momento, a dezenove e os morais, oito. O percentual é inferior ao primeiro momento, 5,26% e 2,11%, respectivamente, com onze deputados compondo a bancada. No entanto, fica uma pergunta: o que tem mais visibilidade para o fiel eleitor, ou eleitor fiel, o número absoluto dos projetos e seus conteúdos ou o percentual que eles representam dentre todos os projetos? De acordo com os dados já apresentados anteriormente somados à análise da literatura sobre clientelismo, arrisco, sem maiores dúvidas, que a primeira alternativa é mais válida. Enfatizo alguns dos projetos desse período: ao tratar de religiosidade, os dois projetos que pedem a inclusão de datas festivas no calendário estadual, pretendem ser tão significativas quanto às festas da religião tradicional brasileira, como as de Santo Antônio, São João e São Pedro²⁰⁸. Posteriormente apresentarei a análise completa desses projetos e sua relação com o eleitor.

²⁰⁸ Festas que acontecem, geralmente, no mês de junho e que compõem as *festas juninas*, uma das mais tradicionais no Brasil.

Em relação aos projetos que solicitaram a concessão dos títulos de *utilidade pública*, vimos que durante o primeiro mandato analisado (1999-2002) a maioria das entidades era ligada a alguma igreja, reforçando a idéia de que os deputados estariam atuando de forma particularista, beneficiando aqueles que compartilham de seu credo e religião. Foram dezesseis no total representando 9,94% do total de proposições. Nesse mandato (2003-2006) os projetos dessa natureza apresentados até o momento da pesquisa totalizam trinta e quatro, o que representa 8,95%. Embora o percentual tenha diminuído, o número de entidades citadas em seus projetos para receber os benefícios fiscais mais que dobrou e, confirma a primeira análise: boa parte das entidades, 44%, é ligada as denominações evangélicas, nas mais diversas cidades do estado. A seguir uma amostra dos projetos²⁰⁹.

Tabela 8. Amostras dos Projetos de Lei – UP/deputados evangélicos 2003-2006

P.L./ano	Texto	Categoria
0424/2005	Declara de Utilidade Pública a "Fundação ATAPESP de Tecnologia Avançada de Estiagem" em Santos	Utilidade Pública
0071/2005	Declara de Utilidade Pública a "Associação Assistencial Cáritas" em Santos	Utilidade Pública
0416/2004	Declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente e Promocional Movimento Alpha de Ação Comunitária - MAAC" em Santos	Utilidade Pública
1288/2003	Declara de Utilidade Pública a "Associação Metodista de Ação Social - AMAS" em Santos	Utilidade Pública
1046/2003	Declara de Utilidade Pública o "Esquadrão da Vida" em Indaiatuba	Utilidade Pública
0196/2003	Declara de Utilidade Pública a "MANAEM - Obras Sociais e Educacionais" de Indaiatuba	Utilidade Pública
0218/2006	Declara de Utilidade Pública a "Fundação Educacional Cyro Pereira do Lago - FECYPEL" em Limeira	Utilidade Pública
0084/2005	Declara de Utilidade Pública a "Associação Vida Nova" em Araras	Utilidade Pública
0358/2003	Declara de Utilidade Pública o "Projeto Paz, Recuperando Jovens - PROPAZ" em Itapuí	Utilidade Pública

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

A tabela 9 demonstra o desempenho dos analisados no que tange à presença nas Comissões e às votações nominais. A média de presença nas reuniões das diversas Comissões entre os deputados evangélicos foi de 55%, menor que a média da Assembléia, 62%. A média da presença nas votações nominais também foi inferior a da Casa Legislativa, 58,60% e

²⁰⁹ A tabela com a lista de todas elas consta no Anexo 2, as linhas coloridas representam as entidades religiosas.

61,45%, respectivamente. A tabela apresenta os percentuais de presenças de forma individual²¹⁰.

Tabela 9. Presença nas Comissões e votações nominais/deputados evangélicos – 2003/2006

Nome do deputado	Comissões (%)	Votações Nominais (%)
Adilson Barroso	78,13	49,23
Bispo Gê	51,67	60,00
José Bittencourt	63,53	63,08
Marcelo Bueno	45,00	69,23
Maria Almeida	60,00	33,85
Milton Vieira	61,02	69,23
Roberto Alves	43,24	40,00
Souza Santos	44,12	67,69
Vaz de Lima	57,50	83,08
Wagner Salustiano	30,00	53,85
Waldir Agnello	73,86	55,38

Fonte: www.votoconsciente.org.br

4.4 – E os deputados não evangélicos, quem são e o que fazem?

Para sabermos se existe ou não diferenças na forma de atuação dos deputados evangélicos em relação aos demais que compõem a Assembléia Legislativa, foram escolhidos seis deputados sem filiação religiosa explícita para compor um outro universo de informações. Vimos que os deputados evangélicos, apesar de número não muito expressivo, se destacam pelos projetos de cunho moral e religioso que, em grande parte, é relevante a população evangélica e, os de concessão de títulos de utilidade pública para entidades geralmente evangélicas. Vejamos abaixo quem são estes deputados:

1. Antônio Salim Curiati

Nome pelo qual é conhecido: Salim Curiati

Primeiro mandato: Deputado estadual (1967-1970)

²¹⁰ Além das vinte e uma Comissões presentes no Anexo 3, existem mais quatro Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa de São Paulo que são: a de Assuntos Metropolitanos, de Assuntos Municipais, da Legislação Participativa e de Segurança Pública e que não tiveram participação entre os deputados evangélicos. Embora eles estejam distribuídos entre a maioria, o número de participações não é muito grande. Dois dos deputados, por exemplo, não participam de nenhuma. No entanto, os dados das Comissões não são tão relevantes quando os relacionamos ao papel da bancada junto ao seu eleitorado.

Partido: PPB – Partido Progressista Brasileiro

Número de votos: 73.318 (1999-2002)

Cargo atual: Deputado estadual

Partido atual: PP - Partido Progressista (Ex- PPB)

Número de votos: 54.333 (2003-2006)

Formação: Médico

Número de projetos de Lei apresentados: 87 (1999-2002)

2. Antônio Carlos de Campos Machado

Nome pelo qual é conhecido: Campos Machado

Primeiro mandato: Deputado estadual (1990-1994)

Partido: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Número de votos: 90.849 (1999-2002)

Cargo atual: Deputado estadual

Partido atual: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Número de votos: 145.647

Formação: Advogado Criminalista

Demais atividades: Líder de seu partido na Assembléia Legislativa Paulista

Número de projetos de Lei apresentados: 91 (1999-2002)

3. Jorge Caruso

Nome pelo qual é conhecido: Jorge Caruso

Primeiro mandato: Deputado estadual (1999-2002)

Partido: PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Número de votos: 51.250

Cargo atual: Deputado estadual

Partido atual: PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Número de votos: 80.502 (2003-2006)

Formação: Advogado

Demais atividades: Atua na OAB de Santo Amaro, onde, desde 1991, é instrutor do Escritório Experimental e transmite seu conhecimento a estudantes. É líder do PMDB desde 2001 no Legislativo Paulista

Número de projetos de Lei apresentados: 32 (1999-2002)

4. Vanderlei Macris

Nome pelo qual é conhecido: Vanderlei Macris

Primeiro mandato: Deputado estadual (1995-1998)

Partido: PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Número de votos: 70.917 (1999-2002)

Cargo atual: Deputado estadual

Partido atual: PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Número de votos: 104.223 (2003-2006)

Demais atividades: Foi presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo no biênio 1999/2001.

Número de projetos de Lei apresentados: 25 (1999-2002)

5. Rodrigo Garcia

Nome pelo qual é conhecido: Rodrigo Garcia

Primeiro mandato: Deputado estadual (1999-2002)

Partido: PFL – Partido da Frente Liberal

Número de votos: 73.320

Cargo atual: Deputado estadual

Partido atual: PFL – Partido da Frente Liberal

Número de votos: 137.738 (2003-2006)

Formação: Advogado

Demais atividades: É o Presidente da Assembléia e presidente do fórum de deputados estaduais do PFL

Número de projetos de Lei apresentados: 42 (1999-2002)

6. Ramiro Meves

Nome pelo qual é conhecido: Ramiro Meves

Primeiro mandato: Deputado estadual (1999-2002)

Partido: PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

Número de votos: 27.806 (eleito pela fórmula eleitoral das maiores sobras)

Cargo atual: Não foi reeleito

Partido atual: PL – Partido Liberal

Número de votos: 42.029 (2003-2006)

Número de projetos de Lei apresentados: 42 (1999-2002)

A tabela 10, abaixo, traz os projetos de lei destes seis deputados divididos entre as mesmas categorias aplicadas aos evangélicos. O número de projetos de lei apresentados por este grupo é significativamente superior ao grupo evangélico, 161 para 289. Os destaques também são para os das categorias *social* e *utilidade pública*, além daquele categorizado como *nomeações diversas*. Nesta última categoria cabe toda sorte de indicações de nomes para praças, ruas, prédios públicos, avenida, escolas, etc. e não é o tipo de projeto que guarda alguma relevância para esta pesquisa.

Tabela 10. Projetos de Lei por categorias/deputados não evangélicos 1999-2002

	Campos Machado	Salim Curiati	Ramiro Meves	Jorge Caruso	Rodrigo Garcia	Vanderlei Macris	Total	%
1-Social	17	34	1	7	9	1	69	23,88
2-Econômico	7	10	1	2	2	3	25	8,65
3-Segurança	3	3	1	3	5	0	15	5,19
4-Nomeações diversas	21	8	7	5	10	14	65	22,49
5-Moral	0	1	0	0	1	0	2	0,69
6-Religioso	1	0	0	1	0	1	3	1,04
7-Utilidade Pública	19	7	0	3	10	5	44	15,22
8-Defesa do consumidor	2	4	0	7	3	0	16	5,54
9-Meio ambiente	1	1	2	3	0	0	7	2,42
10-Institucional	1	0	0	0	0	0	1	0,35
11-Estância Turística	14	12	0	0	0	0	26	9,00
12-Defesa cat. profissional	4	4	0	1	2	1	12	4,15
13-Outros	1	3	0	0	0	0	4	1,38
Total	91	87	12	32	42	25	289	100

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Os dois mais importantes somam 39,10% do total, entre os categorizados como *sociais*, os deputados escolhidos para a comparação no mandato de 1999-2002 apresentaram projetos muito semelhantes aos dos evangélicos e, com aprovação inferior à destes últimos: 2,3% contra 15,9% arquivados até o final do mandato, em 2002²¹¹. A próxima tabela dá uma mostra do conteúdo dessas solicitações.

Tabela 11. Amostra de Projetos de Lei/ Deputados não evangélicos 1999-2002

P.L.	Texto	Categoria
0336/2002	Dispõe sobre a instituição do Programa de Formação de Docentes – PFD, destinado a oferecer cursos superiores visando complementar o desenvolvimento profissional, cultural e curricular de professores estatutários da rede de ensino público fundamental.	Social
0320/2000	Torna obrigatória a prescrição de medicamentos genéricos pelos médicos pertencentes ao SUS.	Social
0273/1999	Dispõe sobre a doação de sangue por parte do servidor público estadual.	Social
0619/2002	Revoga parcialmente o disposto no artigo 12 da Lei nº 10.200, de 6 e janeiro de 1999, recriando o Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções CEAS.	Social
0506/2000	Institui estágios de formação profissional para os alunos de cursos regulares de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, a serem ministrados pelo Poder Público, através da Secretaria de Estado de Saúde.	Social

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo.

As proposituras consideradas nas categorias *moral e religioso* totalizam 1,73%, no entanto, como foram analisados no grupo evangélico, tomemo-nos também:

²¹¹ A lista com todos os projetos categorizados como *sociais* consta do Anexo 4.

Tabela 12. Projetos de Lei/ Deputados não evangélicos 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0582/1999	Inclui no calendário turístico do estado a "Festa de São João Batista", em Guaíçara.	Religioso
0959/1999	Institui o Pólo Turístico das Cidades Religiosas.	Religioso
0525/1999	Dispõe sobre a obrigatoriedade da leitura da biografia do patrono das escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual.	Moral
0262/2001	Institui o "Dia do Músico Evangélico"	Religioso

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo.

Os dois primeiros projetos dizem respeito à religião católica²¹² mas não se apresentam como interesse do grupo. Foram apresentados individualmente e não encontram projetos semelhantes dentro deste do grupo. O último foi assinado junto com os deputados evangélicos. As duas categorias seguintes somam 24,31% do total, são aqueles projetos que solicitam títulos de *utilidade pública* e títulos de *estância turística*, estes últimos concedem ao município agraciado um repasse extra de 10% sobre sua arrecadação para benefícios na infra-estrutura turística. Embora o percentual de projetos que solicitam os títulos de *utilidade pública* seja maior que entre o grupo evangélico e, também estejam espalhados em várias cidades, os estabelecimentos aos quais se destinam, não são, necessariamente, religiosos. A tabela abaixo apresenta uma amostra desses projetos²¹³.

Tabela 13. Amostra "A" dos Projetos de lei U.P./ deputados não evangélicos 1999-2002

P.L.	Texto	Categoria
0508/2002	Declara de utilidade pública a "Juventude Cívica de Osasco -Juci" , em Osasco	Utilidade Pública
0711/2001	Declara de utilidade pública o "Grupo Socorrista de Castelã", na Capital	Utilidade Pública
0413/2000	Declara de utilidade pública o "Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho ", na Capital	Utilidade Pública
0605/1999	Declara de utilidade pública o "Centro Educacional e Profissional Vinícius", na Capital	Utilidade Pública

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

Em relação aos projetos de lei com o objetivo de agradecer os municípios com títulos de *estância turística* esses são, muito superiores aos solicitados pelo grupo

²¹² O pólo turístico compreenderia as cidades de Aparecida do Norte, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, São José dos Campos e outras no entorno destas.

²¹³ A lista com todos os projetos categorizados como *utilidade pública* consta do Anexo 5.

evangélico e, darão a tônica no conjunto de projetos apresentados pelos deputados não evangélicos, são eles:

Tabela 14. Projetos de lei E. T./ deputados não evangélicos 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0361/2002	Altera dispositivos da Lei 7.862, de 1992, que estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para a transferência e aplicação de recursos.	Estância Turística
0225/2002	Transforma em estância turística o município de Buri	Estância Turística
0275/2002	Transforma em estância turística o município de Tietê.	Estância Turística
0437/1999	Transforma em estância turística o município de Jaguariúna	Estância Turística
0392/2000	Transforma em estância turística o município de Rosana	Estância Turística
0272/1999	Transforma em estância turística o município de Paraibuna	Estância Turística
0234/1999	Transforma em estância turística o município de Salto Grande	Estância Turística
0233/1999	Transforma em estância turística o município de Brotas	Estância Turística
0222/1999	Transforma em estância turística o município de Guararema	Estância Turística
0221/1999	Transforma em estância turística o município de Tambaú	Estância Turística
0220/1999	Transforma em estância turística o município de Narandiba	Estância Turística
0219/1999	Transforma em estância turística o município de São Miguel Arcanjo	Estância Turística
0218/1999	Transforma em estância turística o município de Panorama	Estância Turística
0217/1999	Transforma em estância turística o município de Embu-Guaçu	Estância Turística
0216/1999	Transforma em estância turística o município de Avaré	Estância Turística
0100/1999	Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Saturnino de Sales Santos e Adjacências" , na Capital	Utilidade Pública
0632/2002	Transforma em estância turística o município de Cândido Mota	Estância Turística
0618/2002	Transforma em estância turística o município de Chavantes	Estância Turística
0616/2002	Transforma em estância turística o município de Taquarituba	Estância Turística
0615/2002	Transforma em estância turística o município de Anhembi	Estância Turística
0444/2002	Transforma em estância turística o município de Cerqueira César	Estância Turística
0443/2002	Transforma em estância turística o município de Timburi	Estância Turística
0688/2000	Transforma em estância turística o município de Jaú	Estância Turística
0341/1999	Transforma em estância turística o município de Piraj	Estância Turística
0336/1999	Transforma em estância turística o município de Fartura	Estância Turística
0335/1999	Transforma em estância turística o município de Itaí	Estância Turística
0334/1999	Transforma em estância turística o município de Paranapanema	Estância Turística
0305/1999	Transforma em estância turística o município de Avaré	Estância Turística

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

O próximo tópico abordará as diferenças em relação as duas últimas categorias de projetos de Lei analisadas correlacionando-as aos dois grupos de deputados.

4.5 – Os principais temas

Como anunciado anteriormente, neste item apresentarei os quatro tipos de projetos mais relevantes na abordagem do grupo religioso. Estão divididos em dois sub-itens conforme disposto adiante.

4.5.1 – Projetos de títulos Utilidade Pública e de Estância Turística

Como posto anteriormente, tanto na análise dos deputados evangélicos quanto do grupo comparativo, de não evangélicos, existem duas categorias de projetos de Lei que necessitam de maior atenção e correlação entre seus objetivos. São os projetos que solicitam concessão de títulos de utilidade pública para as entidades filantrópicas entre os evangélicos e, aqueles que solicitam títulos de estância turística entre os não evangélicos. Apenas para reforçar a informação, quando uma entidade filantrópica (sem fins lucrativos) recebe tal título, fica isenta de recolhimento de tributos estaduais, assim como isenção de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de seus empregados, podendo ainda, receber alguma verba do Estado. Veremos adiante que entre os deputados não evangélicos, também existe um número grande de projetos dessa natureza, o que os diferencia destes é o tipo de entidade, no entanto, são os denominados *estância turística* os projetos mais relevantes nesse segundo grupo. Os municípios agraciados com o título de Estância Turística recebem do estado verba extra de 10% sobre sua arrecadação total para efetuar melhorias na infraestrutura turística. Começemos com os pedidos de *utilidade* pública. Abaixo uma mostra dos projetos apresentados nas tabelas 5 (p.16) e 8 (p.22), são eles:

Tabela 15. Amostra de Projetos de Lei – UP/deputados evangélicos 1999-2002 e 2003-2006

P.L./ano	Texto	Categoria
0223/2001	Declara de utilidade pública a "Associação Remar do Brasil" em Guarulhos	Utilidade pública
0459/1999	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Cristã -ABC", na Capital	Utilidade pública
0621/2001	Declara de utilidade pública a "Missão Evangélica Luz do Mundo", na Capital	Utilidade Pública
0031/2001	Altera a Lei 2574, de 1980, que dispõe sobre as formas de declaração de utilidade pública.	Utilidade Pública
0424/2005	Declara de Utilidade Pública a "Fundação ATAPESP de Tecnologia Avançada de Estiagem" em Santos	Utilidade Pública
0071/2005	Declara de Utilidade Pública a "Associação Assistencial Cáritas" em Santos	Utilidade Pública
0416/2004	Declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente e Promocional Movimento Alpha de Ação Comunitária - MAAC" em Santos	Utilidade Pública

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

O que chama a atenção nestes projetos é que boa parte das entidades é de caráter religioso. Todas as entidades que estão sinalizadas na cor cinza são vinculadas a alguma igreja. Um deles, o 0031/2001 pretende alterar a Lei de 1980 sobre a concessão do título de utilidade pública que prescreve no mínimo três anos de funcionamento. O deputado autor deste projeto solicita que o prazo seja diminuído para dois anos com a seguinte justificativa:

Porém, nesses momentos de crise o espírito solidário de pessoas abnegadas surge tentando suprir as deficiências sociais do Estado, formando grupos de filantropia, associações e entidades que apenas objetivam auxiliar o próximo. Desta forma, em razão da oportunidade e do justo alcance desta Lei que minimizará os sacrifícios de auto-sobrevivência das entidades filantrópicas como ficou exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres pares, em favor da sua aprovação²¹⁴.

Este projeto dá a real importância do papel dessas entidades junto ao grupo. Já sabemos que o *boom* evangélico ocorreu durante a década de 80, sabemos também que os evangélicos estão presentes nas parcelas mais pobres da sociedade²¹⁵ e é possível que apareçam novas entidades de caráter filantrópico. Essas entidades são, em sua maioria, evangélicas, donde se pode inferir que são elas as maiores beneficiárias deste projeto de lei. No entanto, o mais interessante de se notar no argumento do autor é o distanciamento com o poder público, do qual faz parte ao ser escolhido como representante da população. Afirma que há deficiências sociais no Estado e que, estas entidades poderão supri-las, desde que possam ser beneficiadas com a isenção de impostos. Enquanto representante eleito pela população não seria ele o responsável pela cobrança na diminuição das deficiências do Estado para a garantia de melhora na vida dos cidadãos? Será diferente entre os políticos não evangélicos? Vejamos a próxima tabela.

²¹⁴ Projeto de autoria do deputado Gilberto Nascimento.

²¹⁵ Pesquisa realizada em 2003 pelo CEM – Centro de Estudos da Metrópole do CEBRAP demonstra que cerca de 40% da população total da Região Metropolitana de São Paulo é constituída por pessoas muito pobres, de baixa escolaridade, condições urbanas precárias e com alta taxa de crescimento populacional. E, ao cruzar esses dados com a filiação religiosa, os evangélicos são, em média, 17% dessa população. A relação número de evangélicos e melhoria nas condições de vida é proporcionalmente inversa. Quanto melhor as condições de vida, menor o número de evangélicos, como se percebe entre as classes altas, que tem cerca de 3% de evangélicos.

Tabela 16 Amostra “B” de Projetos de lei U.P./ deputados não evangélicos 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0670/2002	Declara de utilidade pública o “Centro de Convivência do Idoso São João Batista, em Pinhalzinho”.	Utilidade Pública
0669/2002	Declara de utilidade pública o "Clube da Terceira Idade de Pinhalzinho", naquele município.	Utilidade Pública
0536/2002	Declara de utilidade pública o clube "O Renascer" dos idosos de Mariápolis, naquele município.	Utilidade Pública
0553/2001	Declara de utilidade pública a "Casa do Menor Leda Furquim Atílio - CAMENOR", em Andradina.	Utilidade Pública
0489/1999	Declara de utilidade pública o "Lar Elin Tereza Reikdal", em Dois Córregos.	Utilidade Pública
0168/2002	Declara de utilidade pública a "Associação dos Clubes de Bocha da Zona Leste da Capital - ACBZLC-SP", em São Paulo.	Utilidade Pública
0888/2001	Declara de utilidade pública o "FOL-QUINI Futebol Clube", de São José do Rio Preto	Utilidade Pública

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

A tabela acima apresenta uma pequena amostra dos projetos dessa categoria já que, como aponta o Anexo 5, são quarenta e quatro pedidos no mandato de 1999-2002. O que é mais significativo de se apontar é que esses pedidos não se destinam especificamente a entidades de ajuda à população. Nessa amostra podemos perceber que o título é solicitado para clubes de futebol até clubes da terceira idade. Podemos inferir que o grupo não evangélico procura com esse tipo de propositura beneficiar os mais diversos grupos de pessoas distribuídos pelo estado.

Retomemos agora os pedidos de *estância turística*. Conforme demonstrado na tabela 14 (p.27) são muitos os municípios citados entre os não evangélicos para recebimento de tal título, vinte e seis no mandato analisado (1999-2002), contra apenas um dos evangélicos no mesmo período. De forma que, apenas pela quantidade, já podemos afirmar que entre o segundo não há qualquer interesse neste tipo de proposta, o que se repete, de certa forma no segundo mandato do grupo religioso, quando apresentaram nove projetos – o percentual em relação a todos está entre os mais baixos.

Porém, vamos pensar em como esses projetos podem repercutir no objetivo mais pragmático dos candidatos: a reeleição. Se a atuação, entendida aqui como os projetos de Lei submetidos à Casa Legislativa de São Paulo, são pensados como votos na eleição posterior, como os municípios, e seus eleitores, ao serem citados para receberem algum benefício

posterior como isenção de impostos para entidades filantrópicas ou repasse de verbas extras para melhorias na cidade, podem responder nas urnas?

A primeira parte da tabela 17, a seguir, refere-se aos votos obtidos pelos então candidatos à eleição de 1998 e, os votos obtidos na eleição posterior, de 2002, tendo como característica a apresentação de proposições com o objetivo de beneficiar as entidades filantrópicas com o título de utilidade pública estadual.

Tabela 17. Votos/Projetos Utilidade Pública 1998/2002

Deputado	Votos 1998	Votos 2002	Relação votos %
Daniel Marins	65426	35507	-45,72
Vaz de Lima	70889	132427	86,80
Milton Vieira	56099	70781	26,17
Jorge Caruso	51250	80502	57,07
Vanderlei Macris	70917	104223	46,96
Rodrigo Garcia	73320	137738	87,85
Varição dos votos nos municípios citados			
Daniel Marins	10907	15728	44,20
Vaz de Lima	28440	50514	77,61
Milton Vieira	348	0	0
Jorge Caruso	3	401	13366,66
Vanderlei Macris	9112	8998	-1,26
Rodrigo Garcia	38269	42419	10,84

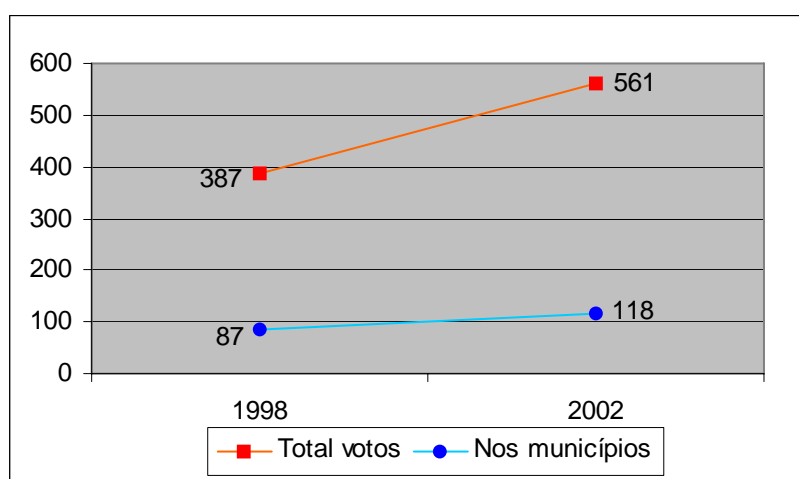
Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Podemos verificar que, com exceção do deputado Daniel Marins, que teve uma grande redução de seus votos – inclusive não sendo reeleito – os demais deputados tiveram substancial aumento na eleição seguinte, a de 2002. Alguns como Vaz de Lima, evangélico, e Rodrigo Garcia, não evangélico, chegaram a quase 90% no aumento de votos para a reeleição. No entanto, ao cruzarmos esses votos com aqueles obtidos nas cidades com entidades citadas para obtenção das isenções fiscais provenientes do título de *utilidade pública*, percebemos que, exceto o deputado Jorge Caruso, com um percentual muito alto de uma eleição para a outra, os demais deputados tiveram diminuição de seus votos nestes municípios. A partir dessa análise é possível supor que esse modo de atuar, principalmente, entre os evangélicos, não seja a mais eficaz em termos de conquista de votos. O que estou querendo questionar é que esse tipo de projeto não representa a troca característica do clientelismo, trocando-se benefícios por votos.

Ao perceber a votação desses deputados em conjunto, veremos que não há uma correspondência entre as duas situações. O gráfico 1 ilustra melhor como a variação dos votos nestes municípios não segue a mesma trajetória que a votação total dos deputados envolvidos com esses projetos.

Enquanto a variação total dos votos foi de 45%, um aumento bastante considerável, a variação nos municípios citados foi de 35%. Embora bastante, representa menos pontos percentuais, apenas confirmando a idéia de que este instrumento talvez não seja o mais eficaz na conquista de votos.

Gráfico 1. Relação votos e projetos Utilidade Pública (mil)



Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ao tratar dos deputados que apresentaram projetos com o intuito de conceder o título de *estância turística* aos municípios podemos ver abaixo que, exceto em um caso, o aumento no número de votos no município citado é muito expressivo. Ressalto que nessa análise não foi levado em conta se o projeto de lei foi aprovado ou não, muitos projetos não são levados à votação, são arquivados ou podem levar mais de um mandato para serem votados.

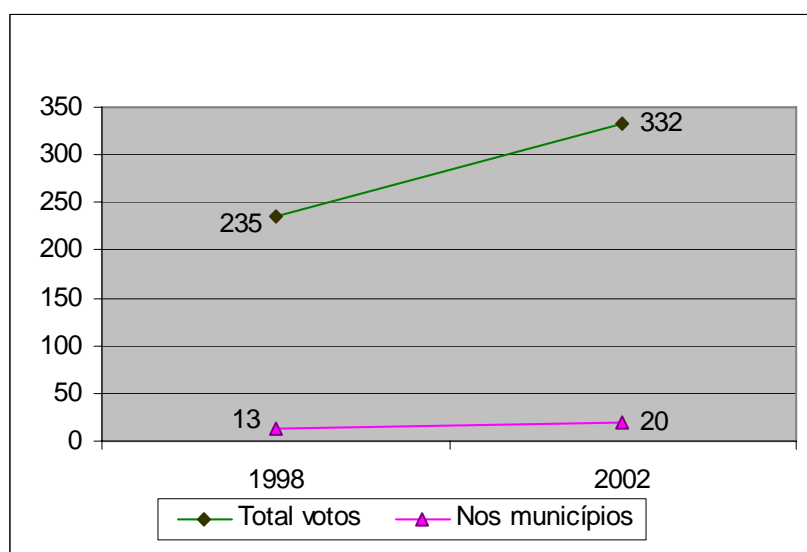
Tabela 18. Votos/Projetos Estância Turística

Deputado	Votos 1998	Votos 2002	Relação votos %
Campos Machado	90849	145647	60,31
Salim Curiati	73318	54333	-25,89
Vaz de Lima	70889	132427	86,80
Varição dos votos nos municípios citados			
Campos Machado	3730	9712	160,38
Salim Curiati	9938	8457	-14,91
Vaz de Lima	133	2330	1751,88

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Notemos que a relação total dos votos do deputado Campos Machado teve um aumento bastante semelhante aos deputados da tabela 19, no entanto, o aumento nos municípios a que demandou um projeto de lei com tal característica foi muito superior. O mesmo se pode observar em relação ao deputado Vaz de Lima. Mesmo Salim Curiati que teve redução de seus votos, nas cidades citadas por ele nos projetos, a redução foi menor. O gráfico 2 apresenta os resultados em conjunto.

Gráfico 2. Relação votos e projetos Estância Turística (mil)



Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Na relação total de votos o aumento foi de 41%, nos municípios citados para receberem o benefício foi de 53%. Um aumento de doze pontos percentuais, ao contrário das proposições que solicitavam títulos de *utilidade pública* que, aparentemente, não reverteram em votos. Os títulos de estância turística representam um tipo de projeto característico da prática clientelista porque, configuram a construção ou a formação de um reduto geográfico traduzido em base eleitoral. Aprovados, as leis reverteriam em benefícios aos devidos municípios, constituindo aí o cumprimento do papel de representante em relação aos interesses específicos de sua base. No entanto, dentre todos os projetos apresentados pelo grupo foram aprovados somente 11% deles até o final do mandato, quando já haviam sido arquivados mais de 85%, ou seja, boa parte deles não recebe aprovação da Assembléia, ficando apenas no papel e, provavelmente, nas campanhas à reeleição dos respectivos autores. O que estou querendo esclarecer é que, a menção do projeto em campanha, em visita ao reduto e, também, a explicação dos benefícios que por ventura o município receberá em caso de aprovação da solicitação já traz, em si mesmos, forte poder atrativo de votos. De forma

que, não há nesse caso o cumprimento do papel do representante em relação aos interesses específicos de sua base. As cidades não foram beneficiadas com o projeto, no entanto o eleitor dessas cidades depositou sua confiança nesses representantes. Na barganha eleitoral, os eleitores desses municípios nada receberam em troca de seus votos.

A idéia de reduto eleitoral já tão bem discutida nos capítulos anteriores é intrínseca a esse tipo de projeto. O pedido possivelmente é refletido nos votos do deputado na eleição seguinte, não alterando em nada a configuração do clientelismo tradicional ao contar com suas *bases* de apoio, *bases* de votos.

Já entre os evangélicos, a idéia de clientelismo nos moldes apresentados na revisão bibliográfica e em comparação com os instrumentos utilizados pelo grupo não evangélico, se perde em meio à sua atuação enquanto grupo. Entre os eleitores evangélicos não há troca por benefícios materiais especificamente, trata-se de uma fidelização do voto entre os eleitores e os deputados evangélicos, que vai além da idéia de fazer parte de uma *base*, de uma cidade ou área as quais o político beneficia. E é aqui que entram os projetos denominados *moral e religiosos*.

4.5.2 – Projetos Religiosos e Morais

Os projetos que denominei como *religiosos*²¹⁶ não são tornado públicos, podem nem fazer parte de campanha eleitoral, de modo que apenas os eleitores que são fiéis evangélicos sabem que tipo de projeto de Lei seu deputado está propondo na Assembléia. O que quero dizer é que a importância desse tipo de projeto, assim como os de caráter *moral* apresentado pela bancada evangélica, tem relevância junto ao eleitor evangélico, por que sabe que o seu representante, também evangélico e, portanto, que compartilha o mesmo universo simbólico, os mesmos valores e que comunga da mesma crença, está fazendo algo por ele. Não cabe aqui a idéia clientelista de beneficiar sua base, não há uma região específica que o elegeu. O que prevalece aqui é a fidelização do eleitor e, conseqüentemente, de seu voto, pelo viés religioso.

Em um estado tão complexo como o nosso, com noventa e três deputados, com uma quantidade grande de projetos de Lei apresentados todo mês, somente os evangélicos poderão saber que alguém apresentou projeto de lei para instituir o "Dia do Músico Evangélico", ou instituir o "Dia da Marcha para Jesus", evento maior da população evangélica, que congrega fiéis de todas as

idades do estado. Do mesmo modo, é o eleitor evangélico quem sabe que está em plenário a discussão sobre instituir as datas que lhe são importantes no calendário turístico de sua cidade, bem como informar aos turistas quais são os templos evangélicos. A fidelização do voto é feita nestes termos e, não com características do clientelismo tradicional que privilegiava benefícios materiais. Os termos da barganha eleitoral são de base simbólica, é reconhecimento enquanto religioso, é conquista do espaço religioso no estado.

A preponderância que a Igreja Católica sempre teve no estado de São Paulo, assim como no Brasil, devia-se ao imenso rebanho de fiéis. No entanto, já vimos que a população evangélica tem crescido numa ordem surpreendente. E, não há nada surpreendente na ação dos fiéis que querem reconhecimento enquanto grupo religioso que só tem crescido nas últimas décadas no Brasil. O interessante é que esses fiéis contam com uma bancada evangélica na Assembléia do estado que apresenta projetos que vêm ao encontro dessas necessidades, obtendo visibilidade para suas reivindicações e realização das mesmas²¹⁷.

Vimos o comportamento dos deputados evangélicos no mandato de 1999-2002 com a incidência de projetos de lei voltados para projetos ligados à prática religiosa, assim como os que beneficiam entidades filantrópicas também ligadas às denominações evangélicas. No mandato posterior, de 2003-2006, aconteceram algumas mudanças: dois dos seis deputados do mandato anterior foram eleitos para a esfera federal, um não se candidatou à reeleição e, um outro, não se reelegeu. No entanto, nove novos deputados evangélicos foram eleitos, compondo uma bancada com onze deputados, quase 12% dos representantes da Assembléia contra 6% do mandato anterior.

Existem catorze projetos (dentre os dois mandatos) que tem o claro intuito de demonstrar reconhecimento das variadas denominações evangélicas instituindo seu dia, assim como, instituir datas relacionadas às suas práticas, como o dia do Cristão, do Círculo de Oração ou do Evangelho. Na realidade, pensei em destacar os mais importantes, mas todos eles me parecem importantes, justamente, porque operam no nível do reconhecimento de sua religiosidade e do papel que ela desempenha junto a uma grande parcela da população que, inclusive, parece ter elegido estes deputados. A relação de representatividade mostra-se muito

²¹⁶ Projetos esses que não são considerados significativos nem mesmo pelos analistas em relação à atuação parlamentar, como no caso da ONG Voto Consciente em pesquisa recente. Para saber mais: www.votoconsciente.org.br.

²¹⁷ A *Marcha para Jesus* na cidade de São Paulo era realizada na região de Santana - Zona Norte, no ano de 2006 foi realizada na Av. Paulista, a vitrine da cidade, onde se realizam os maiores eventos, sejam eles políticos, comemorativos, etc. Todo ano nessa avenida realiza-se, também, a *Parada Gay* no mês de junho. O conflito é bastante expressivo, a ponto de este ano, a *Marcha para Jesus* ter sido transferida do mês de Maio (como era comum nos anos anteriores), para junho no feriado de Corpus Christi que ocorreu no dia 15 e a *Parada* no dia 17, dando margem à várias discussões sobre a grande visibilidade que a segunda tem em relação a primeira.

mais atuante que entre os deputados não evangélicos. Se a idéia presente de representatividade é particularista, os fiéis que escolheram os deputados evangélicos para os representarem estão tendo uma resposta positiva²¹⁸.

Outros projetos como os que solicitam a inscrição da frase *Deus seja louvado* nos documentos do estado de São Paulo e o que proíbe a ostentação de símbolos religiosos nas repartições públicas são, no mínimo, incoerentes. A separação entre Estado e religião já aconteceu há muito tempo, premissa, inclusive, de um Estado Republicano, no entanto, são mais incoerentes porque, ao mesmo tempo em que pretendem incluir a religião no formalismo do estado, pretendem tirar símbolos que reforçam essa religiosidade. Só não dizem claramente o seguinte: os símbolos ostentatórios nas repartições públicas, em geral, são católicos, além do mais, o pentecostalismo, derivado do protestantismo, condena a iconolatria. Se querem igualdade em relação aos católicos, como por exemplo, ao requererem que seus ministros religiosos tenham isenção de pagamento da passagem no transporte coletivo como os padres e as freiras, não toleram a visibilidade das imagens da Igreja Católica, já que não é possível substituí-las, pela ausência das mesmas no protestantismo.

Em relação aos projetos morais, dois chamam a atenção. O projeto 894/2003 coloca em pauta uma discussão que é inerente ao universo evangélico, especificamente. Por mais que a Igreja Católica seja contrária à homossexualidade e isso esteja explícito em suas encíclicas, acusando o amor homossexual de *amor fraco*²¹⁹, nas igrejas evangélicas a homossexualidade é concebida como uma orientação sexual passível de reversão, dessa forma, esse projeto institui que o Estado deva ser obrigado a auxiliar, médico e psicologicamente, os indivíduos que optarem pela mudança da homossexualidade para a heterossexualidade. Novamente temos uma incoerência, um Estado que penaliza o cidadão que discriminar outro pela sua orientação sexual, que teve projeto de Lei de autoria da ex-deputada e ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, pedindo a autorização da união civil de casais homossexuais²²⁰, não me parece ter coerência em conceder auxílio àqueles que desejam reverter sua condição,

²¹⁸ Em um primeiro momento esses projetos afetam diretamente a população evangélica. No entanto, se a tendência de crescimento da bancada persistir, provavelmente, encontrem barreiras na realização de suas iniciativas junto aos demais parlamentares, já que poderão se constituir como um dos grupos de maior poder dentro da Assembléia.

²¹⁹ O Caderno Mais! da Folha de S. Paulo do dia 02/07/2006 publicou um artigo do filósofo Gianni Vattimo contestando os argumentos católicos.

²²⁰ O projeto 1151/95 da então deputada Marta Suplicy teve grande impacto, sendo sempre discutido anteriormente ao envio para votação no plenário, coisa que não aconteceu. Em 31/5/01 o projeto foi retirado da pauta, *em face de acordo entre os senhores líderes*. Fonte: Câmara dos Deputados. Essa decisão também cabe aos estados, no Rio Grande do Sul a união civil para casais homossexuais já é permitida por Lei.

justamente, porque não compete ao Estado, ou porque, o Estado não compartilha da visão religiosa da questão homossexual.

Da mesma forma, temos tramitando na Assembléia de São Paulo, projetos que instituem o "Dia de Combate a Homofobia", o "Dia Estadual da Visibilidade Lésbica", o que autoriza a criação de políticas estaduais de ação afirmativa para gays, lésbicas e transgêneros, entre outros²²¹. Ou seja, os deputados evangélicos não são os únicos a discutir o tema, a diferença é que os demais deputados estão ao lado da liberdade e da tolerância, ao contrário dos primeiros quando o assunto é esse, reforçado pelo fato de ter sido novamente apresentado um projeto com a mesma característica que outro já analisado no mandato anterior, sobre a penalidade aplicada aqueles que discriminarem em razão da orientação sexual.

Em relação às duas categorias de projeto de Lei analisados, parece claro que os evangélicos estão, ainda, mais dispostos a obter reconhecimento por parte da sociedade. Como notei há pouco, o número de projetos aumentou e são mais pontuais. A direção tomada é de fortalecimento das denominações religiosas, ao criar datas comemorativas de suas igrejas, *atacam* com veemência os pontos que os desagradam, como a questão homossexual, além de solicitar os *privilégios* que outros sacerdotes já possuem. Não resta dúvida quanto ao poder de fogo que estes deputados possuem no momento da eleição. A reeleição parece ser um outro assunto, algo que tentaremos discutir no próximo tópico e que se relaciona a fidelização dos votos.

A fidelização dos deputados evangélicos não acontece pelos meios tradicionais, pelas práticas clientelistas já tão analisadas, que trocam o voto por benefícios de ordem material, sobre recursos escassos, na forma individual e/ou coletiva como a base eleitoral, esse grupo tem como cerne de sua atração eleitoral o fato de pertencerem a um mesmo universo simbólico, de partilharem dos mesmos ritos sagrados e, portanto, de parecerem muito próximos dos eleitores, geograficamente e moralmente. A troca, como já colocado anteriormente, é por benefícios simbólicos, é por conquista no espaço público, em se tratando de uma parcela da população que, até a alguns anos era mais reclusa e, se achava discriminada pela massa católica do estado, e do país. A atenção, a visibilidade e o *olhar por nós* dos deputados, levando ao reconhecimento da sociedade como um todo, tem como resposta a adesão dos fiéis que também são eleitores.

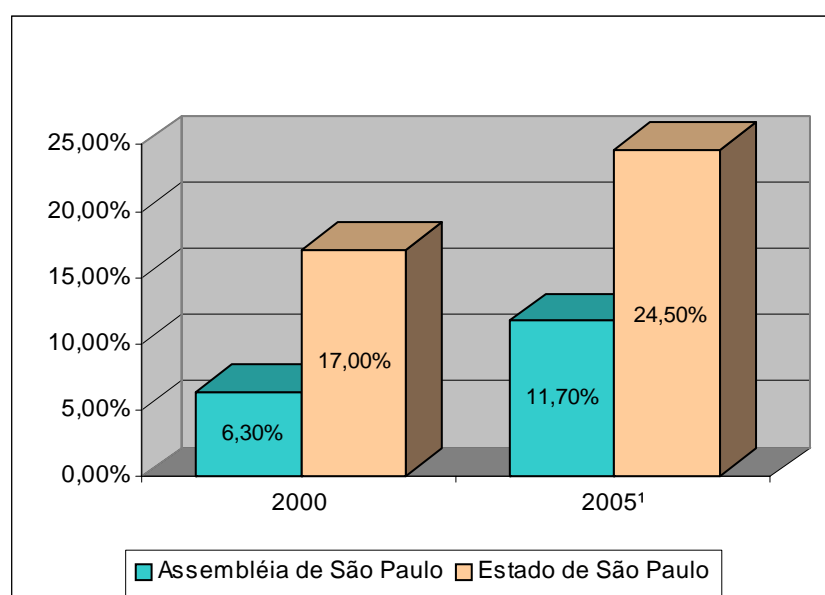
²²¹ "Dia do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual", ou o projeto que cria a "Frente Parlamentar Estadual pela Livre Expressão Sexual". Esses projetos não são de autoria de um único deputado, os dois primeiros citados no texto assim como o que cria o "Dia do Orgulho Gay..." são de Renato Simões, A frente parlamentar foi elaborada por Ítalo Cardoso e, o das políticas afirmativas, de Sebastião Arcanjo.

4.6 – A fé remove montanhas (e arrebanha votos)

Embora tenha analisado a atuação dos deputados evangélicos, percebi que alguns dos representantes do último mandato foram eleitos por partido pouco expressivos, como o PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional, o PTN - Partido Trabalhista Nacional e o PGT - Partido Geral dos Trabalhadores. A grande maioria foi eleita para o primeiro mandato, nove dentre os onze da atual bancada e, com votações semelhantes às de deputados já consagrados na política paulista. E a pergunta que fica é: como esses deputados pouco conhecidos pelo grande público, filiados a pequenos partidos conseguiram votações tão expressivas e foram eleitos? Tentarei responder com base em alguns dados, no entanto, deixo claro que não são conclusões a cerca do tema, uma resposta conclusiva demandaria, por exemplo, uma pesquisa de campo junto aos fiéis eleitores.

Se atribuirmos um ritmo proporcional ao já registrado de crescimento aos evangélicos, podemos estimar que esse grupo representa hoje cerca de 24,50% das pessoas no estado de São Paulo. O gráfico 3 faz um comparativo entre a representação evangélica na população e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Os dados referentes ao ano de 2000 da Assembléia referem-se ao mandato de 1999-2002 e, o de 2005, ao atual mandato, 2003-2006.

Gráfico 3. Percentual de evangélicos



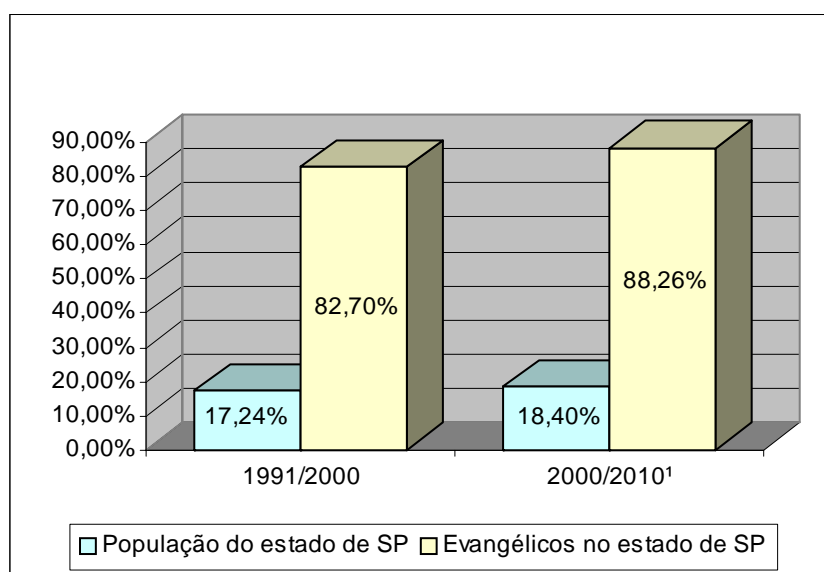
¹Dados estimados.

Fonte: IBGE e Fundação Seade.

A partir desses dados posso supor que, se a tendência se confirmar, o próximo mandato pode contar com um número maior de deputados evangélicos. Podemos notar que de

um mandato ao outro (entre as legislaturas elencadas acima) a bancada evangélica teve um aumento de 85%. No entanto, se a intenção das igrejas evangélicas for de representação proporcional, teremos um aumento substancial do grupo na Assembléia nas eleições de 2007, provavelmente *representando* a população de forma paritária. O gráfico 4 reforça essa hipótese ao demonstrar o crescimento populacional no estado de São Paulo.

Gráfico 4. Crescimento populacional



¹Dados estimados.

Fonte: IBGE e Fundação Seade.

Mas, como esses deputados conseguem angariar tantos votos? Isso pode ser sublinhado pela próxima tabela, que faz um comparativo do número de votos e de mandatos entre os deputados evangélicos e não evangélicos. Os deputados teoricamente deveriam estar representando a população como um todo, entretanto sabemos que não é isso o que acontece²²². Mas não é esse o ponto fundamental, os deputados evangélicos estão intimamente ligados às suas denominações religiosas e, seus fiéis tendem a elegê-los. O critério utilizado na escolha do voto, suponho, não está ligado às questões inerentes ao poder legislativo, está ligado muito mais a critérios subjetivos, religiosos e morais que não deveriam ser da alçada do Estado e de suas instituições, uma vez que estas se constituem como laicas. Voltemos ao primeiro ponto. Como é a votação dos deputados evangélicos?

²²² As bases eleitorais são um aspecto bastante relevante e oficial, já que consta na página da própria Assembléia quais são elas.

Tabela 19. Votos e mandatos 2003-2006

Deputados evangélicos – 2003-2006				Deputados não evangélicos – 2003-2006			
Nome do deputado	Partido	Número mandato	N.º votos	N.º votos	Número mandato	Partido	Nome do deputado
Adilson Barroso	PRONA	Primeiro	9928	54333	Sétimo	PP	Salim Curiati
José Bittencourt	PGT	Primeiro	35778	67027	Terceiro	PFL	Caldini Crespo
Marcelo Bueno	PDT	Primeiro	52508	80502	Segundo	PMDB	Jorge Caruso
Maria Almeida	PTN	Primeiro	66067	103851	Terceiro	PSDB	Duarte Nogueira
Milton Vieira	PFL	Segundo	70781	104223	Segundo	PSDB	Vanderlei Macris
Souza Santos	PL	Primeiro	72635	114039	Segundo	PFL	Adriano Eli Côrrea
Roberto de Jesus	PTB	Primeiro	73059	114597	Quinto	PTB	Edson Ferrarini
Wagner Salustiano	PPB	Primeiro	82793	120746	Quarto	PSDB	Ricardo Trípoli
Geraldo Tenuta	PSDB	Primeiro	96857	137738	Segundo	PFL	Rodrigo Garcia
Waldir Agnello	PSB	Primeiro	130069	145647	Terceiro	PTB	Campos Machado
Vaz de Lima	PSDB	Terceiro	132427	157602	Quinto	PFL	Afanásio Jazadji

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Na tabela acima pode-se perceber nomes bastante conhecidos do eleitor paulista: Salim Curiati, Edson Ferrarini, Campos Machado, Afanásio Jazadji entre outros. Todos eles atuam como deputados estaduais há no mínimo oito anos, e, no máximo, há vinte e oito anos, período este bastante longo em termos de atuação e de uma possível criação de clientelas. O que chama atenção dentro da bancada evangélica, é justamente o contrário, dado que estes são pouco conhecidos dentro do universo eleitoral dos paulistanos, estão, em sua maioria, no primeiro mandato e receberam votação semelhante ou superior a muito desses velhos conhecidos do eleitorado, chegando à casa dos 130 mil. Essas votações são comparáveis as de figuras que além de políticos já exerceram outras funções, como Afanásio Jazadji, locutor de rádio e apresentador de programa de televisão – *falando* diariamente com o eleitor – ou mesmo o filho do radialista Eli Corrêa que se apresenta com o mesmo nome do pai. Mas daí vem a pergunta que não quer calar: quem são os deputados evangélicos? Quem os conhecia antes da eleição? Certamente os evangélicos os conheciam, dada a magnitude que suas votações alcançaram. A adesão ao político evangélico acontece diariamente nos cultos, nas visitas aos eventos que as igrejas realizam, nas palestras, nas escolas dominicais, etc.

Além disso, não podemos esquecer do surgimento do movimento evangélico enquanto bancada, durante o período de abertura política, com José Sarney na Presidência da República. Em troca do voto nos cinco anos de mandato presidencial, muitas concessões de rádio e televisão foram aprovadas para muitos dos deputados evangélicos. Vemos hoje, na rede aberta, diversos canais transmitindo programas evangélicos. A Rede Record, uma das mais antigas emissoras de televisão brasileira foi adquirida pela Igreja Universal do Reino de

Deus em meados dos anos 90 e, apresenta várias horas de programa religioso. Outros canais abriram espaços para outras igrejas, como a Rede Bandeirantes, TV Gazeta, Rede TV, além dos canais em UHF: RIT, Rede Mulher, etc., de forma que todos os dias os neopentecostais entram na casa de qualquer pessoa disposta a ouvir suas palavras. É claro que a propaganda explícita não é permitida pela lei eleitoral, porém, o fiel saberá através do culto semanal o candidato que sua congregação apóia. E, na maioria das vezes, os candidatos são os pastores que assim se apresentam no culto televisivo: como pastores. Pensando em relação aos partidos, a última tabela, dá uma mostra da relação candidatos/deputados eleitos por partido no pleito de 2002.

Tabela 20. Relação candidatos eleitos/ partido - Eleição 2002.

Partido	Coligações	N.º de candidatos	N.º de eleitos	% de eleitos	N.º de evangélicos	% de evangélicos
PDT	-	96	4	4,1	1	25,0
PFL	PSDB – PSD	27	6	22,2	1	16,6
PGT	PHS – PST	59	1	1,7	1	100,0
PL	PPB – PSDC – PTN	48	2	4,1	1	50,0
PPB	PL – PSDC – PTN	67	7	8,9	1	14,2
PRONA	-	63	4	6,3	1	25,0
PSB	-	96	5	5,2	1	20,0
PSDB	PFL – PSD	88	18	19,3	2	11,1
PTB	-	86	5	5,8	1	20,0
PTN	PPB – PL – PSDC	12	1	8,3	1	100,0

Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo

Os números da tabela falam por si. Embora tenhamos na coluna de *nº de evangélicos*, uma baixa quantidade por partido, ele representa muito na comparação com o total de eleitos. Quase 21% dos deputados eleitos por esses dez partidos são evangélicos. Em três deles, os evangélicos representam 100 e 50% dos eleitos, nenhum desses partidos conseguiu eleger mais de 23% de seus candidatos. Além do mais, como já afirmado antes, muitos destes são partidos pequenos, aos quais são atribuídas pouca ou nenhuma chance de êxito, no entanto, dos quatro deputados eleitos entre os cento e dezenove candidatos do PL, PTN e PGT, três são evangélicos. Onde esses números vão chegar, só saberemos acompanhando os próximos pleitos.

Não há dúvida que a votação nos deputados evangélicos seja um dado relevante. A maioria está em seu primeiro mandato tendo obtido uma votação expressiva, como já discutido. Também não há dúvida de que os projetos por eles apresentados são muito

significativos junto aos fiéis de suas igrejas. Os eleitores estão oferecendo seu voto àquele que está ligado ao seu universo simbólico, que para além de *falar* com eles diariamente, também os ouve com a mesma frequência, suas angústias, problemas de ordem espiritual e material. Os mesmos eleitores estão recebendo em troca o reconhecimento como religioso, uma demarcação do campo religioso no estado, e no Brasil, que há décadas era predominantemente católico. Do lado oposto, os deputados estão oferecendo a possibilidade de reconhecimento do grupo, a visibilidade nos meios de comunicação, a força política para a realização de seus interesses e, recebem, nas urnas, a gratidão da comunidade evangélica através de seus votos. Se os votos recebidos são em virtude da filiação religiosa, estamos vendo com os políticos evangélicos, um retorno ao voto ideológico, agora não mais político e, sim, religioso.

Considerações finais

Ao longo dos capítulos pudemos perceber que as práticas clientelistas sempre estiveram presentes na tradição política brasileira. A troca, o dando que se recebe, o favor, os *agrados* são marcas características do *fazer política* em nosso país. Tais práticas remontam ao período colonial, como pudemos ver na análise do primeiro capítulo.

No entanto, o advento da República, assim como a redemocratização do Estado após anos de regime militar, deveriam ter tido o efeito de eliminar tais práticas em decorrência do significado que tais eventos possuem. Estamos falando de práticas que tem como objetivos privilegiar determinados grupos, lesar o patrimônio público em grande medida e oferecer ao eleitor, como benefício, algo que lhe é de direito por ser ele um cidadão²²³, mas que, não encontra reflexo direto na prática do grupo evangélico analisado.

A Proclamação da República, além de não eliminar tais traços fisiológicos, reforçou-os. É o caso do *coronelismo*. Foi somente na Primeira República (1889-1930) que o sistema político caracterizado pelo poder do coronel em manipular o voto de cabresto de seus empregados, agregados e munícipes, em benefício dos deputados aliados, tomou forma e força. A máxima republicana de cuidado com a coisa pública, o princípio de proteção do patrimônio público contra ataques privados virou, no Brasil, apenas um discurso, sem correspondência na prática cotidiana.

Não foi diferente nos períodos não democráticos, no governo Vargas ou no regime militar. Muitos foram os grupos que continuaram a receber privilégios do Estado em troca de favores, apoios, etc. A questão importante, analisada ao longo do trabalho, é que o clientelismo acontece, geralmente, com o uso dos recursos que são públicos. Privilegia-se determinado grupo, beneficia-se a população de um município ou de um bairro, apresentam-se emendas ao orçamento da União utilizando, ou mirando, os recursos públicos. A redemocratização operada no final dos anos 80, a modernidade, a idéia de representatividade e o consenso, foram substituídos, na prática, pela barganha político eleitoral pautada pelos recursos públicos, mais uma vez.

Quando os deputados evangélicos surgem em meio ao processo de elaboração da Constituição de 1988, demonstram, a princípio, moralidade e honestidade em suas ações ao proporem leis que visavam, justamente, moralizar a sociedade e a política brasileira. No entanto, durante os mesmos trabalhos os deputados, que pertenciam ao grupo logo

²²³ Embora no Brasil caibam dúvidas sobre este momento.

denominado bancada evangélica, apoiaram o mandato de cinco anos do Presidente Sarney, numa típica barganha política. O objeto da barganha foi a concessão de emissoras de rádios e canais de televisão a diversos parlamentares religiosos.

A mídia do período deu um grande enfoque às causas defendidas pelo grupo, dando toda a visibilidade que o bloco pretendia. O discurso desse bloco se distanciava das questões políticas de fato, centrando fogo nas questões morais. Porém, a prática era fisiológica, clientelista.

No momento posterior houve o que posso chamar de um surto de novas igrejas. Foram várias as denominações que se fortaleceram a partir dos anos 80, gerando, como consequência, um aumento surpreendente no número de fiéis. Como exemplo, foi demonstrado os dados do Censo de 2000, que registrou acréscimo de 67% no número de evangélicos.

A corrente pentecostal tem como elemento atrativo a emoção, a expressão de seus sentimentos e desejos, tais como, a melhora da vida aqui na Terra. A distância da vida mundana pregada pelos fiéis protestantes no passado dá lugar para a satisfação dos bens terrenos. Os cultos silenciosos nas igrejas pentecostais de outrora, são transformados em festas com música ao vivo, hinos entoados em alta voz e danças.

Não existe dúvida de que a grande maioria dos parlamentares atua em favor de grupos específicos, os evangélicos analisados estão fazendo o mesmo. E, ao apresentarem projetos em comum, projetos que estão na mesma direção de tomada de ação, se constituem como uma bancada. Os projetos de lei que caracterizam o grupo têm como característica a fácil aprovação por parte dos demais parlamentares, como a instituição de várias datas comemorativas. Embora solicitem a concessão dos títulos de entidades públicas às entidades filantrópicas ligadas às denominações religiosas das quais fazem parte, estas aprovações não são tão simples de receberem a sanção por parte dos colegas parlamentares. Do mesmo modo, os pedidos de concessão de títulos de estância turística, tão presentes no grupo não evangélico, não encontram consenso com facilidade.

Os projetos que foram classificados como *morais e religiosos* encontram ressonância em toda a *comunidade* evangélica. São propostas que vão ao encontro do reconhecimento, enquanto grupo religioso expressivo, tão esperado pelos fiéis dessas denominações e, que dão a medida da força do grupo político que representa o grupo espiritual que mais cresce no estado de São Paulo e no país.

Ainda em relação aos projetos, eles carregam uma certa incoerência como foi destacado no capítulo 4, principalmente, em relação aos projetos *morais*, quando discutem questões acerca da igualdade que o Estado prescreve a todos os cidadãos. O traço fisiológico fica muito latente ao proporem privilégios àqueles pertencentes às igrejas evangélicas, ou seus descendentes, contrariando também, a idéia de igualdade preconizada em outros momentos. Fica perceptível que o grupo atribui significados diferentes aos mesmos conceitos de acordo com sua necessidade, são dois pesos e duas medidas. No entanto, não se trata aqui de afirmar que o grupo é o vilão da Assembléia Estadual, pois, o grupo não evangélico analisado também apresenta projetos com traços fisiológicos, como é o caso daqueles que solicitam os títulos de estância turística. O objetivo final de ambos os grupos é o número de votos na eleição seguinte, algo que é diretamente alcançado.

Ao verificar a votação obtida em eleição pelo grupo religioso, é perceptível que ela é muito semelhante a dos candidatos/deputados não evangélicos. A diferença, no entanto, recai sobre a expressividade pessoal que cada um dos candidatos tem no estado de São Paulo. Vimos, entre os não evangélicos, que são vários os políticos antigos no estado, estando entre seu quinto e até oitavo mandato. Ao contrário, entre os evangélicos, os pleiteantes não são tão conhecidos do grande público, porém alcançaram votações até mesmo superiores às desses parlamentares com mais anos de casa, citados na tabela 19.

Para além do crescimento do número de pessoas que seguem a religião evangélica, distribuída entre as várias denominações, o número de deputados evangélicos também tem crescido significativamente. Na esfera estadual, analisada nesta pesquisa, houve um aumento de cerca de 83% do mandato de 1999-2002 para o de 2003-2006. De seis deputados, a bancada conta hoje com onze representantes e, o mais importante já demonstrado é que, entre esses onze, oito parlamentares foram eleitos pela primeira vez nas últimas eleições, as de 2002, com votações muito expressivas por partidos pequenos. Como explicar esse resultado?

A resposta pode residir no fato de que os eleitores atuais estão deixando o voto clientelista de lado para apostarem em um voto ideológico, mas, não mais ligado às questões presentes em outras décadas, como divisão esquerda e direita ou liberal e socialista. A ideologia do voto, nesta situação, é a religiosa. O universo simbólico da religião começa a tomar forma na política através de seus pastores-representantes políticos. Aqueles mesmos que adentram os lares dos evangélicos todos os dias através dos inúmeros canais de televisão da rede aberta e pelo rádio. O que não deixa de se assemelhar a um horário eleitoral. Diariamente os fiéis evangélicos que assistem aos programas religiosos têm contato com as

opiniões de seus pastores que, ou serão futuros candidatos ou apoiarão algumas candidaturas, de modo que, se as opiniões da esfera espiritual são aceitas e respeitadas, as da esfera material assim também o serão.

Porém, as características já frágeis do modelo republicano podem ficar sob novo risco: o da indistinção entre Estado laico e religioso. Se a distinção entre público e privado já é tão tênue e, em alguns casos, inexistente, e o patrimônio público é constantemente violado em defesa de seu uso privado por grupos que *nascem* a todo o momento – basta, para isso, ver o histórico de escândalos envolvendo a esfera política que, embora não seja grande novidade no Brasil, nos últimos anos realmente foram publicizados²²⁴ – como lidar com um grupo que, aos poucos, vem se fortalecendo em uma lógica que aborda as questões religiosas e conta com um eleitorado em franco crescimento?

E, nesse ponto reside ainda outra questão republicana: diferente do eleitor comum que muitas vezes sequer lembra para quem foi seu voto, o eleitor evangélico tem seu deputado participando do culto semanal em muitos dos casos. Ou seja, a proximidade do eleitor com seu representante está em uma outra dimensão, a escolha dos candidatos que participarão dos pleitos fica, em grande medida, a cargo da igreja e não do partido. No limite posso imaginar que podemos ter, extra-oficialmente, um mandato imperativo, onde o eleitor tem poder de participar das decisões tomadas pelo representante que ajudou a escolher. É claro que são suposições e que só poderão se confirmar ou não com pesquisas desenvolvidas nesse sentido. Nesse ano temos eleições para as Assembléias Estaduais, poderemos verificar se a tendência de crescimento permanece.

O que fica claro com essa análise é que os deputados evangélicos partilham de uma mesma lógica clientelista, entretanto apresentam novidade na forma de fidelização dos votos. Sua ação está voltada não para um grupo já estabelecido, como uma bancada que defende os interesses dos latifundiários, ou dos empresários, enfim, trata-se de representar o grupo que os elege e que, a despeito de outros, tem sua força de voto nas camadas mais pobres da sociedade e que cresce substancialmente a cada ano. A grande diferença do grupo reside no fato de que a filiação religiosa dá a tônica de sua atuação. Só poderemos ter clareza nos objetivos dos políticos evangélicos com mais pesquisas nesse sentido, o de acompanhar a atuação destes

²²⁴ Após a redemocratização já contamos com grandes escândalos de corrupção: o caso PC Farias, que envolvia o Presidente Fernando Collor, o caso das privatizações no governo FHC, a violação do painel eletrônico da Câmara dos Deputados pelo atual Senador Antonio Carlos Magalhães, o escândalo da Sudene e a Máfia das Sanguessugas que começou em 2001 e, só agora foi levada a público, o *mensalão* via *Valéioduto* no governo Lula.

enquanto pastores-políticos. Quando digo objetivos, não há alusão a algo *obsuro*, tento apenas levantar a dúvida quanto às conseqüências que essa nova força política pode trazer ao país e ao tão maculado espírito republicano.

Referências:

- ARAUJO, Cícero (2002). Entre o estado e a revolução. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. jun. 2002, vol.17, no.49 [citado 13 Maio 2006], p.39-54. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-6909
- AVELINO FILHO, George (1997). Clientelismo e política no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 38, março, pp. 225-240.
- BAQUERO, Marcello (2001). Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo Perspec.* [online]. out./dez. 2001, vol.15, no.4 [citado 27 Setembro 2005], p.98-104. WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400011&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-8839.
- BEZERRA, Marcos Otávio (1999). *Em nome das “bases”. Política, Favor e Dependência Pessoal*. NUAP. Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- BONFIM, Manuel (1931). *Brasil Nação*. São Paulo: Francisco Alves.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco – Dicionário de Política. Verbetes “Clientelismo” e “Grupos de Pressão”. Editora Universidade de Brasília.
- BOBBIO, Norberto (1996) O futuro da democracia. In: Oliveira, Marcos Torres. *Ciência Política para concursos*, Editora Vest-com, 2ª edição, Brasília.
- BORON, Atílio A. (2001). “Os novos Leviatãs e a pólis democrática” in: *A coruja de Minerva Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo* – CLACSO, Editora Vozes, Petrópolis, RJ.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2004). O surgimento do Estado republicano. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* nº.62, São Paulo.
- CAMPOS, Leonildo Silveira (2003). Evangélicos nas eleições de 2002: os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. *Cadernos Adenauer IV* (2003), nº1. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1993). *A construção da democracia*. Editora Siciliano, São Paulo.
- CARNEIRO, Leandro Piquet – Os políticos evangélicos na Câmara dos Deputados. *Revista Monitor Público*, nº 9, abr/mai/jun 1996, p. 31 a 40
- CARVALHO, José Murilo de – Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *DADOS*, vol. 40, nº 2, 1997, pp. 229-250.
- CEPÊDA, Vera Alves - O conceito de democracia na proposta de representação classista na Constituinte de 1934. *Paper* apresentado no Congresso da ANPOCS, 2005.
- CORADINI, Odaci Luiz – *Em nome de quem?* NUAP. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.
- COSTA, Valeriano Mendes F. e OLIVEIRA, Carlos Thadeu C. (1998). “A Fraqueza da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo”, in: Andrade, Regis de Castro (org.). *Processo de Governo no Município de São Paulo*, Edusp-FAPESP, São Paulo.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1999). “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” in: *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- DINIZ, Eli (1982). *Voto e máquina política – Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____(1998). Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado. *Lua Nova*, nº. 45 1998.
- FAORO, Raymundo (1958). *Os donos do Poder: formação do patrimônio político brasileiro*. Editora Globo, Rio de Janeiro.

_____ (1994). “A modernização nacional” in: *Existe um pensamento político brasileiro?* Editora Ática, São Paulo.

FARIAS, Francisco Pereira de (2005). Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. Nov. 2000, n°. 15 [citado 27 Setembro 2005], p.49-66. WWW: <http://www.Scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-4478.

FAUSTO Bóris (1978). “A revolução de 1930” in: Mota, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. Difel, São Paulo, 1978.

_____ *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense.

FRESTON, Paul (1994). *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Editora Encontro.

GOLDMAN, Marcio (1999). *Alguma antropologia*. NUAP. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

GRAHAM, Richard (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Editora UFRJ.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1997). *Raízes do Brasil*. Cia das Letras, São Paulo.

KINZO, Maria D'alva Gil (1990). “O quadro partidário e a constituinte” in: Lamounier, Bolívar (org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Editora Sumaré.

KUSCHNIR, Karina (2000). *O cotidiano da Política*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

KUSCHNIR, Karina e VELHO, Gilberto (1996). Mediação e Metamorfose. *MANÁ*, n°2, pp. 97-108.

LEAL, Vitor Nunes (1975). *Coronelismo, enxada e voto*. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 2ª edição.

MAFRA, Clara (2001). *Os evangélicos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

MARIANO, Ricardo (1996). Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos Estudos CEBRAP*, n°44, março.

MIGUEL, Luis Felipe (2002). A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *Revista DADOS*, vol. 45, n° 3, Rio de Janeiro.

MIRANDA, Júlia (1999). *Carisma, Sociedade e Política*. NUAP. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

NICOLAU, Jairo (2002). Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *Revista DADOS*, vol. 45, n° 2, p. 219-236, Rio de Janeiro.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (1998). “Os anos 30 e a nova forma do Estado” in: *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. Ed. Paz e Terra, São Paulo.

NUN, José (2000). *DEMOCRACIA: Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?* Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, AR.

NUNES, Edson (1999). “Tipos de capitalismo, instituições e ação social” in: *A gramática política brasileira. Clientelismo e insulamento burocrático*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

PAIVA, Denise, SOUZA, Marta Rovey e LOPES, Gustavo de Faria (2004). As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. *Opin. Publica.* [online]. out. 2004, vol.10, no.2 [citado 20 Novembro 2004], p.368-376. WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000200008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-6276.

PIERUCCI, Antonio Flávio e PRANDI, Reginaldo (1996). *A Realidade Social das Religiões no Brasil Religião, Sociedade e Política*. Hucitec, São Paulo.

RIBEIRO, Renato Janine (2001). *A República*. Publifolha (Folha explica), São Paulo.

RODRIGUES, Alberto Tosi (1994). O povo na rua: “Diretas Já” e impeachment de Collor. Relatório Final da pesquisa “Modelos Analíticos das Mobilizações e Conjunturas Críticas Comparadas: as ‘Diretas-Já’ e o ‘Fora Collor’”. No prelo.

ROMERO, Sílvio (1979). *Realidades e ilusões no Brasil*. Ed. Vozes, Sergipe.

RUDI, Luciana de Matos (2003). Clientelismo na Bancada Evangélica: um estudo de caso sobre a bancada evangélica na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo. Monografia, FESPSP, São Paulo.

SALLUM JR., Brasília (2000). O Brasil sob Cardoso neoliberalismo e desenvolvimentismo. Revista Tempo Social, fev.

SAMUELS, David (1997). Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Revista DADOS, vol. 4, n° 3, p. 493-535, Rio de Janeiro.

SCHMITT, Rogério; PIQUET-CARNEIRO, Leandro; KUSCHNIR, Karina (1999). Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais. Revista DADOS, vol. 42, n° 2, p. 277-301, Rio de Janeiro.

SCHUMPETER, Joseph A. (1942). “Socialismo e Democracia” in: *Capitalismo, socialismo e democracia*. Coleção Os Pensadores, Editora Abril, São Paulo.

SCHWARZ, Roberto (1977). “As idéias fora de lugar” in: *Ao vencedor as batatas*. Livraria Duas Cidades, São Paulo.

TORRES, Alberto (1978). *O problema nacional brasileiro*. Cia. Editora Nacional, São Paulo.

TOURAINE, Alain (1986). As possibilidades da democracia na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 1, vol. 1, jun.

VIANNA, Luiz Werneck (1996). “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira” in: *A revolução passiva – Iberismo e americanismo no Brasil*. Ed. Revan, Rio de Janeiro.

VIANNA, Oliveira (1949). *Instituições Políticas Brasileiras*. EDUSP, São Paulo.

WEBER, Max (1979). *A política como vocação* in: *Ensaio de Sociologia*. Zahar Editores, 4ª edição, Rio de Janeiro.

_____(2000). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 15ª edição, Editora Pioneira, São Paulo.

_____(1979). *As seitas protestantes e o espírito do capitalismo* in: *Ensaio de Sociologia*. Zahar Editores, 4ª edição, Rio de Janeiro.

WEFFORT, Francisco Corrêa (1978). *O populismo na política brasileira*. 4ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Anexos

Anexo 1. Projetos de Lei/ Deputados evangélicos - 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0646/2002	Obriga o órgão competente pelas aplicações de multas de trânsito, a divulgar, através do Diário Oficial do Estado, todos os valores arrecadados a esse título.	Defesa do Consumidor
0645/2002	Dispõe sobre a responsabilidade dos tabeliães e escrivães na lavratura de escrituras, transcrições e averbações.	Defesa do Consumidor
0604/2002	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de contadores de pulsos em cada ponto de consumo	Defesa do Consumidor
0396/2002	Proíbe a cobrança de serviços essenciais mensuráveis, supostamente realizados por consumidores, em período anterior a cinco anos.	Defesa do Consumidor
0338/2002	Dispõe sobre prazo para atendimento de consumidores	Defesa do Consumidor
0337/2002	Proíbe a inclusão de nome e CPF/MF - Cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda, de consumidor de serviço essencial caracterizado como público, que se achar inadimplente, na lista de devedores de qualquer empresa privada de proteção ao crédito.	Defesa do Consumidor
0176/2002	Assegura ao portador de deficiência visual, todos os benefícios concedidos aos deficientes físicos	Social
0171/2002	Dispões sobre obrigatoriedade de atendimento gratuito ao consumidor.	Defesa do Consumidor
0170/2002	Dispões sobre proibição de venda de alimentos com elevado teor de calorias, nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.	Social
0144/2002	Institui o "Programa Segurança e Lazer"	Social
0093/2002	Torna obrigatória a implantação de Ofício de Registro Civil nas dependências dos hospitais da rede pública.	Social
0092/2002	Autoriza o Poder Público a institui o "Programa de Identificação de Idosos".	Social
0463/2001	Torna obrigatória a revisão e manutenção periódica de aparelhos de condicionamento de ar pelas empresas que os fabricam e comercializam	Defesa do Consumidor
0457/2001	Proíbe a instalação, manutenção e uso de aparelhos desumidificadores de papel, confeccionados em madeira munidos de lâmpadas incandescentes.	Defesa do Consumidor
0456/2001	Proíbe a cobrança de taxa de cadastro de consumidores quando da aquisição de produtos e serviços.	Defesa do Consumidor
0455/2001	Torna obrigatório aos fornecedores de serviços, o oferecimento de senha e de assentos para seus usuários e clientes.	Defesa do Consumidor
0454/2001	Torna obrigatório aos fornecedores de serviços considerados essenciais a oferecerem, a seus usuários, postos de atendimento.	Defesa do Consumidor
0297/2001	Institui o Programa de Coleta de Lâmpadas Fluorescentes, seu armazenamento, transporte e destinação final.	Defesa do Consumidor
0218/2001	Altera a Lei nº 10762 de 2001, que proíbe o agenciamento de serviços funerários nas dependências dos estabelecimentos públicos de saúde e das unidades médico-legais.	Defesa do Consumidor
0217/2001	Torna obrigatória a utilização do produto polistireno expandido - ESP, conhecido como ISOPOR, na execução de urnas funerárias, proibindo a utilização de madeir e seus derivados.	Defesa do Consumidor
0047/2001	Institui o Programa de Estágios para Adolescentes.	Social
0589/2000	Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto sobre o débito de ICMS aos estabelecimentos comerciais que concederem financiamento de bens móveis a consumidores com mais de 65 anos.	Defesa do Consumidor

Continuação do Anexo 1. Projetos de Lei/ Deputados evangélicos - 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0588/2000	Proíbe o fornecimento de carne bovina previamente embalada, nos estabelecimentos que comercializam esse produto	Defesa do Consumidor
0132/2000	Torna obrigatório ao Estado prover aos detentos, arrimos de família, atividade laborativa remunerada.	Social
0110/2000	Proíbe o agenciamento de serviços funerais nas dependências dos estabelecimentos públicos de saúde e das unidades médico-legais.	Defesa do Consumidor
0109/2000	Torna Obrigatória a publicação, em jornal de grande circulação, dos veículos sinistrados que sofreram perda total.	Defesa do Consumidor
0100/2000	Cria o Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos	Social
0037/2000	Obriga as empresas de fornecimento de energia elétrica a divulgarem, no verso de suas contas, fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos.	Social
0035/2000	Obriga as empresas de telefonia a divulgarem, no verso de suas contas, fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos	Social
0038/2000	Obriga as empresas de fornecimento de água a divulgarem, no verso de suas contas, fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos	Social
0036/2000	Obriga as empresas fornecedoras de gás a divulgarem, no verso de suas contas, fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos	Social
1054/1999	Obriga os órgãos públicos a afixarem, em suas dependências, fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.	Social
0955/1999	Dispõe sobre obrigatoriedade de afixação, nos recintos de estética, de placas contendo advertências sobre o perigo do bronzeamento artificial.	Defesa do Consumidor
0870/1999	Proíbe a incidência de multas de mora em valor superior a 10% (dez por cento) sobre a taxa de condomínio	Defesa do Consumidor
0268/2000	Dispõe sobre o uso gratuito de instalações sanitárias em terminais rodoviários	Social
0051/2000	Dispõe sobre reabertura do prazo a que se refere o artigo 6º da Lei nº 9527, de 1997, que faculta aos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial e aos seus dependentes o direito de inscrição como contribuintes e beneficiários do IAMSPE.	Social
0394/2002	Obriga a inserção, nas carteiras de associados a convênios médicos, da informação do tipo sanguíneo e da condição, ou não, de doador de órgãos	Social
0679/2001	Altera a Lei nº 10848, de 2001, que dispõe sobre o registro e funcionamento de estabelecimentos de ensino e prática de modalidades esportivas.	Social
0526/2000	Inclui aulas sobre regras de trânsito no currículo de 2º grau das escolas da rede oficial de ensino.	Social
0076/2002	Veda a inscrição de usuários de serviços públicos em cadastros de devedores	Defesa do Consumidor
0017/2002	Obriga as operadoras de Telefonia Celular a manterem cadastro de todos os usuários de aparelhos do sistema pré-pago.	Defesa do Consumidor
0566/2000	Dispõe sobre a instituição da disciplina de "Primeiros Socorros" no curriculum das escolas da rede pública estadual de 1º e 2º graus.	Social
0397/2000	Obriga as empresas concessionárias de exploração de rodovias privatizadas a possuírem seguro contra roubo de cargas	Defesa do Consumidor
0021/2000	Torna obrigatória a comunicação ao Instituto Médico Legal Central - IML do encontro de cadáveres não identificados ou considerados indigentes em todos os IMLs e Serviço de Verificação de óbito - SVO	Social
0020/2000	Torna obrigatória emissão de nota fiscal de entrada de mercadorias nas operações de compras efetivadas por desmontes (Ferro-Velhos e Sucatas)	Defesa do Consumidor

Continuação do Anexo 1. Projetos de Lei/ Deputados evangélicos - 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0407/1999	Institui o parcelamento de multas de veículos	Defesa do Consumidor
0406/1999	Dispõe sobre a criação de campanha de Incentivo à Doação de Sangue nas Secretarias de Estado, Fundações e Autarquias	Social
0293/2002	Isenta os aposentados e pensionistas do pagamento de tarifa de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros	Social
0218/2002	Obriga os estabelecimentos que prestem atendimento diretamente ao público, a disponibilizarem assentos nas filas especiais para idosos, gestantes e deficientes físicos	Social
0196/2002	Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar a Papelaria do Povo para fornecer material escolar, livros didáticos e jogos educativos, a preço de custo, para a população de baixa renda.	Social
0592/2001	Cria o Programa de Incentivo à Doação de Medula Óssea - PIDMO, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	Social
0488/2001	Institui o Programa "Criança na Escola";	Social
0174/2001	Cria a Unidade Móvel Itinerante de Atendimento Veterinário e institui o Programa de Atendimento Veterinário.	Social
0408/1999	Dispõe sobre a criação do Disque-Denúncia e a obrigatoriedade da fixação do número telefônico nos veículos de transporte coletivo.	Defesa do Consumidor
0162/2001	Torna obrigatória a inclusão do idioma inglês no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio	Social
0062/2001	Torna obrigatória a inclusão de noções básicas sobre o Código de Defesa do Consumidor no currículo escolar do ensino fundamental e médio	Social
0632/2000	Dispõe sobre instalação e uso de aparelho eliminador de ar para líquidos, em tubulação que antecede o hidrômetro do imóvel do consumidor	Defesa do Consumidor
0628/2000	Dispõe sobre a realização de cirurgia de Gastroplastia Vertical com anel de Contenção e Gastroenteroanastomose em Y de Rioux com Enteroenteroanastomose ou técnicas similares aprovadas pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e tratamento pós cirúrgico, aos portadores de obesidade mórbida.	Social
0536/2000	Torna obrigatória a instalação de telefones públicos em locais próximos a igrejas, associações e casas de internação, recuperação e de atendimento a pessoas carentes	Social
0534/2000	Institui a meia entrada aos doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, esporte e lazer.	Social
0533/2000	Isenta os automóveis de propriedade de deficientes físicos de pagamento de pedágio nas rodovias estaduais.	Social
0353/2000	Obriga as empresas fornecedoras de equipamentos de telefonia celular a informarem seus usuários sobre o perigo causado pelas baterias dos mesmos, à saúde e ao meio ambiente.	Defesa do Consumidor
0240/2000	Obriga os hospitais a manterem Equipes de Apoio a portadores de deficiência física, visual, mental e auditiva e a Idosos	Social
0052/2000	Dispõe sobre a criação de unidade imovel ginecológica para meninas de rua.	Social
0024/2000	Institui o "Programa Sorriso Infantil".	Social
1051/1999	Torna obrigatória a instalação de traves de ferro removíveis fixadas ao solo, destinados à prática de futebol ou handebol, em quadras esportivas.	Social
1050/1999	Cria a Casa da Mãe Solteira, nas regiões que especifica.	Social
1048/1999	Proíbe o depósito prévio para internação em hospitais públicos e privados	Social
1038/1999	Institui o Programa de Atendimento à Saúde Bucal do Idoso	Social

Continuação do Anexo 1. Projetos de Lei/ Deputados evangélicos - 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0885/1999	Cria o Programa de Atendimento Volante para a Recuperação de Menores de Rua Drogados	Social
0814/1999	Institui o "Programa de Atendimento Itinerante ao Consumidor"	Defesa do Consumidor
0762/1999	Institui o Programa de Controle de Qualidade dos Combustíveis	Defesa do Consumidor
0585/1999	Dispõe sobre a criação dos Postos de Atendimento ao Consumidor - PAC, no interior do Estado	Defesa do Consumidor
0981/1999	Torna obrigatório a disponibilização, por parte dos "shoppings centers" e similares, de cadeiras de rodas destinadas a deficientes físicos e idosos	Social
0423/1999	Cria o Programa Adote uma Creche	Social
0415/1999	Cria o Programa de Atendimento Geriátrico nos hospitais da rede pública	Social
0414/1999	Torna obrigatória a demonstração de preços e nomes dos produtos em Braille, nas gôndolas dos supermercados e hipermercados.	Defesa do Consumidor
0374/1999	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Garantia de Bolsa-Escola- PGBE.	Social

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Anexo 2. Projetos de Lei U. P./ deputados evangélicos 2003-2006

P.L./ano	Texto	Categoria
0424/2005	Declara de Utilidade Pública a "Fundação ATAPESP de Tecnologia Avançada de Estiagem" em Santos	Utilidade Pública
0071/2005	Declara de Utilidade Pública a "Associação Assistencial Cáritas" em Santos	Utilidade Pública
0416/2004	Declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente e Promocional Movimento Alpha de Ação Comunitária - MAAC" em Santos	Utilidade Pública
1288/2003	Declara de Utilidade Pública a "Associação Metodista de Ação Social - AMAS" em Santos	Utilidade Pública
1046/2003	Declara de Utilidade Pública o "Esquadrão da Vida" em Indaiatuba	Utilidade Pública
0196/2003	Declara de Utilidade Pública a "MANAEM - Obras Sociais e Educacionais" de Indaiatuba	Utilidade Pública
0218/2006	Declara de Utilidade Pública a "Fundação Educacional Cyro Pereira do Lago - FECYPEL" em Limeira	Utilidade Pública
0084/2005	Declara de Utilidade Pública a "Associação Vida Nova" em Araras	Utilidade Pública
0138/2004	Declara de Utilidade Pública a "Associação Abrigo a Idosos Reverendo Guilherme Rodrigues Pereira" em Assis	Utilidade Pública
0358/2003	Declara de Utilidade Pública o "Projeto Paz, Recuperando Jovens - PROPAZ" em Itapuí	Utilidade Pública
0236/2006	Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morro Agudo" naquele município	Utilidade Pública
0157/2006	Declara de Utilidade Pública a "Associação de Assistência ao Deficiente Visual do Alto Tietê - AADVAT" em Mogi das Cruzes	Utilidade Pública
0136/2006	Declara de Utilidade Pública a "Sociedade Beneficente e Promocional Evangélica Paulistana - SOBPEP" na Capital	Utilidade Pública
0017/2006	Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Educativa e Cultural o Caminho da Vida - Sovida", em Mogi das Cruzes.	Utilidade Pública
0016/2006	Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária do Bairro Jardim América", em Lucélia.	Utilidade Pública
7979/2005	Declara de utilidade pública a "OSADI - Obra Social das Assembléias de Deus de Itu", naquele Município.	Utilidade Pública
0382/2005	Declara de utilidade pública a "Assistência Social O Bom Samaritano", em Americana.	Utilidade Pública
0692/2005	Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Cristã Brasileira", em Ourinhos.	Utilidade Pública
0691/2004	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Assembléia de Deus em Taboão - SOBADE", em São Bernardo do Campo.	Utilidade Pública
0690/2004	Declara de utilidade pública a "Associação Assistencial do Bom Samaritano", em Osasco.	Utilidade Pública
0014/2004	Declara de utilidade pública a Associação de Convivência do Idoso "Por do Sol" de Panorama, naquele Município.	Utilidade Pública
0013/2004	Declara de utilidade pública o "Centro de Recuperação e Integração Social - CRISEC", em Panorama.	Utilidade Pública

Continuação do Anexo 2. Projetos de Lei U. P./ deputados evangélicos 2003-2006

P.L./ano	Texto	Categoria
0570/2003	Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Evangélica Filantrópica Ebenezer - ACEFE", em Areias.	Utilidade Pública
0459/2003	Declara de utilidade pública o "Centro de Assistência aos Moradores de Rua - CAMOR", na Capital.	Utilidade Pública
0742/2005	Declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Jd. Amazonas", em Itaquaquecetuba.	Utilidade Pública
0357/2004	Declara de utilidade pública a "Vila Vicentina de Caraguatatuba", naquele município	Utilidade Pública
0689/2004	Declara de utilidade pública a "Associação Kobukan de Esportes", em Mirassol	Utilidade Pública
0654/2004	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente 23 de Agosto", na Capital	Utilidade Pública
0526/2004	Declara de utilidade pública a "Creche Nossa Casinha - CNC", em Barretos.	Utilidade Pública
0424/2004	Declara de utilidade pública a "Associação Protetora do Menor Poloniense - APROMEPE", em Poloni	Utilidade Pública
0263/2004	Declara de utilidade pública a "Associação de Apoio às Pessoas Vivendo com HIV/AIDS" - EAPA, de São Carlos	Utilidade Pública
1227/2003	Declara utilidade pública o "Grupo de Apoio aos Carentes Portadores de Câncer de Ibitinga - GACCI", em Ibitinga.	Utilidade Pública
0277/2003	Declara de utilidade pública a "Fundação EPROCAD - Fundação Esportiva Pró Criança e Adolescente", em Santana de Parnaíba.	Utilidade Pública
0745/2003	Declara de utilidade pública o "Centro de Recuperação de Vidas - CERVI", de Cravinhos.	Utilidade Pública

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Anexo 3. Participação nas Comissões/deputados evangélicos 2003-2006.											
	Adilson Barroso	Bispo Gê	José Bitten	Marcelo Bueno	Maria Almeida	Milton Vieira	Roberto Alves	Souza Santos	Vaz de Lima	Vagner Salust.	Waldir Agnell
1. Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Efetivo	-
2. Agricultura e Pecuária	Efetivo	-	-	-	-	-	Efetivo	-	-	-	Suplen
3. Assuntos Internacionais	-	-	-	-	-	-	-	Efetivo	-	-	-
4. Assuntos da Metrópole	-	-	-	Efetivo	-	-	-	-	-	-	-
5. Constituição e Justiça	-	-	-	-	-	Efetiv	-	-	-	-	-
6. Cultura, Ciência e Tecnologia	-	-	-	Suplent	-	-	-	Efetivo	-	-	-
7. Defesa do Meio Ambiente	-	-	-	Efetivo	-	-	-	-	-	-	Suplen
8. Defesa dos Direitos do	-	Suplent	-	Suplent	-	Efetiv	-	-	-	Efetivo	-
9. Direitos Humanos	-	Suplent	-	-	-	Efetiv	-	-	-	-	Suplen
10. Economia e Planejamento	-	Suplent	-	-	-	-	-	-	Efetivo	-	-
11. Educação	-	-	-	-	-	-	Efetivo	-	-	-	-
12. Esporte e Turismo	-	-	-	-	-	-	-	Suplem	-	Suplent	-
13. Ética e Decoro Parlamentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Efetivo
14. Finanças e Orçamento	-	-	-	-	-	-	-	-	Efetivo	-	Efetivo
15. Fiscalização e Controle	-	-	-	-	-	Efetiv	-	-	Suplent	-	-
16. Promoção Social	-	-	-	-	-	Efetiv	-	-	-	-	-
17. Redação	-	-	-	-	-	-	-	Suplent	-	Suplent	-
18. Relações de Trabalho	-	-	-	-	-	-	Suplent	Efetivo	-	-	-
19. Saúde e Higiene	-	-	-	-	-	Efetiv	Suplent	Efetivo	-	Suplent	Efetivo
20. Serviços e Obras Públicas	-	-	-	-	-	-	Efetivo	-	Efetivo	-	-
21. Transporte e Comunicações	-	-	-	Suplent	-	-	-	Efetivo	-	-	-

Anexo 4. Projetos de Lei/ Deputados não evangélicos - 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0336/2002	Dispõe sobre a instituição do Programa de Formação de Docentes – PFD, destinado a oferecer cursos superiores visando complementar o desenvolvimento profissional, cultural e curricular de professores estatutários da rede de ensino público fundamental.	Social
0024/2002	Autoriza o Poder Executivo a criar, na rede pública de hospitais do Estado, programa de atendimento a casos de aborto em função de estupros, por ordem judicial ou, quando há risco à vida da mulher, por recomendação médica.	Social
0860/2001	Torna Obrigatória a instalação de ambulatórios médicos em terminais de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.	Social
0824/2001	Institui o “Fundo de Desenvolvimento da Região Sul do Estado de São Paulo - FUNDESUL”.	Social
0668/2001	Altera o artigo 2º da lei nº 8819, de 1994, com o objetivo de instituir apoio Estadual ao evento do carnaval, bem como o incentivo à criação e manutenção da fanfarras.	Social
0896/1999	Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios e parcerias com empresas privadas e instituições de direito público e privado para implantar Programa de Recuperação com ocupação profissional e educacional de menores infratores.	Social
0482/1999	Dispõe sobre a criação de programas culturais e desportivos no âmbito das escolas estaduais de 1º Grau, durante o período de férias.	Social
0580/2002	Autoriza o Poder Executivo a instituir a “Fundação Reciclar”.	Social
0325/2002	Obriga a inclusão do café na merenda escolar de todos os estabelecimentos de ensino a rede pública do Estado.	Social
0140/2002	Obriga a sinalização em Braille nos elevadores de edifícios do Estado.	Social
0590/2001	Estabelece períodos para a realização de concursos ou processos seletivos para provimento de cargos públicos e de exames vestibulares no âmbito do Estado.	Social
0320/2000	Torna obrigatória a prescrição de medicamentos genéricos pelos médicos pertencentes ao SUS.	Social
0311/2000	Altera área de zona de uso predominantemente industrial – ZUPI no município de Cajamar	Social
0189/2000	Dispõe sobre o uso e regulamentação de veículos de transporte funerário.	Social
0167/2000	Dispõe sobre a legitimação de posse de terras devolutas.	Social
0973/1999	Dispõe sobre a venda, comercialização e disposição ao público para lazer, de jogos eletrônicos que especifica.	Social
0908/1999	Dispõe sobre a Loteria da Habitação.	Social
0357/1999	Altera a Lei nº 1817, de 1978, que dispõe sobre Zoneamento Industrial.	Social
0290/1999	Disciplina o transporte coletivo de torcedores em dias de jogo de futebol.	Social
0276/1999	Dispõe sobre curso livre, sobre programas de prevenção de uso de drogas e álcool, aos professores da rede oficial de ensino do Estado.	Social
0275/1999	Inclui a disciplina “Os males do fumo” no currículo de 1º grau dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.	Social
0274/1999	Institui, em caráter permanente, nos estabelecimentos Prisionais do Estado, o “Programa de prevenção à AIDS”.	Social
0273/1999	Dispõe sobre a doação de sangue por parte do servidor público estadual.	Social
0033/1999	Altera a Lei nº 1817, de 1978, que dispõe sobre o Zoneamento Industrial.	Social
0126/2002	Institui, no Estado de São Paulo, campanha informativa permanente sobre o tratamento das doenças reumáticas.	Social
0125/2002	Inclui, no mínimo, cinco medicamentos específicos para tratamento das doenças reumáticas, no rol daqueles distribuídos gratuitamente pelo Estado.	Social

Continuação do Anexo 4. Projetos de Lei/ Deputados não evangélicos - 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0646/2000	Autoriza o Poder Executivo a elaborar e realizar programas de atividades esportivas destinadas aos deficientes físicos.	Social
0645/2000	Torna obrigatória a instalação de espaços de lazer, destinados a atividade para a terceira idade, nos programas habitacionais realizados pelo Executivo Estadual.	Social
0321/1999	Autoriza o Poder Executivo a promover campanha alertando sobre a obrigatoriedade dos hospitais de fornecer ao paciente cópia integral do prontuário médico com laudos médicos e psicológicos.	Social
0299/1999	Autoriza o Poder Executivo a fornecer a paciente ambulatorial-hospitalar, atendido em seus próprios, cópia integral do prontuário com os respectivos laudos médicos e psicológicos.	Social
0286/1999	Torna obrigatória a realização de exame de sangue pelos alunos da rede estadual, no início do ano letivo, objetivando detectar portadores de diabete.	Social
0258/1999	Autoriza o Poder Executivo a promover campanha objetivando alertar a população escolar do Estado, sobre os perigos das canetas equipadas com raio laser.	Social
0619/2002	Revoga parcialmente o disposto no artigo 12 da Lei nº 10.200, de 6 e janeiro de 1999, recriando o Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções CEAS.	Social
0379/2002	Institui o “Programa Ótica Sobre Rodas”.	Social
0280/2002	Dispõe sobre a colocação de proteção de plástico ou similar na parte superior das latas de cervejas, refrigerantes ou outras bebidas.	Social
0152/2002	Destina o complexo da Casa da Detenção de São Paulo, para a instalação de centro comunitário, centro de lazer, centro esportivo, unidades policiais de saúde, bem como órgãos prestadores de serviços públicos.	Social
0131/2002	Institui o “Programa de Aprendizado Profissionalizante para Detentos e Presidiários do Sistema Penitenciário do Estado”.	Social
0064/2002	Institui o Programa de Bolsas de Estudos para Alunos Carentes.	Social
0008/2002	Institui o “Programa d Apoio às pessoas e Famílias Atingidas por Atos de Violência”.	Social
0872/2001	Dispõe sobre a criação do núcleo de Apoio Cultural, Esportivo e Turístico na cidade de Avaré.	Social
0256/2001	Dispõe sobre a instalação de Centros Assistenciais Comunitários – CAS, nas localidades onde existam presídios, penitenciárias, casas de detenção ou outros estabelecimentos penais.	Social
0083/2001	Dispõe sobre a adoção de medidas pelos órgãos de saúde pública da rede estadual visando ao incentivo do consumo de medicamentos genéricos.	Social
0559/2000	Autoriza os responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta do Estado a admitir menores, de quatorze aos dezessete anos de idade, para colaborarem na execução de serviços administrativos internos.	Social
0506/2000	Institui estágios de formação profissional para os alunos de cursos regulares de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, a serem ministrados pelo Poder Público, através da Secretaria de Estado de Saúde.	Social
0499/2000	Autoriza a Sociedade Beneficente São Camilo a transferir a concessão de uso do terreno a que se refere a Lei nº 7064, de 1991, para a União Social Cameliana.	Social
046/2000	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes de cigarros estamparem nos invólucros desses produtos a respectiva composição, detalhando todos os ingredientes utilizados na sua fabricação.	Social
0420/2000	Dispõe sobre o pagamento de meia-entrada aos aposentados e aos maiores de sessenta e cinco anos de idade para ingresso em espetáculos circenses, teatrais, esportivos, cinematográficos, musicais e culturais.	Social

Continuação do Anexo 4. Projetos de Lei/ Deputados não evangélicos - 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0254/2000	Dispõe sobre a prestação de serviços de saúde através de unidades móveis.	Social
0165/2000	Autoriza o Poder Executivo a criar o Serviço de Acupuntura e Terapias Afins, nas unidades de saúde e hospitais mantidos ou vinculados ao poder público.	Social
0066/2000	Autoriza o IPESP a construir unidades habitacionais verticalizadas, para serem financiadas aos contribuintes e pensionistas de baixa renda.	Social
0043/2000	Dispõe sobre a criação do Salão Contemporâneo de Artes Plásticas do Estado de São Paulo.	Social
0888/1999	Assegura, nos dias úteis, o transporte gratuito nas linhas de ônibus intermunicipais, aos estudantes, de famílias de baixa renda, matriculados nos cursos de ensino fundamental e médio das escolas públicas.	Social
0818/1999	Cria o Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia, como órgão integrante da Secretaria de Estado da Saúde.	Social
0566/1999	Institui cursos técnicos gratuitos de caráter profissionalizante, a serem realizados pelas escolas técnicas de 2º grau integradas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, oferecidos a pessoas de baixa renda.	Social
0519/1999	Cria o “Instituto de Adoção e do Amparo Maternal”.	Social
0451/1999	Atribui como competência do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar a remoção de cadáveres para as dependências do Instituto Médico Legal – IML da Secretaria da Segurança Pública.	Social
0450/1999	Cria o Conselho Estadual de Acupuntura e Terapias Orientais.	Social
0347/1999	Dispõe sobre a manutenção da Delegacia de Ensino de Penápolis, como unidade integrante da Secretaria de Estado da Educação.	Social
0318/1999	Dispõe sobre a manutenção, como unidade integrante da Secretaria de Estado da Educação, a Delegacia de Ensino de Santa Cruz do Rio Pardo.	Social
0306/1999	Veda a recepção de alunos integrantes nos estabelecimentos de ensino superior da rede pública, através de atos que os submetam a coação, agressão ou constrangimentos, físico ou moral.	Social
0289/1999	Dispõe sobre a manutenção, como unidade integrante da Secretaria de Estado da Educação, a Delegacia de Ensino de Avaré criada pela Lei nº10051, de 1968.	Social
0822/2001	Autoriza o Poder Executivo a destinar área do município de São José do Rio Preto, à construção de unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - Ceeteps.	Social
0418/2000	Proíbe a compra e venda de brinquedos que imitem armas.	Social
0276/2000	Torna obrigatória a realização de exames oftalmológicos em alunos matriculados na rede oficial de ensino.	Social

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Anexo 5. Projetos de lei U.P./ deputados não evangélicos 1999-2002

P.L./ano	Texto	Categoria
0670/2002	Declara de utilidade pública o "Centro de Convivência do Idoso São João Batista, em Pinhalzinho".	Utilidade Pública
0669/2002	Declara de utilidade pública o "Clube da Terceira Idade de Pinhalzinho", naquele município.	Utilidade Pública
0536/2002	Declara de utilidade pública o clube "O Renascer" dos idosos de Mariápolis, naquele município.	Utilidade Pública
0471/2002	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Júlia Ruete", em Ariranha	Utilidade Pública
0303/2002	Declara de utilidade pública a "Aristocrata Clube de Jaú", naquele município	Utilidade Pública
0316/2002	Declara de utilidade pública a "Associação Santa Maria de Saúde - ASAMAS", em Jaguariúna.	Utilidade Pública
0030/2002	Declara de utilidade pública a "Associação Acorda Brasil", em Taquarivaí.	Utilidade Pública
0810/2001	Declara de utilidade pública a "AUBAN – Associação União de Bairros", em Andradina.	Utilidade Pública
0553/2001	Declara de utilidade pública a "Casa do Menor Leda Furquim Atílio - CAMENOR", em Andradina.	Utilidade Pública
0489/1999	Declara de utilidade pública o "Lar Elin Tereza Reikdal", em Dois Córregos.	Utilidade Pública
0402/1999	Declara de utilidade pública a "Associação de Formação Infanto-Juvenil Múltipla - AFM", em Salto.	Utilidade Pública
0396/1999	Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Educativa e Social Filhos de Nossa Senhora do Monte Calvário", em Mairiporã.	Utilidade Pública
0951/1999	Declara de utilidade pública o "Centro de Convivência Antonio Frederico Ozaam", em Redenção da Serra.	Utilidade Pública
0699/1999	Declara de utilidade pública a "Legião Mirim de São Pedro", naquele município	Utilidade Pública
0586/1999	Declara de utilidade pública o "Grupo de Apoio à Adoção de Itapetininga - GAADI", naquele município	Utilidade Pública
0575/1999	Declara de utilidade pública a "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Murutinga do Sul", naquele município.	Utilidade Pública
0574/1999	Declara de utilidade pública o "Lar dos Idosos - Adelino José de Oliveira" em Murutinga do Sul	Utilidade Pública
0573/1999	Declara de utilidade pública o "Centro Comunitário Urbano "Romeu Cestari", em Murutinga do Sul.	Utilidade Pública
0477/1999	Declara de utilidade pública a Entidade Assistencial "Paz, Vida e Amor", em Francisco Morato	Utilidade Pública
0100/1999	Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Saturnino de Sales Santos e Adjacências", na Capital	Utilidade Pública
0528/2002	Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Buri", naquele município.	Utilidade Pública
0508/2002	Declara de utilidade pública a "Juventude Cívica de Osasco -Juci", em Osasco	Utilidade Pública
0711/2001	Declara de utilidade pública o "Grupo Socorrista de Castelã", na Capital	Utilidade Pública
0470/2002	Declara de utilidade pública a "Fundação Bons Ares", em Botucatu.	Utilidade Pública

Continuação do Anexo 5. Projetos de lei U.P./ deputados não evangélicos 1999-2002

P.L.	Texto.	Categoria
0413/2000	Declara de utilidade pública o "Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho ", na Capital	Utilidade Pública
0607/1999	Revoga dispositivo da Lei nº 2574, de 1980, que estabelece normas para declaração de utilidade pública	Utilidade Pública
0605/1999	Declara de utilidade pública o "Centro Educacional e Profissional Vinícius", na Capital	Utilidade Pública
0259/1999	Declara de utilidade pública o "Serviço de Amparo e Reabilitação Social SEARAS - Lar Meimei", na Capital	Utilidade Pública
0566/2002	Declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Bairro dos Marianos", em Pedro de Toledo	Utilidade Pública
0470/2002	Declara de utilidade pública a "Fundação Bons Ares", em Botucatu.	Utilidade Pública
0290/2002	Declara de utilidade pública a "Legião Mirim de Macatuba", naquele município.	Utilidade Pública
0499/2002	Declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Terra de Ismael", em Jardinópolis	Utilidade Pública
0439/2002	Declara de utilidade pública a "Vila Vicentina de jambeiro", naquele município	Utilidade Pública
0319/2002	Declara de utilidade pública a "Fundação Jean-Yves Neveux", em Campinas	Utilidade Pública
0168/2002	Declara de utilidade pública a "Associação dos Clubes de Bocha da Zona Leste da Capital - ACBZLC-SP", em São Paulo.	Utilidade Pública
0888/2001	Declara de utilidade pública o "FOL-QUINI Futebol Clube", de São José do Rio Preto	Utilidade Pública
0877/2001	Declara de utilidade pública a "Associação Casa do Amigo", em Cachoeira Paulista	Utilidade Pública
0799/2001	Declara de utilidade pública a "Creche Caminho do Futuro", em São José do Rio Preto	Utilidade Pública
0675/2001	Declara de utilidade pública a "Instituição Assistencial Lar São Vicente de Paulo de Tanabi", naquele município	Utilidade Pública
0623/2001	Declara de utilidade pública a "Instituição Assistencial -Rancho de Luz Paulino Garcia", em São José do Rio Preto	Utilidade Pública
0553/2001	Declara de utilidade pública a "Lebec - Lar Beatriz da Conceição", em São José do Rio Preto	Utilidade Pública
0181/2002	Declara de utilidade pública a "Associação Hortolandense de Judô", em Hortolândia	Utilidade Pública
0781/2001	Declara de utilidade pública a "Sociedade Humana Despertar", em Sumaré	Utilidade Pública
0451/2001	Declara de utilidade pública a "Obra Social Beneficente São João Batista", em Américo de Campos	Utilidade Pública
0246/2001	Declara de utilidade pública a "Creche Santa Terezinha", em São Vicente	Utilidade Pública
0037/1999	Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres do Centro Integrado de Educação e Reabilitação", em Hortolândia.	Utilidade Pública

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo